



**Alex Barroso de Figueiredo**

**Entre controle e repressão: narrativas sobre a  
construção de experiência da relação de  
LGBTQIA+ com seus familiares**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre em Estudos da Linguagem pelo  
Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, do  
Departamento de Letras da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Dra. Liana de Andrade Biar

Rio de Janeiro  
Março 2022



**Alex Barroso de Figueiredo**

**Entre controle e repressão: narrativas sobre a  
construção de experiência da relação de  
LGBTQIA+ com seus familiares**

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-  
graduação em Engenharia de Produção da PUC-Rio.  
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

**Profa. Dra. Liana de Andrade Biar**  
Orientadora  
Departamento de Letras - PUC-Rio

**Profa. Dra. Elizabeth Sara Lewis**  
UNIRIO

**Prof. Dr. Leandro da Silva Gomes Cristóvão**  
CEFET/RJ

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, do autor e da orientadora

### **Alex Barroso de Figueiredo**

Graduou-se em Letras – Português e Literaturas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), em 2019. Cursou uma complementação em Formação Pedagógica em Letras – Inglês pela Uniasselvi. Sua área de interesse compreende, Análise de Narrativa, Linguística Queer e Linguística Aplicada.

### Ficha Catalográfica

Figueiredo, Alex Barroso de

Entre controle e repressão: narrativas sobre a construção de experiência da relação de LGBTQIA+ com seus familiares / Alex Barroso de Figueiredo ; orientadora: Liana de Andrade Biar. – 2022.

167 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2022.

Inclui bibliografia

1. Letras – Teses. 2. Análise de narrativa. 3. Família. 4. Sexualidade. 5. Estigma. 6. Cis-heteronormatividade. I. Biar, Liana de Andrade. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

CDD:400

Dedico este trabalho a todxs as bichas, travestis, viados, sapatões, transsexuais, bissexuais, pansexuais, assexuais, pessoas intersex, queer, que, ao longo dos anos, têm lutado contra as diferentes formas de opressão investidas contra nós, seja em casa ou em outros espaços.

## Agradecimentos

À minha orientadora, Profa. Dra. Liana de Andrade Biar, por sua orientação, suas contribuições, seu apoio, incentivo; por seu olhar crítico e aguçado que, junto à liberdade e confiança depositadas em mim, foram imprescindíveis para o resultado deste trabalho.

À todos os membros do NAVIS pelas valorosas discussões, reflexões, e acréscimos a minha pesquisa. Em especial à coordenadora do grupo, Profa. Dra. Liliana Cabral Bastos pela recepção e contribuições tanto no grupo quanto nas incríveis aulas de Análise de Narrativa.

À Profa. Dra. Elizabeth Sara Lewis e ao Prof. Dr. Leandro da Silva Gomes Cristóvão, pelo interesse e vontade de participar dessa importante etapa de minha formação como membros da banca de defesa.

Às pessoas que colaboraram comigo em minha pesquisa. Sei da dificuldade de falar sobre determinados temas, abrir certas feridas, mas espero que esse trabalho possa nos ajudar a refletir sobre nossas relações, vivências e sobre a possibilidade de resignificá-las

Ao corpo docente e à secretaria do PPGEL da PUC-RIO, pelo constante trabalho, atenção e solicitude para com os alunos durante esses dois anos tão conturbados em nossas vidas.

À minha mãe, meu pai, minhas tias, Soledade e Neusa, pessoas que constantemente tentam ser melhores e com isso continuam a me incentivar a buscar o melhor de mim.

À minha irmã, pelo amor que chega, fica e muda tudo aquilo que nem o tempo consegue desfazer.

Ao Philippe da Silva Simões, por todo carinho, amor, paciência; por me ajudar a simplificar e a complexificar as minhas reflexões; por insistir, persistir e me ajudar a resistir.

Às amigas e amigo, Lorryayne Zimmerman, Letícia Appes, Jaqueline Mercier, Fernanda Lira e João Pedro Delorenci pelas contribuições e pelos incentivos para que esse trabalho alcançasse a forma aqui apresentada.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## Resumo

Figueiredo, Alex Barroso de Figueiredo; Biar, Liana de Andrade (Orientadora). **Entre controle e repressão: narrativas sobre a construção de experiência da relação de LGBTQIA+ com seus familiares.** Rio de Janeiro, 2022. 170p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Letras Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Considerando os processos de normalização de performances de gênero e sexualidade no contexto familiar, o presente trabalho se debruça sobre as histórias de vida de pessoas que se identificam como LGBTQIA+ acerca de suas experiências com seus familiares. Inserido nas investigações atuais da Linguística Aplicada, a partir da Análise de Narrativa – a qual tem buscado compreender, dentre outras coisas, os processos de produção de vulnerabilidade e subalternidade em práticas sociais e discursivas – busca-se compreender os processos de construção identitária, performances, bem como os respectivos discursos que lhes dão suporte. Em um viés metodológico de pesquisa qualitativa e interpretativa, foram gerados dados em situação de entrevista com homens e mulheres cujas performances correspondem ao espectro de sexualidades supracitado. Destas, optou-se por analisar as narrativas de três participantxs. Para isso, foram mobilizadas discussões e ferramental teórico-analítico próprio à Análise de Narrativa, às análises sobre estigma de Goffman (1963) e à Linguística Queer. A análise se dá a partir da divisão laminar em três partes. Na primeira lâmina, busca-se mostrar como identidades são indexadas em relações de sequencialidade na produção de causalidade e por avaliações de modo a produzir a família como uma instituição repressora. Na segunda, pautado no trabalho de face, busca-se mostrar como ocorre a negociação do estigma na interação. Por fim, busca-se mostrar quais sistemas de coerência atuam na construção dessas histórias. A partir disso foi possível compreender como performances identitárias não alinhadas a ideias cis-heteronormativas desencadeiam processos de controle, regulação e repressão.

## Palavras-chave

Análise de Narrativa; Família; Sexualidade; Teoria Queer; Cis-heteronormatividade; LGBTQIA+; Estigma; Repressão

## Abstract

Figueiredo, Alex Barroso de; Biar, Liana de Andrade (Advisor). **Between control and repression: narratives about the construction of experience of the relationship of LGBTQIA+ people with their families.** Rio de Janeiro, 2022. 170p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Taking into account the processes of normalization of experiences of gender and sexuality in the family context, the present work focuses on the life stories of people who identify themselves as LGBTQIA+ regarding their life experiences with their family. As part in the contemporary researches of Applied Linguistics – which has been intending to understand the processes of production of vulnerability and subalternity in discursive and social practices – the processes of identity construction (performance) in these narratives as well as the respective discourses that support it are investigated. In a qualitative and interpretative research methodological bias, data were generated through interview with men and women whose performances correspond to the above-mentioned spectrum of sexualities; for the analysis it was chosen the narratives of three participants. For this, it was mobilized discussions and tools proper to the Narrative Analysis, Intercultural Sociolinguistics and Queer Linguistics. The analysis follows the laminar division in three parts. In the first, it is intent to demonstrate how identities are indexed through sequential relations in the production of causality and through evaluations in order to produce the family as a repressive institution. In the second, based on the face work, we seek to show how a stigma negotiation occurs in the interaction. Finally, based on lexical choices and evaluative sequences, it is intent to show how the Discourse of Repression is indexed in the narratives. From this, it was possible to understand how identity performances not coherent with cis-heteronormative values triggered process of control, regulation and repression.

## Keywords

Narrative Analysis; Family; Sexuality; Queer Theory; Cis-heteronormativity; LGBTQIA+; Stigma; Repression

# Sumário

1. Introdução	10
2. Considerações metodológicas sobre a pesquisa	19
2.1 Teorizando sobre método 1: confessadamente uma sociedade de entrevista	21
2.1.1 Confissões para Foucault	22
2.2 Proximidades e afastamentos na geração de dados	26
2.3 Participantxs da pesquisa e geração de dados	28
2.3.1 Apresentação dxs participantxs cujos dados serão analisados	31
3. Peregrinações teóricas dentro e fora dos estudos da linguagem	34
3.1 Enquadrando a Análise de Narrativa: do plano geral da área a um close-up em nosso trabalho	35
3.1.1 Linde: a busca por coerência é sempre uma boa história	39
3.1.2 Bruner: Narrar e ser excepcionalmente canônico	43
3.1.3 As time goes by e é percebido na narrativa	47
3.1.4 DeborahTannen: construindo diálogos em narrativas	49
3.1.5 Narrativas grandes e pequenas e suas histórias maravilhosas	50
3.1.6 Narrativa e identidade: ser ou estar ao narrar	52
3.1.6.1 De performativos, performances e performatividades	57
3.2 Sexualidade, Repressão e família	61
3.2.1 Foucault: história de uma possível repressão	61
3.2.2 O biopoder: cuidar do sexo é cuidar da vida	66
3.2.3 A questão da família: de amor e repressão	69
3.2.4 Uma análise das formas de poder na visão dos analistas do poder	74
3.3 Do estigma e da família “estigmatizadora”	80
3.3.1 Estigma de fato e um pouco do trabalho de face.	83
4. Análise de dados	90
4.1 Karla (9’23 a 11’45)	92
4.1.1 Primeira lâmina	93
4.1.1.1 Primeira lâmina: “Então tô indo”	93
4.1.1.2 Primeira lâmina: “Até um belo dia...e aí um belo dia...e aí”	96
4.1.2 Segunda lâmina: neutralização e construção de uma agência possível	101

4.1.3 Terceira lâmina: repressão como expurgação de performances não cis-heteronormativas do espaço doméstico descritiva	106
4.2 Carlos (15'03" – 19'23")	109
4.2.1 Primeira lâmina: "Não. Eles não perguntam mesmo porque uma vez..."	110
4.2.2 Segunda lâmina: neutralizando o estigma pelas possibilidades de agência e pelo alinhamento às expectativas de relação familiar.	116
4.2.3 Terceira lâmina: a repressão operando entre incitação e retenção discursiva	121
4.3 João (58'60 – 61'40")	124
4.3.1 Primeira lâmina: "a contenção com relação à sociedade é muito maior do que a contenção lá dentro de casa"	125
4.3.2 Segunda lâmina: o silêncio narrativo na neutralização do estigma	130
4.3.2 Terceira lâmina: João: repressão com vistas ao controle sobre a imagem pública da família	134
4.4 Conclusão da análise	137
5. Conclusão	141
Referências bibliográficas	149
Apêndices	158
I Convenções de Transcrição	158
II Transcrições completas	159
III Narrativa Nucelar de Carlos	166

# 1. Introdução

Nossa pesquisa se desenvolveu a partir do interesse em investigar as formas de socialização de pessoas LGBTQIA+ com seus familiares. Esse objetivo, no entanto, poderia abarcar o estudo de uma multiplicidade de fenômenos, dentre eles, era nosso desejo compreender as formas como aquelxs<sup>1</sup> eram silenciadxs em relação a estes.

Entretanto, ao longo do desenvolvimento de nosso trabalho, outras questões foram surgindo, as quais passaram a guiar nosso olhar para outros momentos dessa relação. Assim, antes de adentrar propriamente a discussão introdutória, gostaria de realizar um pequeno percurso sobre a formalização da minha ideia de pesquisa, suas mudanças e inspirações.

A ideia inicial surgiu aproximadamente em 2018, ano de eleições e de consolidação do neoconservadorismo<sup>2</sup> na política brasileira através da eleição de um dos maiores representantes dessa agenda, Jair M. Bolsonaro (atualmente no

---

<sup>1</sup> Utilizamos aqui o “x” como desinência de gênero tanto para palavras com duplicidade, como “outrxs” (outros/outras), quanto para palavras de um gênero só, como “sujeitx”. Há duas razões para isso: primeiramente, para evitar o uso recorrente do masculino genérico, o qual acaba muitas vezes reforçando concepções de linguagens universais e universalmente masculinas; por outro lado, esta pesquisa se dá através da co-construção de conhecimento com pessoas cujo gênero e sexualidade nem sempre encontram expressam na linguagem. Vale alertar que o “x” não é usado para pessoas que se identifiquem especificamente com o gênero masculino ou feminino, ou para se referir a quem ocupe posições de privilégio em determinada situação. Neste caso, utilizamos o masculino genérico de modo crítico, chamando atenção para o gênero que, largamente, reproduz e dá manutenção à diferenciação social. Além disso, na impossibilidade de recorrer ao x como desinência de gênero sem comprometer a morfologia da palavra, como em “narrador”, optaremos pelo uso do feminino com abertura para não marcação do gênero, “narradora (x)”.

<sup>2</sup> Segundo Vaggione e Machado (2020, p.6-7), o termo neoconservadorismo (ou novo conservadorismo), “tem sido adotado em estudos recentes com o propósito de não apenas revelar a ideologia conservadora por trás de conflitos emergentes, mas também para esclarecer as coalizões políticas entre diferentes atores – religiosos e não religiosos – que buscam manter a ordem social patriarcal e seu capitalismo político.”. Lacerda (2019) identifica o surgimento mais “formal” dessa nova coalizão conservadora a partir das eleições do presidente Ronald Reagan nos Estados Unidos durante a década de 80. Entretanto, suas bases são anteriores, surgem, em repostas a movimentos de luta por direitos e igualdade sexual e de gênero nas décadas anteriores, similarmente ao atual caso brasileiro. Nesse sentido, além do forte teor ufanista e protecionista em relação à família, chama atenção o fato de o neoconservadorismo, em sua multiplicidade de atores sociais, os quais defendem pontos políticos nem sempre convergentes, como a pena de morte e a oposição ao aborto, ter em sua base uma retórica política antagonista (MOUFFE, 2018) e moralista em relação aos movimentos de luta por direitos da população LGBTQIA+, aos movimentos feministas e ao movimento negro.

PL). Por quão nefasto tenha sido este ocorrido, ele é um em uma cadeia de transformações na esfera política e social da década passada, cujas tensões podem ser medidas em relação à população LGBTQIA+ e a sociedade (cf. BORBA, 2020; MACHADO, 2017; MELO, 2017; QUINALHA 2016).

Para algumas pessoas, os problemas advindos das eleições decorriam de diferenças ideológicas, grosso modo, entre direita e esquerda ou entre (neo)liberais e progressistas. Porém, para outrxs, essa diferença prolongava-se em relação às possibilidades de (sobre)vivência em meio ao quadro<sup>3</sup> nacional que se firmava. Nossas vidas passaram a ser ameaçadas conforme gritos celebravam à candidatura de Jair Bolsonaro em 2018<sup>4</sup>. Ao fim de outubro do mesmo ano, esses gritos pareciam mais próximos, trazendo para mais perto o medo, o sofrimento e a insegurança.

Na tentativa de resguardar suas vidas, muitxs se calaram; o silêncio, como uma morte, parecia vir para enterrar a esperança. Passamos a nos silenciar e a ser silenciadx, na rua, no trabalho, em nossas casas; em qualquer ambiente onde não estar adequado às normas defendidas pela agenda bolsonarista resultasse em ameaças as nossas vidas. E, claro, essas reflexões não se limitam apenas à população LGBTQIA+, mas estendem-se às pessoas negras, pobres, mulheres, povos indígenas, e tantas outras ameaçadas pela política e pelo discurso bolsonarista.

As relações familiares também passaram a sofrer as consequências da política de antagonismos (MOUFFE, 2018) do campo macrossocial. Desde 2016, eu vinha percebendo um aumento nas tensões familiares em torno do eixo político, muito a partir de relatos e conversas com amigxs e pessoas próximas, mas eu também vivenciava isso sempre que ia visitar minha família em minha cidade de origem.

Nossa convivência passou a ser de difícil reconciliação a partir de 2018. À época, nossa relação não estava muito boa. Recentemente, eu havia saído do armário para eles e isso culminou em um afastamento mútuo: alguns aspectos da

---

<sup>3</sup> Não estamos utilizando o termo “quadro” em um sentido analítico, como “enquadre” de Goffman (1982), mas no sentido de panorama, situação, cenário. Isso é válido tanto para esse seguimento do texto quanto os demais que apareceram.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/em-video-torcida-do-palmeiras-entoa-grito-homofobico-e-menciona-bolsonaro/>. Acesso em 07 de março de 2022. E hoje, em 2022, fica claro que a necropolítica bolsonarista matou e continua a matar muitos de nós, viados, sapatões, travestis, bichas. Além destxs, também morreram seus eleitores e apoiadores. Até a data da presente escrita, já foram mais de 650 mil mortes causadas por sua gestão inábil durante a pandemia de Covid-19.

minha vida, concernentes a minha sexualidade, passaram a ser ignorados. Passamos a falar menos, a querer saber menos sobre a vida um do outro, e dessa forma, a alimentar uma distância entre o não querer saber e o não querer compartilhar. A isso, somam-se incontáveis discussões em torno da política nacional de 2016 e dos efeitos do desmonte neoliberal do governo de Michel Temer (então PMDB) e das eleições de 2018.

Lembro-me de ir à casa de minha família no segundo semestre de 2018. Lá, uma das primeiras coisas com que me deparei foi um adesivo do então candidato à presidência, Jair M. Bolsonaro (então PSL), no carro de meu pai. Meu sentimento inicial não foi de espanto, mas de confusão; os valores e ensinamentos que ele havia me passado, sua história de luta, sofrimento como um imigrante nordestino, suas falas sobre prover aos filhos uma vida melhor do que havia sido a sua, não condiziam com a possível ideia de apoio a alguém cujos discursos de ódio manifestavam a rejeição, o estímulo à violência, a perseguição a pessoas, como eu e ele. Tentando entender o que poderia estar acontecendo, procurei minha irmã para conversar. Não apenas ela confirmou o apoio de meu pai, mas também me alertou para um possível alinhamento de minha mãe e de outras pessoas de minha família.

Mesmo reconhecendo que parte disso pudesse decorrer de uma vida de privações; da falta de acesso a uma formação escolar e à informação; da falta de tempo para refletir sobre a realidade social, sobre os interesses de sua própria classe; e sobre o que é ter um filho não heterossexual, ainda era difícil não entender o apoio ao então candidato como uma forma de negligenciar as possíveis consequências de sua vitória para a minha vida, e mesmo para a dele. As discussões aumentaram entre nós. Na grande maioria delas a minha fala era respondida com negativas: um “não” para o que eu falava; um “não” para o que eu defendia; um “não” para meus sentimentos; um “não” para os riscos dessa eleição; um “não” para as falas preconceituosas e violentas do candidato; um “não” para os perigos crescentes em torno da minha vida e de outras pessoas. As respostas a essas negativas foram se transformando em gritos. Com o passar do tempo gritar foi a única coisa que eu sabia fazer, mas quanto mais eu gritava, menos minha voz parecia ser ouvida e mais alienado eu me sentia.

Falar deixou, por fim, de ser uma opção. Falava apenas quando e sobre o necessário. A casa dos meus pais deixou de ser o local onde, em minha infância, me foi oferecida a oportunidade de falar sobre tudo, tornando-se o espaço da fala apropriada, conveniente. Consequentemente, me afastei ainda mais e busquei por

um silêncio e uma vontade de não mais querer fazer parte do convívio familiar, não naqueles termos, não daquela forma.<sup>5</sup>

Essa e tantas outras experiências que ocorreram comigo tornaram-se o ponto de partida para minhas reflexões sobre a relação entre silêncio, silenciamento e as vivências de LGBTQIA+ no âmbito familiar. Em particular, era meu desejo compreender como éramos silenciadxs em relação às pessoas de nossas famílias. A escolha em trabalhar com um grupo tão variado surgiu justamente em resposta às práticas que vinha percebendo como recorrentes não só comigo, mas também pelo local de inimigos da população ocupado por nós no discurso político (neo)conservador; uma ameaça à família tradicional brasileira, como alguns políticos têm reivindicado ao longo da última década.

Como nota Quinalha (2016) e Green e Quinalha (2015), a alocação de pessoas LGBTQIA+ como inimigos da população em discursos políticos durante a Ditadura Militar e no período do Golpe de 2016 não é apenas o resultado da disseminação da cis-heteronormatividade na sociedade, é antes uma estratégia política de sustentação de formas de poder antidemocráticas e autoritárias:

Não é surpreendente que um golpe conservador, sustentado por setores de direita e por parte da classe média que faz da moral sua maior bandeira política, embalada pelo discurso de defesa da família e dos valores religiosos, eleja como ameaça as formas de sexualidade e de desejo que desafiam a heteronormatividade e a cisgeneridade.

A instrumentalização dos marcadores de gênero e de sexualidade para o controle social, domesticando corpos e forjando subjetividades, aconteceu em diversos momentos durante a história com os mais diferentes regimes políticos. Tanto é assim que um indicador fundamental do grau de liberdade, inclusão e democracia de um determinado regime ou governo é a maneira como integra ou não as pessoas LGBTs em seus discursos oficiais e políticas públicas. QUINALHA, 2016, p. 164).

No nosso entendimento, uma das formas de subverter essa operação seria justamente analisar esses discursos e a política de antagonismos pela qual estão operando. Outra, seria analisar o que ocorre àquelas pessoas tidas como “inimigas”, nessa instituição, a fim de pôr em questão discursos sobre o valor

---

<sup>5</sup> Apesar de meu pai e minha família, em boa parte, ainda manterem esse alinhamento, nossa relação tem melhorado. Questões maiores levaram a uma aproximação. Além disso, passou a ser mais claro para mim que o apoio ao bolsonarismo nem sempre está fundamentado em uma aceitação ideológica do discurso e *modus operandi* dessa agenda. Como característica neoconservadora, é próprio ao bolsonarismo agregar um conjunto disperso de discursos e interesses políticos sobre uma mesma bandeira; algo notado por Kalil et al (2018), em sua análise sobre o perfil dos diversos eleitores(as) de Jair Bolsonaro.

universal da sociabilidade familiar; ou antes, mostrar seus limites e a quem interessa a defesa de um modelo de família tradicional. É em relação a este segundo ponto que nosso trabalho se desenvolve, no entanto, algumas mudanças ocorreram ao longo desses dois anos de pesquisa.

O contato com os dados me levou a reflexões nas quais a questão do silenciamento foi, em certa medida, secundarizada em meio a outras construções sobre a relação entre xs participantxs e seus familiares. Particularmente, tornaram-se relevantes as narrativas em que tensões e conflitos apareciam em decorrência das respostas negativas às demandas do espaço familiar por performances identitárias alinhadas à cis-heteronormatividade. Nesses casos, a família era construída como detentora de formas de poder que pareciam sinalizar para uma experiência organizada em relação a práticas de repressão familiar contra pessoas LGBTQIA+.

Assim, apesar de a questão do silenciamento aparecer e atravessar certa parte dos dados, não se mostrou capaz de explicar um conjunto próximo, mas ao mesmo tempo diferenciado, de construções nas quais formas de poder operavam não apenas circunscrevendo discursivamente, mas impedindo, coagindo, limitando, restringindo e inibindo xs participantxs, ou seja, reprimindo-xs. Nesse sentido, estamos entendendo o silenciamento como uma, de tantas outras, técnicas de manutenção poder, operando ora como controle, ora como repressão.

Assim, nosso trabalho passou a ser investigar como pessoas LGBTQIA+ têm sua sexualidade reprimida no contexto familiar e como respondiam a isto. Mais especificamente, a partir dos sentidos construídos por essas pessoas em narrativas sobre diferentes momentos de suas relações com seus familiares, buscamos compreender:

- Em meio à construção de relações atravessadas por desníveis de poder entre xs participantxs e seus familiares, quais identidades eram construídas para ambos?
- Como essas identidades eram negociadas na interação de modo a evitar possíveis atribuições negativas? Isto é, como xs participantxs, ao construir um quadro familiar atravessado por desníveis de poder, práticas de repressão, faziam isso de modo a neutralizar atribuições depreciativas, estigmas (GOFFMAN, 1963)?
- Como a repressão opera de regulando e produzindo identidades sexuais alinhadas a discursos históricos de sociabilidade familiar?

Para isso, analisamos narrativas grandes e pequenas que compõem as histórias de vida sobre as relações entre xs participantxs da pesquisa e seus

familiares, o que estamos chamando vivências de pessoas LGBTQIA+ no âmbito familiar. A análise se deu seguindo o modelo laminar (BIAR, 2012; BIAR, ORTON, BASTOS, 2021), o qual levou em consideração os aspectos textuais, interacionais e discursivos (macrossociais), as três respectivas lâminas. Nelas, foram mobilizadas as discussões, o ferramental teórico e as categorias analíticas próprias à Análise de Narrativa (LABOV, 1972; LINDE, 1993; BAMBERG, 1997; GEORGAKOPOULOU, 2006; BAMBERG; GEORGAKOPOULOU, 2008), numa perspectiva discursiva construcionista (BRUNER, 1990; MISLHER, 2002; TANNEN, 1989) alinhada aos debates atuais da Linguística Aplicada (MOITA LOPES, 2006), em conexão às discussões da Linguística Queer (LIVIA; HALL, 1997; MOTSCHENBACHER, 2011; BORBA, 2015; LEWIS, 2018; BORBA, 2020) que orientam nosso trabalho acerca da operação da cis-heteronormatividade bem como da compreensão dos processos de construção identitária via performatividade (BUTLER, 1990; 1993). Trabalhamos também com os conceitos de estigma (GOFFMAN, 1963) e trabalho de face (GOFFMAN, 1955) próprios à sociolinguística interacional.

Como entendemos, a ideia de repressão familiar a LGBTQIA+ tem dois fundamentos principais. Primeiro, a sexualidade foi/seria reprimida nas sociedades ocidentais desde meados da Idade Moderna. Este fundamento tem um sentido histórico mais amplo, relaciona-se à formulação de uma ideia de repressão sexual tal qual criticada por Foucault (1976). O ponto central é: diversas práticas sociais atuaram (continuariam a atuar) de modo a fazer do corpo um espaço de não proliferação de formas de prazer e desejo. Nesse sentido, a repressão seria geral, sobre todos os corpos, sejam eles cisgêneros ou transgêneros, heterossexuais ou não heterossexuais.

Em segundo lugar, há o fundamento da distribuição desigual dessas práticas em relação àquelas pessoas que estão mais ou menos alinhadas à norma cisgênera, heterossexual e conjugal. Nesse sentido, pessoas cujas sexualidades não estão alinhadas à cis-heteronormatividade acabam sofrendo mais o peso do controle e da repressão sexual. Vale, salientar que em ambos os casos a família teria um importante papel; é no contexto familiar que diferentes práticas operariam mais rigorosamente vigiando, controlando e reprimindo as sexualidades.

Apesar de partirem de pontos diferentes, essas duas posições estão entrelaçadas. Ao mesmo tempo, notamos que elas põem em questão a grande narrativa ocidental da família como uma instituição cujas sociabilidades se dão em relação a um sentimento de família pautado no afeto, no cuidado e na intimidade, dentre outras coisas (ARIÈS, 1960).

A fim de melhor clarificar a relação entre sexualidade, família e repressão, revisitaremos o pensamento de Foucault (1976), o qual critica a discussão em torno da ideia de repressão sexual, a hipótese repressiva (HR). Também dialogaremos com Butler (1990;1993) que, por sua vez, revê e crítica o pensamento do filósofo francês. Passaremos, ainda, por uma breve discussão acerca da consolidação de um sentimento de família no Ocidente Moderno a partir de Ariès (1960), posto que essa é a base para formalização de um discurso sobre como o que é e o que não é uma família, bem como sobre como deve se dar a sociabilidade familiar – o que estamos entendendo aqui como uma narrativa canônica, um discurso hegemônico, sobre a família moderna, burguesa, tradicional.

A pesquisa alinha-se à perspectiva metodológica qualitativa e interpretativa (DENZIN; LINCON, 2006). Os dados foram gerados em situação de entrevista com pessoas de diferentes idades, localidades, etnias e classes sociais que se identificavam como LGBTQIA+. Este foi o único critério de seleção de possíveis participantxs. As entrevistas seguiram o modelo semiestruturado, com perguntas abertas e sujeitas a mudanças conforme a conversa fosse reformulando os interesses entre xs interagentes.

Alguns trabalhos que abordam a vivência de LGBTQIA+ no âmbito familiar tendem a focar suas discussões à luz do debate sobre *coming out*, “saída do armário”. Nos estudos envolvendo narrativas, Lewis (2012), por exemplo, foca na forma como mulheres bissexuais constroem suas identidades em narrativas de “saída do armário”. Já Cristóvão (2016) analisa como homens negociam sua identidade em relação a este paradigma em diferentes contextos institucionais, não apenas o familiar. Cabral Filho (2019), entendendo que as narrativas de “saída do armário” acabaram se configurando como um modelo canônico de construir sentido sobre a experiência de falar sobre sexualidade, vai justamente criticar o assentamento deste.<sup>6</sup>

Essa discussão, no entanto, estende-se para além dos estudos da linguagem. As vivências de LGBTQIA+ também já foram analisadas em relação às violências sofridas por essas pessoas no âmbito familiar na Psicologia (PERUCCHI, BRANDÃO e VIEIRA 2014) e mesmo em relação às consequências e transformação nas relações familiares a partir da saída do armário

---

<sup>6</sup> O que não é dizer que a “saída do armário” esteja sendo entendido como uma narrativa sobre o momento em que essas pessoas conversam com seus familiares sobre suas performances.

(NASCIMENTO e SCORSOLINI-COMIN, 2018a; 2018b; TOLEDO e TEIXEIRA FILHO, 2014). O trabalho antropológico de Leandro Oliveira (2011; 2019; OLIVEIRA, BARRETO, 2019) é exemplar nesse sentido, inclusive por estabelecer uma relação de proximidade a nossos interesses iniciais de pesquisa. O autor investiga as práticas de silenciamento que organizam a relação entre pais e filhos quando os segundos passam a performar uma identidade não heterossexual.

Esses trabalhos, vale ressaltar, não trazem um debate sobre a relação entre sexualidade, família e repressão, como abordaremos aqui. Seus interesses nem sempre são a relação entre pessoas LGBTQIA+ e seus familiares. Entretanto, muitos deles acabam lançando luz sobre as normas, os limites, as expectativas a que essas pessoas estão condicionadas no contexto familiar. Partindo disso, gostaríamos de propor aqui uma investigação mais atenta às relações familiares, isto é, ampliar a discussão não apenas em relação aos processos de performance de identidade sexuais, mas à forma como o contexto familiar ou a família são construídos.

Além disso, como já debatemos acima, atualmente vivemos em um momento em que diferentes discursos têm proliferado no âmbito político em um duplo movimento. De um lado delimitam a existência de uma única configuração possível de família, um modelo cis-heteronormativo, conjugal e monogâmico, o qual se resguarda em discursos religiosos e essencialistas para delimitar os modelos possíveis de reconhecimento de uma família. Simultaneamente, a configuração hegemônica é construída discursivamente como estando ameaçada pelas transformações sociais dos últimos anos, especialmente as que melhoraram a qualidade de vida da população LGBTQIA+. Disto, percebemos importância de nos voltarmos para uma análise direcionada a esse contexto a partir de quem vivencia diariamente as consequências destes discursos e as formas como eles (re)organizam suas filiações parentais.

Dito isso, no próximo capítulo, apresentaremos o percurso metodológico, o processo de geração de dados e detalharemos mais um pouco nossos objetivos de pesquisa. Também, discutiremos um pouco os processos de produção de conhecimento e sua relação com a entrevista de pesquisa. No terceiro capítulo, trataremos uma peregrinação teórica dentro e fora dos estudos da linguagem. É lá que faremos a apresentação dos conceitos a serem mobilizados na análise e nossas orientações teóricas sobre a relação entre linguagem, mundo e sociedade.

No quarto capítulo, faremos a análise dos dados de uma participante e de dois colaboradores, conforme o modelo laminar. Por fim, concluiremos nosso texto

buscando relacionar algumas questões que puderam ficar em aberto, além de responder às perguntas de pesquisa presentes nesta introdução.

## 2. Considerações metodológicas sobre a pesquisa

Neste capítulo, abordaremos o desenvolvimento metodológico de nossa pesquisa, cujo objetivo geral foi investigar a construção de quadros sobre práticas de repressão sofridas por pessoas LGBTQIA+ no contexto familiar. Para isso, foi preciso que nos questionássemos: o que seriam esses quadros? Com isso, visávamos não apenas reforçar uma compreensão talvez corrente, mas analisar as histórias de vida dessas pessoas sobre suas vivências familiares a fim de compreender como se dão as construções de suas experiências neste contexto, ou seja, a sociabilidade entre pessoas LGBTQIA+ e suas respectivas famílias<sup>7</sup>. Isto nos levou à formulação de três objetivos principais:

- Primeiro, foi preciso analisar quais eram identidades construídas nessas histórias. Não necessariamente de gênero e sexualidade, mas outras próprias a este contexto: filhxs, pai, mãe, além da construção de uma identidade para a família ou algum familiar. Isto é, como a família aparecia na construção dessas pessoas?
- Segundo, foi preciso averiguar quais os efeitos interacionais dessas construções? Elas acabam resultando em negociações de estigmas na interação? Se assim for, como minar os efeitos desse processo?
- Terceiro, achamos importante investigar quais os efeitos dessa construção em termos mais amplos; como também, investigar quais discursos atravessam e dão suporte a essa forma de sociabilidade familiar onde sexualidades são (seriam) reprimidas.

Como discutimos anteriormente, esse não era nosso interesse inicial de pesquisa. No entanto, o caminho necessário para realizar essa investigação se manteve: a seleção de pessoas que se identificassem como LGBTQIA+; a realização de entrevistas semiestruturadas; a transcrição dos dados gerados; a seleção de narrativas sobre a relação entre xs participantes e seus familiares; e a

---

<sup>7</sup> Não obstante, esse caminho leva também à discussão sobre o que seria a repressão. Esse último ponto será debatido no próximo capítulo.

análise de base qualitativa e interpretativa a partir das discussões da Análise da Narrativa.

Conforme Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa e interpretativa é um campo de investigação da realidade social e de seus processos de significação. Trata-se de um trabalho científico no qual a realidade não é tomada como um dado natural, ao invés disso ela é uma construção na qual sentidos são negociados em diferentes práticas sociais e discursivas. Logo, nessa abordagem não há a pressuposição de homogeneidade; a realidade social está sujeita a contingências e especificidades, isto é, características próprias que impossibilitam a diferenciação valorativa de algum método, assim como a generalização da interpretação ou dos resultados alcançados no trabalho.

Destarte, nessa base, a pesquisadora(x) não é compreendida como alguém apartada(x) da realidade social; ela vive e faz parte do processo de constituição do mundo, além de ser facilmente atravessada pelos seus interesses de pesquisa. Negar essa participação é reforçar os paradigmas positivistas que a pesquisa qualitativa e interpretativa atual tem buscado quebrar, especificamente, de objetividade e neutralidade científica. Como observam Denzin e Lincoln:

Os pesquisadores qualitativos ressaltam a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado, e as limitações situacionais que influenciam a investigação. Esses pesquisadores enfatizam a natureza repleta de valores da investigação. Buscam soluções para questões que realçam o modo como a experiência é criada e adquire significado.” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p.23)

Desse modo, trabalhar nessa perspectiva implica compreender o método como uma forma de interpretar o real a partir de um local específico, o qual pode inclusive motivar o interesse em compreender determinado fenômeno ou processo.

Eu, como um homem cisgênero, pansexual, branco, não apenas sou tocado pela minha pesquisa, como a minha experiência atravessa a sua formalização. Há um interesse pessoal e político, principalmente de levantar discussões e trazer entendimento sobre as condições precárias e os sofrimentos que atravessam as experiências de muitas pessoas LGBTQIA+ em suas vivências familiares. Estes e outros interesses estimularam o desenvolvimento de nosso trabalho. No entanto, deixaremos para adentrar melhor essa discussão ao longo das seções deste capítulo.

## 2.1

### Teorizando sobre método 1: confessadamente uma sociedade de entrevista

Seguindo uma linha qualitativa e interpretativa (DENZIN; LINCON, 2006), a geração de dados aqui se deu através de entrevista de pesquisa. Como entendemos, esse método tem se mostrado útil a quem deseja estudar a relação micro/macrossocial a partir da co-construção de sentidos na interação, especificamente para quem deseja trabalhar com narrativas, como foi o nosso caso.

Numa perspectiva pós-moderna (BASTOS; SANTOS, 2013), isso implica tomar a entrevista de pesquisa como forma de investigar os processos de produção de sentido e seus efeitos sobre a realidade social a partir do ponto de vista de quem a constrói. Ainda, levando em consideração a subjetividade de quem pesquisa, bem como suas filiações ideológicas, sua localização em relação a alguma instituição, a qual pode lhe privilegiar em relação a suas(seus) colaboradorxs.

Críticas já foram feitas à geração de dados por entrevistas (BAMBERG, 2006; BAMBERG; GEORGAKOPOULOU, 2006). Parte delas atribuem um caráter não “real” ao encontro, como se este não fosse uma situação própria à realidade social, portanto, inadequada para entender o que as pessoas “realmente” fazem quando elas estão usando a linguagem no dia-a-dia.

Essa visão parece ignorar que ao menos desde Mishler (1986) a entrevista de pesquisa já é entendida como uma – de tantas outras – forma de interação própria ao cotidiano; às situações “reais” de interação. A grande mudança trazida pelo autor está na compreensão da entrevista como um processo de negociação de sentidos, o qual não se limita às tentativas de uma entrevistadora (x) buscar uma resposta para suas perguntas: há negociações interacionais operando, sentidos podem ser disputados e levar a situações inusitadas, uma pergunta não leva necessariamente a uma resposta.

Isso chamar a atenção para o aparecimento de diferentes performances nesse processo, as quais, em caráter situado, estão relacionadas a sentidos macrossociais, sobre o que é, por exemplo, uma família, qual a sua configuração ideal, como as partes devem se relacionar e assim por diante. Essas, por sua vez, mais do que dimensionadas ao momento da entrevista nos ajudam a entender o processo de construção da realidade social.

Ademais, não tomar a entrevista de pesquisa como propícia para compreensão da relação entre linguagem e mundo social é negligenciar o seu

papel na contemporaneidade, dentro e fora da academia. Ou seja, não parece desconsiderar como temos nos transformado em uma sociedade de entrevistas.

Conforme Riessman (2008), parte dessa mudança está relacionada as transformações nas formas de produção de conhecimento desde início do século passado até à contemporaneidade, o que abarca por si só uma série de transformações na própria compreensão da relação entre quem pesquisa, quem participa, e a entrevista de pesquisa. Concomitantemente, esta tem se difundido para além do campo acadêmico; a todo momento somos levados a produzir conhecimento sobre nós, sobre outrxs e sobre o mundo, em perguntas feitas em programas de televisão, jornais e, de modo difuso, na internet, onde o conhecimento sobre x sujeitx tem sido propício à profusão de padrões de consumo e fortalecido individualismo neoliberal.

Assim, a noção de uma sociedade de entrevista parece indicar um possível entrelaçamento entre a difusão de técnicas polimorfos de poder e seu entrelaçamento ao discurso e a produção de conhecimento na contemporaneidade. Se assim for, talvez possamos retomar a um momento um pouco anterior ao descentramento institucional das relações de poder; no qual discurso passou a ser local de reforço e resistência, especificamente pela forma como este entrelaçava o saber às novas técnicas de poder que proliferavam nas sociedades ocidentais. Para comentarmos sobre isso, falaremos sobre a relação entre a cena confessional como uma técnica através da qual se constituiu um saber sobre a sexualidade no Ocidente

### **2.1.1 Confissões para Foucault**

Para Foucault (1976), a confissão é entendida como um dos procedimentos, junto à discursividade científica, que no Ocidente instituiu uma verdade sobre a sexualidade na *scientia sexualis*. Tem sua herança nas práticas de confissão da Idade Média, porém seu desenvolvimento não se ateve a um sentido religioso.

A confissão proliferou e dispersou – e com ela o poder – em diversos campos sociais: no consultório médico, nas sessões de terapia, no tribunal, na entrevista de pesquisa sociológica. Ela também está presente na família, na escola, no trabalho, em toda local onde uma relação de poder se estabelece através da instauração de uma vontade de saber sobre o outro em um contexto institucional ou institucionalizado. Se em uma perspectiva mais moderna a confissão libertaria

a verdade da sexualidade do seu claustro, para Foucault ela seria, na verdade, uma técnica de poder que produziu efeitos de verdade:

Ora, a confissão é um ritual de discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; é, também, um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia-a e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprimir para poder manifestar-se, enfim, um ritual onde a enunciação em si, independentemente de suas consequências externas, produz em quem a articula modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe a salvação.” (2017 [1976], p.69).

Uma importante questão nesse técnica é a “alocação da verdade” nx sujeitx. Estx carregaria uma verdade sobre seu sexo, sobre sua sexualidade, sobre si; contudo, seu acesso lhe é negado, cabe àquele que deseja saber sobre determinado fenômeno ajuda-lx e com isso ambxs ganhariam acesso à verdade dx/nx sujeitx. Isso nos chama atenção para o sofisticado ocultamento dessa técnica de poder: há aqui uma promessa de libertação e, concomitantemente, a base de uma objetividade científica. O discurso, nesta perspectiva, seria transparente e libertador – logocentrismo – o sujeito do conhecimento, por sua vez, livre de preconceitos e juízos. Ademais, parece haver nisso certo reforço à incapacidade do outro, ou antes, o próprio processo colonizador de estabelecer uma diferenciação entre um sujeito capacitado e um outrx incapacidx.

O autor argumenta que esses procedimentos evoluíram, encontrando-se presentes ainda hoje na contemporaneidade, daí nos chamar “animais confidentes”. Nesse sentido, somos levados a nos perguntar: a cena da confissão evoluiu e levou a configuração de uma sociedade de entrevistas?

A cena confessional e a entrevista, para nós, guardam certas semelhanças. Ambas podem ser cenas institucionais; apresentam um desnível de poder inerente – quem pergunta e quem responde, apesar dessas posições estarem sujeitas a negociações e mudanças na interação; têm em seu fundamento uma vontade de saber a partir dx outrx; têm como efeito a produção de verdade, dentre outras coisas. Nesse ponto, diríamos que a questão da verdade ou da compreensão acerca da relação entre verdade, discurso e saber precisa de um esclarecimento.

A concepção de verdade na cena de confissão trazida acima é própria ao período analisado por Foucault, o que não é dizer que ela não exista atualmente. Ela ainda pode ser observada em perspectivas representacionistas da relação entre linguagem, mundo e sujeito e em paradigmas mais modernos de ciência,

nos quais a verdade é entendida ora como essência do ser, ora como um dado empírico do mundo natural, acessível através de determinado método científico (cf. seção 3.1.1). Todavia, para o autor, como para nós, a confissão não acessa uma verdade, mas pode instaurá-la em um regime, ou seja, ela é um efeito das relações de poder no discurso, não aquilo que se busca no discurso – ao menos científico – em si. Por exemplo, a confissão estabeleceu um regime normativo sobre a sexualidade da mulher instaurando a “histeria” como princípio organizador e próprio ao gênero feminino, entrelaçando efeitos somáticos a causas psicológicas<sup>8</sup>. Nesse sentido, podemos dizer que a forma como a noção de verdade é concebida não é própria à confissão ou a entrevista, antes, decorre de orientações epistemológicas as quais nos alinhamos.

Assim, não parece absurdo pensar na passagem, ou convergência, de uma sociedade de confissão para uma sociedade de entrevista. Todavia, essa discussão exigiria um debate além do que podemos empreender aqui. Nosso intento foi apenas trazer uma reflexão mais crítica sobre o processo de produção de conhecimento a partir da entrevista. Como também, foi nosso propósito discutir os efeitos das posições assumidas na interação, por quem pesquisa e por quem colabora com o trabalho de pesquisa acadêmica,<sup>9</sup> bem como criticar visões que reforçam posições de um sujeito do saber – ocidental, branco, homem, cisgênero – e de uma alteridade a partir da qual o conhecimento é produzido, mas cujo acesso à produção é muitas vezes negado.

Teóricas como bell hooks (1989) e Grada Kilomba (2008) mostram-se críticas às formas de produção de saber cujos efeitos são a produção do outro como objeto; mais especificamente às consequências da colonialidade da produção de conhecimento na contemporaneidade. Ambas observam, por exemplo, como o processo de produção de inteligibilidade acerca da população negra se dá em meio a processos históricos de exclusão e silenciamento, ou seja,

---

<sup>8</sup> A histerização do corpo da mulher, foi, para Foucault uma das grandes estratégias de entrelaçamento de poder, saber e discurso no dispositivo da sexualidade. Um

processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado – qualificado e desqualificado – como corpo integralmente saturado de sexualidade; pelo qual, este corpo foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas; pelo qual, enfim, foi posto em comunicação orgânica com o corpo social [...] com o espaço familiar [...] e com a vida das crianças [...]: a Mãe, com sua imagem em negativo que é a ‘mulher nervosa’ constitui uma forma mais visível desta histerização. (2017 [1976], p. 113)

<sup>9</sup> Como exemplo, podemos pensar nos riscos de atribuição ou de reforço do estigma as(aos) participantxs da pesquisa (v. capítulo 4).

da negação a essas pessoas de uma condição sujeitxs do conhecimento, algo notável ainda no meio acadêmico:

Qualquer forma de saber que não se enquadre na ordem eurocêntrica de conhecimento tem sido continuamente rejeitada, sob o argumento de não constituir ciência credível. A ciência não é, nesse sentido, um simples estudo apolítico da verdade, mas a reprodução de relações raciais de poder que ditam o que deve ser considerado verdadeiro e em quem acreditar. Os temas, paradigmas e metodologias, do academicismo tradicional – a chamada epistemologia – refletem não um espaço heterogêneo para a teorização, mas sim os interesses políticos específicos da sociedade branca. (KILOMBA, 2019 [2008], p. 54)

A isso acrescentaríamos: cisgênera e heteronormativa. Nesse sentido, o saber, e aqui me refiro mais à produção acadêmica, pode estar atravessado por solidificações normativas em suas formulações, teorizações e metodologias, de modo que os processos de reconhecimento dos sujeitxs parecem já atravessadas por determinadas expectativas ou condições de inteligibilidade. No entanto, isso não resulta em um descrédito do conhecimento produzido na academia, da ciência ou do saber ocidental, mas sim a constatação da impossibilidade de um saber universalizante, objetivo e apolítico. Especificamente, a constatação das formas de poder e saber que operam dando manutenção a processos de subalternização de grupos cujo acesso ao conhecimento é constantemente negado.

No que diz respeito ao desenvolvimento metodológico de nosso trabalho, isso implicou que a geração de dados foi baseada no respeito aos ditames éticos da pesquisa acadêmica – preservação do nome e de outras possíveis formas de reconhecimento da identidade social dessas pessoas – e na consideração das posições de poder inerentes à interação em uma entrevista de pesquisa acadêmica. Quais os efeitos desse encontro institucional? Ele reproduz posições históricas de poder? Há uma divisão entre normalizado e estigmatizado? A pessoa que pesquisa está também sob escrutínio de sua análise?

Podemos refletir a respeito dessas questões a partir do paradoxo do pesquisador proposto por Labov (1972). Como notam Biar, Orton e Bastos (2021), ao formulá-lo, o autor objetivava responder às possíveis discussões envolvendo a “interferência” do pesquisador no processo de geração de dados – narrativas. A lógica operante nessa perspectiva pode ser resumida na seguinte pergunta: visto que as histórias que surgiam na interação faziam isso sob determinadas condições, como o pesquisador da língua iria investigá-las quando o contexto em questão escapa à dinâmica cotidiana? Ou seja, o pesquisador é aqui tomado como um observador da interação, não um interagente.

Entretanto, os termos como esse paradoxo é formulado pelo autor não levam em consideração o próprio papel ativo e a inevitável interferência de qualquer pessoa em uma conversa. Não apenas, como temos debatido, a entrevista em nossa perspectiva é entendida como uma cena da vida social; os sentidos não devem ser tomados como dados do mundo; as histórias que contamos em diversos contextos não estão prontas, mesmo que nós as narraremos inspirados pelos efeitos de algum acontecimento recente. Ou seja, o pesquisador é necessariamente participantx da interação:

Aceitando-se como participantx pleno do campo, o(a) pesquisador(a) pode aprofundar sua compreensão dessa condição, sem tentar minimizar sua “intromissão” no contexto da pesquisa. Com isso, colapsa o binário sujeito/objeto, isto é, a separação presumida entre o(a) pesquisador(a) e o objeto de estudo (2021, p. 236-237).

Nesse sentido, sua conduta também deve ser analisada, suas posições e posicionamentos<sup>10</sup>, as ideologias e discursos que atravessam sua fala, suas performances identitárias, tudo aquilo que contribua para o desenvolvimento da interação.

## 2.2

### Proximidades e afastamentos na geração de dados

Como muitas pessoas com que dialoguei na geração de dados, eu também me identifico como uma sexualidade não heterossexual; especificamente, como pansexual. Como muitos dessas pessoas, minha vivência familiar também é marcada por controle, regulação e repressão. Como muitas delas, minha família segue a forma família moderna em seu modelo burguês, centrada em um pai e uma mãe e na relação dela e dele com suas(seus) filhxs.<sup>11</sup> Este campo de proximidade que vai se estabelecendo, reforçado também pelo fato de muitas dessas pessoas serem conhecidas e amigas, encontrou seus limites quando se tornou claro que durante a interação negociações ocorrem de modo a reforçar/criar aproximações e afastamentos.

Em relação aos encontros sociais, Goffman (1967) teoriza a respeito de duas possibilidades: os encontros mistos e entre iguais. Enquanto o primeiro é

---

<sup>10</sup> Não estamos utilizando aqui “posicionamento” conforme Bamberg (1997) e outros autores. O mesmo é válido para outros momentos do texto, com exceção da análise (cf. capítulo 4)

<sup>11</sup> Caso levasse em consideração as mudanças na história de minha família, eu diria que nós nunca fomos modernos, mas atualmente, essa tem sido a dinâmica predominante.

atravessado por processos de negociação de possíveis atribuições depreciativas, no segundo, haveria certa distribuição mais horizontal dxs interagentxs, de modo que o reconhecimento do pertencimento a uma mesma “categoria” pode trazer um mútuo reconhecimento:

quando ocorre que um membro da categoria entra em contato com outro, ambos podem dispor-se a modificar o seu trato mútuo, devido à crença de que pertencem ao mesmo ‘grupo’. Além disso, fazendo parte da categoria, um indivíduo pode ter uma probabilidade cada vez maior de entrar em contato com qualquer outro membro e, mesmo de entrar em relação com ele, como resultado. (2008 [1967], p. 32-33).

Todavia, esse pertencimento a uma categoria – sexualidades não heteronormativas, por exemplo – e a um grupo – LGBTQIA+ – não significa que as pessoas se reconhecerão como possuidorxs dos mesmos “atributos sociais” ou entenderão que com compartilham de semelhanças em sua carreira moral<sup>12</sup> (GOFFMAN, 1967).

Conversando com minhas (meus) colaboradorxs, foi ficando claro a diferença e discrepância que nos encontrávamos em relação a processos de controle e repressão sofridos em nossas vivências familiares. Por exemplo, ao contrário de uma de minhas colaboradoras, eu nunca fui expulso de casa ou tive de sair de casa por conta de qualquer forma de violência familiar. Minha mãe e meu atual namorado têm uma boa relação, regularmente ela me pergunta sobre ele, ao contrário do que aconteceu/acontece entre um dos colaboradores dessa pesquisa. Também, a relação entre meu pai e eu não é marcada propriamente por um desnível quase autoritário de poder, como no caso de outro colaborador meu.

Em certo sentido, essas conversas me ajudaram a perceber o meu quadro familiar como sendo de maior acolhimento, apesar de seus problemas. Nem sempre foi assim, mas importa aqui notar o surgimento de uma possível diferenciação que pode ter tido efeitos sobre a geração de dados. Nesse sentido, no próximo capítulo, analisaremos a manipulação da informação na interação – trabalho de face – entre mim e xs participantxs, compreendendo que, mesmo não havendo compartilhamento de informações bibliográficas, a própria falta de informação não deixa de ter efeitos sobre nossa conversa, pois cada contexto, porquanto único e dinâmico, ainda é atravessado por expectativas de

---

<sup>12</sup> Os processos de transformação e aprendizagem que formam a concepção de um “eu”, os quais Goffman (1967) analisa em relação às pessoas estigmatizadas.

socialização, como também pela construção ou negociação de diversas identidades sociais, virtuais e pessoais.

Ainda, um dos grandes que identificamos em nosso trabalho é o risco de generalização da experiência. Risco inerente ao se agrupar um conjunto de pessoas sob um mesmo paradigma, ou sob o pertencimento a um grupo, ou comunidade. Refiro-me aqui à alusão a sexualidades não heteronormativas e a sigla LGBTQIA+, precisamente, sobre a problemática de trabalhar com pessoas cujas experiências se dão na intersecção de diferentes sistemas de dominação. Neste sentido, reforçamos que, apesar do recorte adotado, reconhecemos que há diferenças entre as práticas a que essas subjetividades estão condicionadas em suas relações familiares, mas também na sociedade como um todo<sup>13</sup>.

Como debateremos no capítulo 5, o entrelaçamento entre sexualidade, poder e família dá margem para a compreensão da atuação de certas técnicas de poder, principalmente as centradas na produção de inteligibilidade sobre alguns corpos em detrimento de outros. Assim, quando nos referimos à relação entre LGBTQIA+ e seus familiares, estamos nos referindo mais especificamente às diferentes formas de produção de sexualidades não cis-heteronormativas no contexto em questão. Não traremos muitas nuances sobre as especificidades e os múltiplos atravessamentos próprios a cada uma dessas performances, porque o nosso interesse é mais em relação ao contexto familiar e suas formas de sociabilidade com pessoas não adequadas a sexualidades cis-heteronormativas.

## 2.3

### **Participantxs da pesquisa e geração de dados**

Para a realização de entrevistas, comecei a buscar pessoas próximas, amigxs e conhecidxs dispostxs a conversar sobre suas vivências familiares – com grande interesse ainda na questão do silenciamento. Parte delxs já sabia sobre meu trabalho de conversas passadas, em alguns casos já havia uma abertura para uma possível participação na pesquisa. Mas isto não é válido para todas as pessoas.

Paralelamente, publiquei informações sobre o que vinha fazendo em minhas redes sociais e também pedi indicações a meus colaboradorxs a respeito de

---

<sup>13</sup> Não obstante, a questão do gênero foi deixada um pouco de lado em nossa análise. O que não é dizer que ela não tenha aparecido, na realidade, em alguns dados ela pode até ser pensada a respeito das expectativas sobre masculinidades e feminilidades, contudo, o gênero acabou sendo menos predominante do que sexualidade, daí nosso foco ser mais sobre a análise da construção da sociabilidade familiar em torno dessa categoria.

peças interessadas em conversar comigo. Esses contatos paralelos me levaram a conversar com três pessoas, das quais foi possível entrevistar duas – uma não pôde conversar comigo por ainda viver com a família e não se sentir à vontade para falar a respeito do tema nessas condições.

O critério de escolha dxs participantxs da pesquisa foi apenas a identificação como LGBTQIA+, isto é, puderam participar desta pesquisa pessoas que se identificasse como lésbica, gay, bissexual, transsexual, transgênero, travesti, intersexo, *queer*, assexual, etc.<sup>14</sup> Assim, trabalhamos com uma gama ampla de subjetividades, as quais são atravessadas por formações regionais, etárias, étnicas, de gênero, classe e educacionais, além do próprio convívio familiar, o que se estende para mãe, pai tixs, avxs, primxs, amigxs, etc.

Apesar do presente estudo se debruçar sobre as vivências e relações dessas pessoas no âmbito familiar, destacamos que elas não precisavam necessariamente conviver com seus familiares ou vir de um modelo de família específico. Como acreditamos, a sociabilidade familiar não é delimitada por um antes e depois da saída do respectivo local de prática e convívio; também, entendemos que família se configura como um espaço afetivo delineado pela própria percepção dxs sujeitxs da pesquisa, para além do discurso legal.

Todavia, optamos por analisar neste texto xs participantxs cuja configuração familiar segue um modelo, forma família (BUTLER, 2019b), específico, o dito modelo “nuclear”, ao qual nos referimos muitas vezes como “família tradicional”, família burguesa, família moderna (SALZTRAGER, 2018). Este modelo é composto por pai, mãe, irmã e/ou irmãos – todos(as) tomados(as) como sendo cisgêneros e heterossexuais – mas o importante aqui é que a sociabilidade dessa configuração tende a ocorrer pelo eixo casal e filhxs, e entre o próprio casal (FOUCAULT, 1976). Isso não pressupõe a não participação e inexistência de outras pessoas como avós, avôs, tias, tios, primos, etc. no convívio, mas que a dinâmica de socialização nestes casos, não implica, por exemplo, situações em que um avô, tio, ou outra pessoa assuma o papel de uma figura paterna.

---

<sup>14</sup> Diversas formas de nos referenciar aos(as) participantxs da pesquisa foram pensadas ao longo do desenvolvimento de nosso trabalho: LGBT, LGBTTQIA+, *queers*, até pessoas de sexualidades dissidentes, não heterossexuais, de sexualidades não cis-heteronormativas. Isso decorre de uma tentativa em conciliar uma perspectiva pós-identitária (BORBA, 2015) e a delimitação dxs participantxs da pesquisa. Acabamos optando mais por nos referir a elxs como LGBTQIA+. Apesar de recorreremos a outras definições, compreendemos que cada forma de referenciar a estas subjetividades é insuficiente e nunca encontra seu limite, mas é necessária para uma melhor compreensão de nosso interesse de estudo.

Essa escolha tem fins políticos. A noção de uma “família tradicional” vem se tornando um alicerce ideológico por setores (neo)conservadores, religiosos, neoliberais (cf. por exemplo BUTLER, 2019b; LACERDA, 2019; MACHADO, 2017) com fins de propagar retrocessos sociais, discriminação, preconceito não apenas à população LGBTQIA+, mas a qualquer pessoa que escape à sua configuração. Neste sentido, buscamos em nosso trabalho balançar esse alicerce através de uma desconstrução e dessencialização desta noção, chamando atenção para seu caráter histórico e contingente, e conjuntamente, mostrando as contradições que perpassam essa construção – entre afeto e repressão.

As entrevistas se deram de modo semiestruturado, com auxílio de um pequeno roteiro de perguntas, o qual trazia questões envolvendo as experiências dessas pessoas com sua família/ familiares. Por conta da pandemia, foram feitas através de diferentes plataformas de encontro digital. À exceção de um participante que entrevistei pessoalmente em minha casa. As conversas foram gravadas e posteriormente transcritas segundo o modelo de transcrição adaptado das convenções Jefferson (Anexo I) disponível em Bastos e Biar (2015).

Como estamos entendendo, a transcrição é também uma etapa analítica e subjetiva, pois está condicionada à própria percepção de quem pesquisa e realiza a transcrição, isto é, às possibilidades de distinção de sons, ruídos, palavras nem sempre claras, além de interesses específicos sobre os dados. Logo, não se trata de um processo completo, mas uma construção que atende a fins analíticos específicos. Além disso, o momento de transcrição se mostrou muito importante no desenvolvimento deste trabalho; o contato direto com os dados foi o que despertou minha atenção para fenômenos aquém de meus interesses iniciais.

Conversei com oito pessoas, em um total de aproximadamente nove horas e meia de gravações. Cada entrevista durou cerca de uma hora. Começava as conversas apresentando a pesquisa e depois ia para o roteiro de pesquisa, mas nem sempre este foi o caminho seguido. Em decorrência da pandemia, as interações estavam condicionadas à disponibilidade de tempo, ao acesso a internet – um fator que acabou comprometendo a participação na pesquisa –, à instabilidade da rede durante a conversa e mesmo à interferência de outras pessoas.

A partir do contato com os dados, tornou-se notável a percepção de um movimento de centramento das histórias na construção avaliativa dos personagens e na organização narrativa em torno da questão da repressão familiar.

Dos dados analisados, optei por trabalhar com as narrativas de Karla, Carlos e João, sobre quem falarei melhor abaixo. Os trechos dela e deles selecionados para a análise no capítulo 4 fazem parte de um conjunto de histórias (*big e small*) sobre a relação entre os narradores, a narradora e seus respectivos familiares. Cada excerto traz diferentes aspectos dessa relação: as dificuldades de conciliar o namoro e a socialização em família dada a impossibilidade de conversar sobre relacionamentos com a mãe; um quadro de vulnerabilidade familiar, exacerbado pela resposta agressiva de um pai às performances não cis-heteronormativas da filha; e as tentativas de controle da família (pai) com vistas à manutenção da imagem pública desta.

Apesar de trazerem vivências e pontos diferentes, as narrativas que emergem, ou insinuam uma emergência, carregam semelhanças entre si, as quais são representativas em relação ao conjunto dos dados gerados nesta pesquisa. Primeiro, elas estão situadas no aparecimento de tensões no âmbito familiar que sucedem à ruptura de pressupostos normativos sobre gênero, sexualidade e desejo. Segundo, são marcadas por uma grande quantidade de avaliações e contextualizações com alto teor avaliativo. Terceiro, a questão do silenciamento aparece como um enquadre (GOFFMAN, 1982) a partir do qual o evento narrado vai se transformando, alargando a co-construção de sentido para além deste. Quarto, essas sexualidades não normativas que emergem como fator de tensionamento, conflito e crise nas relações familiares, acabam evidenciando, para além de regimes de aceitabilidade, a dispersão de discursos a atuar neste espaço com fins de controlar e reprimir corpos e performances da narradora e dos narradores.

Vale ressaltar também que cada excerto a ser analisado é representativo da relação de cada participantx com sua família ou familiar. Carlos, por exemplo, ao relatar as suas vivências, foca muitas vezes nas dificuldades em se relacionar com a mãe. Já o tema da violência, da agressão e dos abusos do pai é recorrente nas histórias de Karla. Em João, o controle sobre ele e sua a família é constantemente narrado em relação à figura e às atitudes paternas. Daí nosso interesse em trabalhar com essas narrativas: elas são tanto representativas em relação ao conjunto de dados desta pesquisa, quanto no que diz respeito às temáticas que se mostraram relevantes em relação à história de vida de cada participantx.

### **2.3.1**

#### **Apresentação dxs participantxs cujos dados serão analisados**

**Karla:** mulher-cis, branca, da classe trabalhadora, mãe, que se identifica como bissexual, tendo entre 25-30 anos. Sua composição familiar é nuclear, mas ao longo da entrevista fala sobre a relação com outras pessoas da família com quem se relacionou também. À época de realização da entrevista, ela morava com a filha e o marido em sua cidade natal, onde também vivem seu pai, mãe e irmão, no interior de um estado do Sudeste brasileiro. Nos conhecemos em uma cidade da região metropolitana do Rio de Janeiro e nos tornamos amigos desde então. A pedido meu, ela aceitou participar desta pesquisa – algumas questões trazidas por ela e por mim já haviam sido compartilhadas em momentos anteriores à realização deste trabalho. Enfrentamos alguns contratemplos antes e durante a nossa conversa por videochamada<sup>15</sup>, que durou uma hora e nove minutos. Além dos cuidados com a filha, com sua casa, Karla trabalhava fora e possuía pouca disponibilidade de tempo; ouve também queda e oscilação do sinal da internet durante diversos momentos. Contudo, desde o convite Karla se mostrou interessada e engajada em falar sobre suas experiências, demonstrando muitas vezes sua atitude crítica em relação às atitudes da família. Começamos falando sobre a relação entre ela e seus pais, especificamente, sobre como a questão da sua orientação sexual apareceu, momento em que narra sua experiência de saída do armário, trazendo alguns temas não aprofundados no excerto a ser analisado: a relação de “falsidade” com a mãe, a interferência de outros membros da família, a religião como suporte moral para culpabilização de sua sexualidade, sua relação com a religião. Na entrevista também emergiram dados relativos à relação entre sua namorada e seus familiares; como a bissexualidade era invisibilizada e invalidada; além de outras questões relativas à maternidade.

**Carlos:** homem-cis, de descendência nordestina e família proveniente da classe trabalhadora, apesar de se encontrar em ascensão econômico-social; se identifica como gay, tendo à época da nossa conversa 28 anos. Nascido em um estado do Nordeste brasileiro, se mudou para o Rio de Janeiro com um ano. Como Karla, possui uma família nuclear, mas ao longo da entrevista fala sobre a relação com

---

<sup>15</sup> Karla foi a única cuja situação de entrevista decorreu levemente diferente. Ao contrário das outras pessoas que participaram do nosso trabalho, havia uma audiência das duas partes: do meu lado, meu namorado, que nos apresentou e já era amigo de Karla muito antes de mim; do lado dela, seu namorado e filha. Saliento que, a participante deu seu consentimento quanto às condições de nossa conversa.

outras pessoas, tios, tias, primos, e. Mudou-se para fora do país há pouco tempo para cursar pós-graduação. Quando nos falamos, ele já morava fora do país. Nos conhecemos através de um amigo meu, seu atual marido. Como Karla, também demonstrou um bom engajamento na interação, inclusive buscando estabelecer relações de causalidade entre sua experiência e meu interesse de pesquisa como lhe havia sido apresentado à época. A entrevista durou cinquenta e seis minutos. Carlos começa contextualizando sua história a partir do percurso migratório de seu pai e mãe; depois, narra um longo período de conscientização a cerca de sua identidade sexual, passando pela infância, juventude, vida adulta, chegando a um ponto de virada (MISHLER, 2002) nas relações familiares, momento em que uma conversa põe em questão a cis-heteronormatividade de seus pais. A partir daí surgem diversas questões relacionadas às dificuldades de conciliar vida afetiva com a socialização familiar; à forma como a família, em sentido amplo (tias, tios, e outros parentes), passa a interferir na construção de uma imagem para sua família nuclear (mãe, pai, irmã); e às dinâmicas de socialização familiar envolvendo seus relacionamentos afetivos e sexuais.

**João:** homem-cis, branco, pertence à classe média; se identifica como gay, tendo entre 25-30 anos. Reside no Rio de Janeiro, mas é originário de uma cidade do interior de um estado do Sudeste brasileiro, onde sua família mora até hoje. Sua composição familiar é, pai, mãe e irmão. Ao contrário de Karla e Carlos, não foi identificado um quadro familiar mais amplo, refere-se apenas, em alguns momentos, à avó falecida. Também é conhecido meu, assim, algumas questões que apareceram em nossa conversa já eram conhecidas previamente. A entrevista durou uma hora e sete minutos. Ambos estávamos tensos durante o evento, essa foi minha primeira entrevista; resolvi então começar falando sobre seu trabalho para depois adentrar em suas experiências familiares. Esperava com isso criar uma situação de interação mais confortável para nós. Após esse momento inicial, falamos sobre sua “saída do armário” com sua mãe e pai, que se deu em momentos distintos; sobre relacionamentos, infância, as dificuldades de socialização em família, dentre outras coisas. De onde sua sexualidade é construída como um fator problemático para a mãe; como algo a ser controlado/reprimido pela figura, muitas vezes imponente e autoritária, do pai. Para a análise focamos justamente nesse segundo ponto, posto que João parece estabelecer relações de causalidade entre as suas ações, de sua mãe e as atitudes do pai, ou seja, a sociabilidade familiar é mais construída seguindo um modelo mais patriarcal.

### 3. Peregrinações teóricas dentro e fora dos estudos da linguagem

Neste capítulo, pretendemos discutir os principais fundamentos teóricos que atravessam nossa pesquisa e que nos darão suporte à análise no quarto capítulo. Optamos por condensar todas as reflexões sobre os estudos envolvendo narrativa, identidade, sexualidade, família e interação aqui, acreditamos com isso estar fornecendo mais diretamente as bases de nossa reflexão e as categorias analíticas e teóricas que serão mobilizadas.

O capítulo é dividido em três grandes seções. Na primeira, focada mais na área de estudos da narrativa e na relação linguagem mundo e sociedade, começaremos trazendo um panorama geral da área, um recorte limitado com o objetivo de apresentar os estudos da narrativa e suas mudanças dentro do campo linguístico, bem como seus fundamentos epistemológicos. Passaremos para um debate mais aprofundado sobre as principais bases teóricas que deram suporte ao desenvolvimento do nosso trabalho. Dentro delas, abordaremos brevemente a Linguística Queer, visto que a discussão sobre (cis-hetero)normatividades neste campo se mostrou fundamental para análise do processo de construção identitária.

No segundo capítulo, entraremos em algumas discussões presentes em *História da Sexualidade*, de Foucault (1976) as quais foram imprescindíveis para a discussão em torno da relação entre sexualidade e família, sexualidade e repressão. Além disso, abordaremos, a partir de Butler, como a noção de repressão deve ser repensada de modo que possamos compreender essa como uma forma de atuação de poder produtivo.

Por fim, na terceira seção, discutiremos a noção de estigma tal qual formulada por Goffman (1963), além de algumas outras categorias de análise mobilizadas no mesmo trabalho do autor. Este momento atende à necessidade de analisarmos como atribuições estigmatizantes ainda podem ocorrer em contextos de maior horizontalidade e como negociações de sentido se dão com vistas a neutralizá-las a partir do trabalho de face.

### 3.1

#### Enquadrando a Análise de Narrativa: do plano geral da área a um close-up em nosso trabalho

Eis o que pensei: para que o mais banal dos acontecimentos se torne uma aventura, basta que nos ponhamos a narrá-lo. É isso o que ilude as pessoas: um homem é sempre um narrador de histórias, vive rodeado por suas histórias e pelas histórias de outrem, vê tudo o que lhe acontece através delas; e procura viver sua vida como se a narrasse.

Jean Paul Sartre, *A náusea*

Conforme Bastos (2005), Bastos e Biar (2015) e Biar, Orton e Bastos (2021), a Análise de Narrativa (AN) tem seu marco inicial na linguística – a primeira virada narrativa – através do trabalho sociolinguístico de Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972). Nessa perspectiva, a narrativa é compreendida como uma forma de retomar **uma** experiência passada, a qual se pressupõe ser factual, e organizá-la em elementos que cumprem papel importante na estruturação da história, temos o resumo/sumário, orientação, ação complicadora, avaliação, resolução e coda.

O primeiro faz uma abertura breve sobre o que será narrado, já trazendo indícios importantes para sua compreensão. O segundo tem a função de contextualizar a história, traz os personagens, o local, temporalidade, etc. O terceiro elemento é o que consiste a narrativa em si, orações com uma junção temporal que se alterada modificam a ordem dos acontecimentos – orações narrativas, as quais definem uma narrativa mínima; com exceção dos demais, é o único elemento essencial para se estar diante de uma narrativa. Ainda, é preciso que a história traga um ponto, algo que justifique a empreitada narrativa, bem como elementos que a tornem crível e reportável, de modo que ela deve fazer referência a um fato extraordinário, mas nem tanto.<sup>16</sup>

Retomando, o quarto elemento, as avaliações, traz a perspectiva da narradora sobre o acontecido; podem ser inseridas sem a interrupção do fluxo narrativo – encaixadas – ou com sua interrupção – externas; é um elemento importante pois reforça o ponto da história e o fato de ela estar sendo contada. A resolução encerra os acontecimentos da ação complicadora, algo próximo a um desfecho para a história. Por fim, a coda, marca o fechamento da narrativa – não

---

<sup>16</sup> Por exemplo, quando alguém conta para uma comunidade de fumantes que fumou um cachimbo, está contando algo com baixa reportabilidade, já que essa é uma prática costumeira para essas pessoas. Por outro lado, se essa mesma pessoa narra a vez que fumou um cachimbo com alguma personalidade conhecida mundialmente, esse fato passa a ter mais reportabilidade. Mas, se a dita persona fosse o J.R.R Tolkien, por exemplo, a credibilidade da narrativa poderia estar em questão, já que seria preciso passar mais tempo justificando a ocorrência desse evento.

necessariamente para a história –, muitas vezes trazendo para o presente os impactos dos acontecimentos para a narradora, daí também poder aparecer como uma coda avaliativa.

Inúmeros trabalhos partiram das análises e reflexões labovianas para, posteriormente, revisar, criticar, modificar, e melhor delinear a área hoje conhecida como Análise de Narrativa (RIESSMAN, 1993; LINDE, 1993; BAMBERG, 1997; GEORGAKOPOULOU, 2006; BAMBERG; GEORGAKOPOULOU, 2008; RIESMANN, 2008). Essas transformações trouxeram novas perspectivas teórico-metodológicas para o trabalho com essa materialidade discursiva, de modo que, em determinados períodos, algumas visões consolidaram pontos de virada. Se a primeira, iniciada por Labov, é marcada por uma visão representacionista e mais estruturante das narrativas, na segunda virada a noção de discurso construído passa a ser predominante (BRUNER, 1990; LINDE 1993; RIESMAN, 1993; MISHLER, 2002; MOITAL LOPES, 2001; BASTOS, 2005), quebrando não apenas relações diretas entre linguagem e mundo, mas também as compreensões sobre o narrar e a forma como experiências são organizadas na narrativa. Já terceira virada, por sua vez, insere na discussão a cena narrativa (BAMBERG, 2006; BAMBERG; GEORGAKOPOULOU, 2008; GEORGAKOPOULOU, 2006), e a interação passa a ser objeto de investigação através da incorporação de trabalhos advindos da sociolinguística interacional e da etnometodologia. A noção de performance narrativa, de quem narra e de quem ouve a narrativa, passa a ser objeto de análise; há aqui um reforço não apenas à visão de discurso construído, mas co-construído. Além disso, o foco deixa de ser exclusivo em grandes narrativas, passa-se a investigar todo um conjunto de dados antes negligenciados, os quais são aglutinados sob o guarda-chuva *small stories*.

Como podemos perceber, essas viradas são marcadas por rupturas e continuidades. De fato, trabalhos produzidos hoje não deixam, por exemplo, de beber da fonte laboviana e incorporar, simultaneamente, a noção de histórias de vida de Linde e/ou as discussões advindas da terceira virada (cf. BIAR, 2012; BASTOS; SANTOS, 2013; CRISTÓVÃO, 2016; SANTOS; BIAR, 2018). Disto, percebemos que o que se conserva nesses deslocamentos epistemológicos não é a exclusão ou o estabelecimento de fronteiras intransponíveis entre uma e outra perspectiva, e sim o aumento de uma instrumentalidade analítica e dos modos de compreensão da narrativa em múltiplos vieses, não apenas o linguístico. Como consequência, teoria, metodologia e análise deixam de ser vistas como momentos tão distantes no trabalho de quem pesquisa. Agora, estamos diante de um acontecimento constantemente analítico, no qual relações entre teoria e

metodologia são costuradas a partir do contato com os dados e com outros de nossos pares, ou seja, em redes (ORTON, 2021).

Dentre outras coisas, isso leva quem faz a pesquisa a um trabalho árduo de expandir seu conhecimento para além do seu campo de saber, a fim de aprender com diferentes pessoas e em diferentes áreas sobre como pesquisar, qual método pode atender melhor a seus interesses, qual teoria possibilita uma melhor compreensão do fenômeno observado. Daí a assertiva de Riessman (1993, p.25) de que “não há um único método para análise de narrativa, mas um espectro de abordagens de texto que tomam a narrativa como forma.”

Trago essas questões pois esse foi um dos pontos de dificuldade em meu trabalho. Expectativas positivistas/modernas em relação ao fazer científico me levaram durante muito tempo a estabelecer uma relação direta de aplicabilidade entre teoria, método e análise. De modo que, por exemplo, em vista de uma teoria já “formada” – como a perspectiva clássica de análise da narrativa – e de um método já “pronto” – entrevista – tudo que me restaria na análise seria evidenciar os resultados dentro do escopo da pesquisa.<sup>17</sup> Mas, como tenho aprendido, o fazer científico dentro da perspectiva de Análise de Narrativa não toma a análise como um momento de comprovação de hipóteses, antes de um enquadre interpretativo de determinada realidade, ou uma forma também de narrar (ORTON, 2021).

Para melhor discutir isso, debateremos nossa compreensão sobre o trabalho de quem analisa narrativas a partir de três pontos. Primeiro, é preciso compreender que a análise é uma interpretação entre tantas outras possíveis e, portanto, sujeita a limitações e a contingências da pesquisadora(x) e da pesquisa. Podem então nos perguntar: “Isso não planificaria as análises? Pois, se diversas interpretações são possíveis, logo, todas teriam a mesma validade?”. A isso responderíamos que, de fato todas as interpretações são possíveis à medida que, a interpretação não é um método que informa sobre o real, mas um recorte interpretativo – subjetivo, ideológico e situado – sobre determinado aspecto da realidade. Assim, ela tanto nos chama atenção para alguns de seus aspectos quanto tem o poder de produzir efeitos de verdade sobre ela (cf. seção 2.1).

Além disso, interpretações são forças em disputa em determinada espaço-temporalidade, o que é dizer que cada campo de saber delimita as condições para

---

<sup>17</sup> Escrever/ler isto ainda não é algo fácil. E eu certamente poderia dizer que essa visão é consequência de meus anos como graduando de Física, porém, parece-me que a questão maior de sua predominância é a dificuldade de desarmar um paradigma “moderno” de fazer científico no qual a pressuposição de verdade está ancorada em uma teoria que interpretaria objetivamente o real.

que uma análise seja mais ou menos aceita. Linde (1993, p.97), por exemplo, chama atenção para alguns princípios norteadores da interpretação dentro de uma perspectiva discursiva: consistência interna, plausibilidade, fidelidade à evidência e coerência com outros textos. Já Riessman aponta (1993, p.65-69), para outros critérios de validação: persuasão, correspondência, coerência e relevância pragmática. (1993, p.65-9). Orton (2021, p.456-457), por outro lado, sintetiza melhor nossa visão, já informando sobre o segundo ponto importante que emerge da perspectiva em que nos pautamos, a relação entre análise/interpretação e verdade:

Melhor dizendo, a ‘verdade’ não se mantém por sua razão inerente, mas é mantida por uma rede de aliados que contribuem para a sua robustez. Além disso, a possibilidade de criar tal rede de aliados está indiscutivelmente ligada a relações de poder, como a instituição em que um acadêmico trabalha, onde esta instituição se encontra em relação à infame divisão Norte/Sul, à língua falada nessa região e, assim, as oportunidades de disseminação para toda comunidade internacional e assim por diante.

Como dissemos anteriormente, a interpretação/análise é um processo de produção de efeitos de verdade. Acima, Orton, explica dentro de uma visão pós-moderna – a qual nos alinhamos – como a noção de “verdade” distancia-se do paradigma moderno de ciência e passa a ser pensado dentro do nosso campo de saber. Além disso, ela chama atenção para o *status* desigual dessa produção, isto é, à forma como a localização do produtor interfere no processo de produção e disseminação do saber. Esse movimento permite perceber como determinados regimes de verdade se consolidam em detrimento de outros; isto é, chama atenção para como a produção de conhecimento na atualidade pode produzir exclusão interna: há saberes circulam mais, são mais facilmente acessados do que outros.

Por fim, o terceiro ponto que gostaríamos de trazer aqui é à relação entre conhecimento e sujeitos da pesquisa. Grande parte dessas questões já foram debatidas no capítulo anterior, aqui, gostaríamos apenas de reforçar um ponto: se a produção de conhecimento de viés interpretativo está condicionada aos atravessamentos ideológicos, subjetivos, discursivos de quem pesquisa, faz-se necessário evidenciar, tanto quanto possível, as relações de poder e saber que atravessam o trabalho. Ademais, se a pesquisa produz efeitos de verdade, deve-se estar atento em como estas “verdades” estão atuando nessa conexão entre poder, saber e xs sujeitos da pesquisa, incluso x pesquisadora (x). Também, vale salientar que a produção de conhecimento não se dá só de teoria a teoria e de

teoria sobre teoria; xs sujeitxs da pesquisa são participantxs ativos no processo de produção de conhecimento.

Toda essa discussão pode ser sumarizada na visão de Análise da Narrativa adotada por Bastos e Biar (2015) e Biar, Orton e Bastos (2021). As autoras alinham seus trabalhos à perspectiva da Linguística Aplicada Transgressiva e Indisciplinar (MOITA LOPES, 2006), buscando responder aos desafios da contemporaneidade longe de um projeto messiânico de conhecimento, mas refletindo sobre

[...] como podemos criar inteligibilidades sobre a vida contemporânea ao produzir conhecimento e ao mesmo tempo, colaborar para que se abram alternativas sociais com base na e com as vozes dos que estão à margem [...] (MOITA LOPES, 2006, p.86)

Como notam Bastos e Biar (2015, p.102-103), a Análise de Narrativa mostra-se útil a este projeto à medida em que abre espaço para interdisciplinaridade; ocupa-se da fala dxs sujeitxs sociais em diversas situações de interação, entendendo-a como forma de construção da realidade; refuta paradigmas essencialistas e estereótipos identitários a partir de uma concepção de identidade enquanto performance; e atenta-se à prática narrativa como forma de resistência e resignificação. Seguindo essa linha, procuraremos, nos próximos capítulos e seções, compreender como ocorrem essas co-construções identitárias em nível situado? A partir de quais relações indexicais e para quais discursos elas estão apontando? Quais realidades estão em negociação, contestação ou assentamento?

A seguir, faremos uma melhor introdução dos principais trabalhos que ancoram nossa análise, mas deixaremos a explicação também para o acontecimento analítico, momento em que outros conceitos e perspectivas também serão explicadas.

### 3.1.1

#### **Linde: a busca por coerência é sempre uma boa história**

Todxs temos uma história para compartilhar a partir da qual outras pessoas podem, minimamente, compreender, quem somos. Essas histórias tendem a se alterar com o passar do tempo, dado que estamos em constante transformação. Destarte, em diferentes situações, tendemos a mobilizar diferentes elementos para sua narração. Embora pareçam decorrer unicamente do que vivenciamos, a contatá-las, estamos mais que relatando acontecimentos necessários para nossa formação; estamos mobilizando diferentes recursos significativos – sistemas de

compreensão, crença, valor, – de dada cultura para organizar nossa experiência, de modo a produzir localmente um sentido coerente sobre nossas vidas. Essa é uma compreensão muito generalizante do que Linde (1993) compreende como histórias de vida.

Segundo a autora, histórias de vida não são a consequência do relato de uma vida, antes uma unidade social interacional, um recurso para existir no mundo tendo um senso de *self*, estável, adequado (1993, p.3). Dizer que elas são uma unidade social interacional é compreendê-las como unidades discursivas orais, logo, reforçar sua descontinuidade temporal e sua abertura estrutural e interpretativa, ou seja, o fato de estarem sujeitas a revisão e transformação. Assim, essas histórias não devem ser pensadas como um quadro isolado, antes como uma galeria de arte, onde diferentes pinturas se organizam na produção de amostras<sup>18</sup> as quais mudam sempre. Em resumo:

As propriedades de descontinuidade temporal, estrutural e abertura interpretativa, significam que uma história de vida se transforma, necessariamente, de modo contínuo pela adição de histórias sobre novos eventos, pela perda de algumas histórias antigas, e pela reinterpretação de histórias antigas a fim de expressar novas avaliações. (LINDE, 1993, p.31)

Além dessas características, as histórias de vida são definidas por trazerem um ponto em relação a quem a narra e possuir reportabilidade estendida. Também, por serem um conjunto; elas não são apenas compostas por narrativas, outras unidades discursivas fazem parte delas – como explicações e crônicas. Por fim, costumeiramente, trazem em si acontecimentos “relevantes” em determinada cultura – *landmark* events – daí sua reportabilidade estendida. Porém, para além dessas características, o que melhor define – e diferencia – a compreensão dessas histórias como narrativa na perspectiva da autora é sua organização, isto é, como a sua construção narrativa é entendida não em relação à ordem dos acontecimentos, como defende Labov (1972), mas em resposta a demandas do narrar.

---

<sup>18</sup> Linde (1993, p.36) recorre a uma metáfora mais esclarecedora, a da nuvem de borboletas:

Uma imagem que pode clarificar o tipo de entidade que estamos definindo aqui é a da nuvem de borboletas se movendo por um jardim. Algumas borboletas caem fora da nuvem e outras adentram-na; cada borboleta muda sua posição de modo suave constantemente dentro da nuvem, e a nuvem como um todo também o faz. Se podemos reconhecer esta como uma entidade, também devemos ser capazes de reconhecer as histórias de vida como algo único.

Segundo Linde, “A própria noção de história de vida demanda a noção de sequência [...]. Para ser uma história de vida, um relato deve ter uma ordem que ambos, falante e a quem este se dirige, tomam como importante.” (LINDE, 1993, p.13). A sequência que emerge – sequencialidade – é assim uma característica própria do evento narrativo e não do evento narrado, pois implica um trabalho interacional em que xs interagentes conjuntamente engajam-se na produção de coerência. Esta, por conseguinte, pode ser inferida através da sequencialidade por relações causais – causalidade – isto é, pela forma como as narrativas se organizam de modo a produzir um sentido que xs falantes, durante a interação, compreendam como coerente. Coerência, assim, para a autora, pode ser tomada como uma propriedade dos textos, mas é também uma demanda social negociável na narração no ato de narrar. Ou seja, causalidade e coerência não estão sendo, nessa perspectiva, tomados como características inerentes ao texto, mas sim processos interpretativos sujeitos a contestação e negociação. Conforme Biar (2012, p.120)

Tendemos a ver causalidade emergindo da estruturação sintática das ações narrativas, ajudadas por vezes por outros recursos formais, como conectivos de causa, explicação ou consecutividade. Mas sequência, aqui, é, no entanto, tomada em um sentido diferente daquele estabelecido por Labov [...], segundo Linde, o modo de concretização desses princípios é culturalmente determinado (isto é, não necessariamente determinado por uma ordem cronológica dos fatos tais como eles realmente tenham acontecido). Isso quer dizer que, em um nível mais macro, o que se tem na estruturação das experiências é um conjunto de crenças compartilhado por membros de um dado grupo que “autoriza” a possibilidade de um fato causar outro; é preciso saber, no seio desse grupo, o que conta como uma boa razão para um evento.

Assim, através das relações de causalidade e da co-construção de coerência passamos a nos compreender, e a ser compreendidos, como sujeitxs no mundo social de modo estável – *self* estável e positivo.

Essa característica das histórias de vida é definitivamente a que mais nos chama atenção. Ela expande a compreensão da interpretação e significação da narrativa, entendendo que os sentidos não emergem simplesmente das relações sintáticas do texto, mas em decorrência de um contexto de interação e da forma como a cultura, presente nessas microssocializações, delimitam as possibilidades do narrar. Isto é, a narração, a sequencialidade e a produção de causalidade, são processos ancorados em cânones culturais (BRUNER, 1990), discursos, ou, sistemas de coerência, como argumenta Linde.

Neoliberalismo, marxismo, feminismo, conservadorismo, cis-heteronormatividade, o senso comum, mas também a medicina, a biologia, a

psicanálise, astrologia, podem ser compreendidos como sistemas de coerência, os quais são caracterizados por ser a base cultural através da qual a coerência é construída (LINDE, 1993, p.18). Ou seja, são sistemas através dos quais a realidade social é interpretada e negociada de modo que possamos firmar um *self* coerente. Dentre esses sistemas, Linde diferencia entre *expert* e o senso comum. Como exemplo do primeiro, poderíamos citar a medicina, psicologia, psicanálise, a biologia. Já os segundos são próximos àquilo que Bruner (1990) entende como psicologia popular, as crenças, valores, sentidos de determinada cultura.

Os tipos de sistemas de coerência estudados pela autora são bem interessantes. Eles ocupam um meio-termo entre *expert* e o senso comum. A sua principal característica é fazerem uso de categorias de sistemas *expert*, mas na forma como são disseminados em determinada cultura, e não em relação aos fundamentos epistemológicos de um saber. Como exemplo, podemos pensar na narrativa hipotética – e falaciosa – do (des)Presidente Jair M. Bolsonaro (PL) em entrevista à Danilo Gentili em 2013: “90% desses meninos adotados [por um casal gay] vão ser homossexuais e vão ser garotos de programa com toda certeza.”<sup>19</sup>. Tais falas recorrem a noções estatísticas para reproduzir visões preconceituosas na cultura, neste caso, a que crianças adotadas por casais homossexuais se tornam adultos “problemáticos” pela não inserção dessas em uma forma família cis-heteronormativa<sup>20</sup>. A fala de Bolsonaro acaba indexando duplamente para dois sistemas que compartilham de semelhanças o cis-heteronormativo e o conservador. Vale ressaltar que, pela relação estabelecida entre sistemas de coerência e discursos (sistemas de coerência = discursos), estamos chamando atenção para os aspectos produtivos da narrativa.

Apesar de estarmos nos referindo a esses sistemas de coerência como “meio-termo” não podemos dicotomizar as coisas, isto é, pensar que sistemas *experts* não são atravessados por valores do senso comum. Foucault (2021; 1976), por exemplo, chama atenção para como a medicina – e outras ciências – entre os séculos VIII a XIX se configuram como um saber normativo sobre a

---

<sup>19</sup> Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=3yxvUlp8GnY&ab\\_channel=Direitaj%C3%A1](https://www.youtube.com/watch?v=3yxvUlp8GnY&ab_channel=Direitaj%C3%A1). Acesso em 26 de junho de 2021. A fala ocorre aproximadamente aos 16min55s de entrevista.

<sup>20</sup> Em resposta ao apresentador o então deputado federal disse não ter evidências que corroborassem sua fala, o que, na realidade, acaba ainda mais nos fazendo interpretá-lo à luz desse sistema “meio-termo”. A cis-heteronormatividade aqui é indexada de diversas formas, dentre elas na normativa: “meninos adotados [por um casal gay] vão ser homossexuais”, isto é, na compreensão da sexualidade como uma essência transferível: pais heterossexuais “criam” filhxs heterossexuais/pais homossexuais “criam” filhos heterossexuais. Sendo a primeira norma, desejável, legítima, e a segunda, um produtor de sujeitos “anormais”, ou seja, abjeta.

sexualidade, muitas vezes baseado em compreensões morais (e moralistas) da época. Parece ser necessário, diríamos, um estudo mais aprofundado que nos permita melhor compreender como as crenças, valores e normas, estão relacionadas nesses diferentes sistemas.

Retomando, a forma como estes sistemas são percebidos em nosso trabalho decorre das relações de causalidade que emergem da narração e das identidades produzidas localmente. Especificamente, para como elas são produzidas apontando para determinados discursos e pela forma como a narrativa se organiza em relação a sociabilidade familiar.

Conforme percebemos, as identidades aqui construídas o fazem, por vezes, ressaltando os desníveis de poder entre a narradora, os narradorxs e suas respectivas famílias. Em outras vezes, construindo uma agência que não responde completamente às normas e normatizações de seus respectivos lares. Ou seja, agem reforçando a família como detentora de um poder capaz de definir as possibilidades de agência dxs participantxs em relação às suas performances identitárias; ainda que o agir seja possível, ele aparece, por vezes, acompanhado de certa frustração (cf. seção 4.2). Daí entendermos que as narrativas aqui tratam de processos de repressão e controle, mais especificamente, tem como maior foco as práticas de repressão e controle a que os participantes estão condicionados.

Por sua vez, essa construção tem como suporte referenciais culturais sobre a sociabilidade familiar – um sistema de coerência – no que diz respeito à sexualidade. Logo, a questão da repressão sexual precisa ser melhor debatida à luz do debate sobre a constituição da sexualidade no Ocidente e sua relação com a ideia de repressão sexual e a sexualidades não cis-heteronormativas – os dois fundamentos que apontamos na introdução. Isso será feito em algumas seções mais abaixo.

### **3.1.2**

#### **Bruner: Narrar e ser excepcionalmente canônico**

Conforme Bruner ([1990] 1997, p.40), “é a cultura, e não a biologia, que molda a vida e a mente humanas, que dá significado à ação, situando seus estados intencionais subjacentes em um sistema interpretativo.” Essa concepção acerca da diferenciação entre cultura e biologia é suporte para muitas compreensões construcionistas, dentre as quais a diferenciação entre sexo e gênero como constructos culturais e não biológicas (BUTLER, 1990; 1993). É difícil dizer se as discussões do psicólogo social expandem-se para o caminho

que estamos traçando aqui, entretanto, o fato é que sua concepção de cultura e sobre o processo de significação guardam afinidades com a forma como Butler pensa o sexo e o gênero em termos de performatividade, especificamente se levarmos em consideração a noção de matriz de inteligibilidade (cis-)heteronormativa, modos pelos quais gênero e sexo se alinham normativamente de modo a produzir sujeitos inteligíveis em determinada cultura.

Essas são discussões vindouras, o que deve permanecer dessa relação de proximidade que tentamos estabelecer é o fato de nenhum indivíduo poder significar por si só, já que nessa visão a significação – significar e ser significado, produzir sentidos – é um processo fundamentalmente cultural. Um caminho similar é traçado em relação ao narrar. Ao invés de pensar a construção de histórias como um processo que decorre das aptidões mentais do indivíduo, Bruner vai entendê-la como algo ancorado na cultura de determinada sociedade, grupo ou pessoas; além disso, a narrativa é um dos princípios básicos de organização daquilo que o autor define como psicologia popular (ou “ciência social popular” ou “senso comum”):

Todas as culturas têm como um dos seus mais poderosos instrumentos constitutivos uma psicologia popular, um conjunto de descrições, mais ou menos conectadas, mais ou menos normativas, sobre como os seres humanos ‘pulsam’, como é nossa própria mente e como são a dos outros, o que podemos esperar que seja uma ação situada, quais são seus estilos de vida possíveis, como nos comprometemos com eles e assim por diante. Nós aprendemos da nossa cultura, ainda muito cedo, a respeito da psicologia popular à medida que também aprendemos a utilizar a própria linguagem que adquirimos e a conduzir as transações interpessoais necessárias à vida comum. (BRUNER, 1990 [1997], p.40)

Portanto, longe de ser o elemento constitutivo de toda a cultura, a psicologia popular é *um* dos, talvez o mais coercitivo, se levarmos em consideração sua amplitude. Na perspectiva que seguimos, ela é tanto um modo de interpretar quanto de constituir a realidade social; é normativa, mas também aberta a transformações, pois nós podemos tanto reforçar determinados padrões de significação quanto questioná-los em nossas ações. Seu estatuto em relação à cultura é canônico e o rompimento com o cânone, ações que violam as expectativas, crenças e normalizações da cultura popular (1990, p.43-44), acabam desencadeando o processo de construção narrativa – canonicidade e excepcionalidade da narrativa. Assim, em nossa compreensão a psicologia popular é, como afirmamos anteriormente, um, dentre tantos outros, sistemas de coerência (Linde, 1993)

Essa relação seria uma das características da narrativa para Bruner (1990). Primeiro teríamos a narrativa, e, portanto, a significação, como processos que decorreriam da organização sequencial de um evento e não como a representação de um ocorrido. Em segundo lugar – consequência do primeiro – a relação entre acontecido e narração é indiferente, a organização sequencial da narrativa relaciona-se a padrões de adequação ao que é esperado em determinada cultura. Em terceiro lugar, entra justamente o papel da narrativa em criar conexões entre experiências incomuns com as expectativas culturais:

“Os significados negociados [...] são possibilitados pelo aparelho narrador para lidar simultaneamente com canonicidade e excepcionalidade. Dessa forma, embora uma cultura deva conter um conjunto de normas, ela deve também conter um conjunto de procedimentos interpretativos para tornar o abandono dessas normas significativo em termos de padrões estabelecidos pela crença. A psicologia popular depende da narrativa e da interpretação narrativa para atingir esse tipo de significado. As histórias atingem seus significados explicando desvios do comum de uma forma compreensível [...]” (1990, p.49)

Nesse sentido, histórias, para Bruner, vão surgir da tentativa de explicar a excepcionalidade no mundo, adequando aquilo que seria pouco comum ao que é esperado, isto é, justificando a exceção através como própria e não externa ao cânone de uma cultura.

Além dessas características, para o autor a narrativa é um ato moral – “qualidade dramática”. Ao narrarmos, estamos nos posicionando do mundo, mesmo que essa posição não seja contrária a determinadas expectativas: “Contar uma história é inescapavelmente assumir uma posição moral, mesmo que seja uma posição moral contra as posições morais.” (1990, p.51). O posicionamento moral é assumido por uma protagonista(x) – narradora(x) –, a qual está constantemente tentando justificar seu posicionamento, defendendo-se, sustentando uma face na interação (cf. seção 3.3.1). Ou seja, a qualidade dramática é condição do próprio evento narrativo, isto é, pelo olhar retrospectivo (MISHLER, 2002) que organiza a experiência ao mesmo tempo que posiciona x narradora (x) como um ser moral. No nosso entendimento, isso também implica assumir uma posição em relação a determinadas estruturas de poder e suas expectativas, seja para reforçá-las ou desafiá-las.

Embora compartilhe da compreensão de narrativa de Bruner sobre o papel desta em relação à cultura e o que estamos fazendo ao narrar, devo dizer que, conforme me parece, ele não toca muito em um ponto fundamental acerca da linguagem: o sentido fracassa. Se assim é, isso implicaria que nem toda narrativa

operaria com sucesso adequando uma experiência a um padrão cultural – e aqui estamos compreendendo cultura em seu aspecto fragmentado, próprio de diferentes grupos, situada.

Como nota Riessman (1993, p.3-4), apesar de serem algo universal, nem todas experiências são narráveis, ou melhor, organizadas em forma de narrativa. A autora dá exemplos de acontecimentos envolvendo tortura, guerra, abuso sexual e outras experiências que são tanto silenciadas quanto atravessadas por silêncios. Para o último caso, Riessman, partindo de Herman (1992, p.175), nota o aparecimento de pré-narrativas, formas de organizar a experiência que não trazem desenvolvimento ou ordenamento temporal ou avaliações sobre o ocorrido.

Mas não precisamos ir a casos extremos. Em seu trabalho, Cabral (2019) nota que quando expectativas de narrativas de saída do armário são quebradas, o resultado pode ser a reconceituação de noções essencialistas sobre o que é ou não estar no armário. Nesse sentido, se a forma narrativa fracassa em se adaptar ao cânone, longe, de termos uma experiência ininteligível, podemos estar diante de reformulações sobre como compreendemos uma experiência, e, mais do que isso, sobre como compreendemos o narrar.

Não queremos com isso dizer que é preciso se distanciar da discussão de Bruner. Essas críticas também poderiam ser feitas a Linde (1993), para quem, além disso, o “self”, parece ser muitas vezes estável demais, como se o próprio processo de nos produzirmos em termos coerentes também não fracassasse.<sup>21</sup> Acreditamos ser preciso levar a discussão para novos caminhos, os quais não devem abandonar os trabalhos desses e de outros autorxs, mas alinhá-los com novas percepções sobre a relação entre a forma e o caráter situado da co-construção narrativa. Ou seja, nos perguntar o que acontece com todo aquele conjunto de dados que desafia o trabalho do analista por não se apresentarem sequencialmente dentro das expectativas culturais do narrar.

Esse debate é caro a nos , pois – como veremos na análise – nem todos os dados gerados nessa pesquisa se adequam às grandes narrativas, apresentando pontos de virada ou *landmark events*, estando muitas vezes mais próximas às

---

<sup>21</sup> Com isso, não estamos ignorando o fato de o fracasso também provocar dor, sofrimento, causar perdas, etc. É definitivamente difícil defender o fracasso em tempos de pandemia, em que o fracasso governamental do atual (des)governo tem levado a perdas não quantificáveis. Entretanto, estamos aqui pensando em uma noção de fracasso mais próxima a Halberstam (2011) e Butler (1990; 1993), sendo que para esta, o fracasso tem dupla função, ele é exterior constitutivo de um ideal, mas também é uma violação com potencial de resignificação.

*small stories*, ou por vezes, em um caminho que parece intermediário, apresentando elementos próximos às narrativas mais canônicas, mas destoando ao mesmo tempo.

### 3.1.3 As time goes by e é percebido na narrativa

Só não inicio pelo fim que justificaria o começo – como a morte parece dizer sobre a vida – porque preciso registrar os fatos antecedentes.

Clarice Lispector, *A hora da estrela*

Para algumas pessoas, a compreensão do tempo não é uma questão linguística, e sim uma propriedade do mundo físico. A percepção do tempo se daria pelo movimento dos astros, dos átomos; pela forma como a gravidade altera, distorce e balanceia nossa percepção mais ordinária de tempo. Nessa ótica, a linguagem teria apenas a função de expressar uma qualidade física do mundo: a mudança. Entretanto, como acreditamos, o tempo é também uma propriedade linguística, e narrativa, não limitando-se a conjugações verbais, antes a processos de organização da experiência. Logo, nossa compreensão sobre o tempo implica um posicionamento acerca da relação entre linguagem e mundo, entre o narrar e o entendimento da realidade social.

Em seu trabalho, Mishler (2002) apresenta duas concepções de tempo na narrativa: o relógio/cronológico e o narrativo/experiencial. O primeiro está baseado em uma noção referencial de narrativa; tempo aqui é uma reprodução da ordem dos acontecimentos, ou seja, a reprodução de uma qualidade física do mundo. O segundo, em contraposição, refere-se à construção que narradorxs fazem, durante a narração, da ordem dos acontecimentos, isto é, o modo como lançam um olhar retrospectivo – de forte teor avaliativo – e a partir disso organizam sua experiência sequencialmente.

Assim sendo, o tempo narrativo não é uma propriedade física, mas é constitutivo da realidade social. Os eventos são percebidos tal qual são narrados e não o contrário – os eventos são narrados tal qual foram apreendidos pela memória – e assim sendo, o modo como esses acontecimentos são percebidos por nós, e por outras pessoas, está sempre sujeito à transformação e estabilização, pois:

Falamos sobre nossas experiências passadas guiados pelo filtro afetivo das nossas emoções, o que nos leva a frequentemente, transformar e recriar essa experiência. É nesse sentido que cada vez que contamos uma história, podemos estar tanto

transformando nossas lembranças, quanto solidificando determinadas interpretações e formas de relata-las. Essas interpretações e formulações discursivas muitas vezes passam a ser a nossa memória do que aconteceu. (BASTOS, 2005, p.80).

Assim, como para Linde (1993) e Bruner (1990), para Mishler (2002), a sequencialidade é uma característica definidora da narrativa, também produtora de causalidade, pois “o ato de narrar atribui significado aos eventos em termos das suas consequências.” (MISHLER, 2002, p.106). Logo, as noções de sequencialidade e tempo experiencial, como estamos entendendo, são complementares, não podemos entender a sequência como uma propriedade narrativa se compreendermos que o tempo é uma propriedade externa a ela.

Ademais, não podemos entender que essa noção de tempo é uma propriedade individual. Que cada indivíduo narra uma história de um jeito específico pode ser um fato conhecido, o que não é dizer que a sequencialidade da narrativa é uma propriedade individual, mas como abordamos anteriormente, um trabalho interacional atravessado por demandas locais e culturais. Ou seja, ao narrarmos, estamos respondendo a demandas macrossociais que nos compelem a narrar um acontecimento seguindo determinada ordem de acontecimentos e não outras; concomitantemente, também estamos respondendo às demandas contextuais, xs falantxs negociam conosco os sentidos e a coerência de nossas narrativas; e desse processo uma temporalidade é fixada.

Além disso, um ponto importante sobre essa concepção de tempo é que, se este é uma propriedade do evento narrativo e não do evento narrado, a narrativa passa a ser uma compreensão contemporânea sobre um evento passado. Ainda, narrativas estão sendo constantemente construídas a partir do “filtro de nossas emoções”, ou seja, elas são uma forma de avaliarmos determinado acontecimento colaborativamente. Isto implica que elas são marcadamente avaliativas, mas nem sempre essas avaliações são elementos predominantes na narração, se formos pensar no componente avaliativo conforme Labov.

Nos nossos dados, os processos de avaliação dxs narradorxs se tornaram um elemento relevante na análise. A partir deles percebemos como se dava a relação dxs participantxs da pesquisa com suas respectivas famílias, mais especificamente, percebemos que dessa preponderância avaliativa, sentidos sobre o que é uma família, como deve/pode agir uma mãe, pai, e quais os impactos dessas ações.

### 3.1.4

#### Deborah Tannen: construindo diálogos em narrativas

É comum em narrativas a ocorrência do que é popularmente conhecido como discurso direto: uma fala que reportaria a outra, tal qual esta tenha sido proferida, daí também este recurso ser conhecidos como “fala reportada”. A essa noção, costuma-se complementar a de discurso indireto, caracterizado por reportar a uma fala, mas não do modo tal qual ela tenha sido dita, mas tal qual ela pode ser adaptada. Tais compreensões estão muitas vezes ancoradas em uma perspectiva representacional da linguagem de modo que somos levados a acreditar que a “fala reportada”, como aparece em narrativas, representaria diretamente o que foi dito pelos personagens em uma situação. Assim, alguém, em sua tentativa “objetiva” de contar os fatos como ocorreram, estaria isento da circunstancialidade da narração; sua subjetividade seria apenas marca avaliativa dos fenômenos, não estando ligada à interpretação do que foi dito.

Essa perspectiva pode ser um tanto comum ainda, porém não necessariamente dominante. Quantas vezes não nos pegamos perguntando a contadores de histórias: “Eu não acredito que ele disse isso!?”. Esse mesmo questionamento pode ser também uma forma de pôr em questão a credibilidade da narrativa: “Eu não acredito que ele disse isso.”, ao pôr em dúvida a “transposição” de uma fala de um contexto para outro.

Desde Labov (1972), entretanto, a noção de fala reportada tem sido pensada em relação à sua função nas narrativas. Em seu texto, o sociolinguista chama atenção para o fato desse ser um recurso de dramaticidade na história, que prende o ouvinte, funcionando como forma do narrador fazer avaliações encaixadas ao longo da história. Porém, é Tannen (1989) que, partindo da noção de discurso construído, rompe de vez com concepções mais “tradicionais” ao entender que o que é dito seria, na realidade, uma construção, algo que atende mais a fins interacionais do que reportáveis.

Para a autora, não há a possibilidade de se reportar a fala de alguém por pelo menos duas razões: a impossibilidade de recuperar o que foi dito por outra pessoa e o fato de a fala reportada só existir como elemento do contexto de reportabilidade (onde se fala), ainda que seus sentidos ressoem ao contexto reportado (de onde se falou) (2007 [1989], p.104). Deste modo, nessa perspectiva, não há possibilidade de reprodução ou recuperação do que foi dito, a fala diz respeito a um contexto próprio de enunciação. A “re-enunciação” é um processo

criativo, considerando que o discurso atende às demandas conversacionais próprias ao novo contexto: muda-se o que é dito e muda-se também a sua função:

Estou afirmando que quando um falante apresenta um enunciado como sendo as palavras de outro, o que resulta disso não pode ser descrito como 'fala reportada.' Ao invés disso é um discurso construído. E a construção de um diálogo representa um movimento ativo, criativo, transformador, que não expressa a relação entre a parte citada e o tema da conversa, mas sim a parte que cita e o público a quem a citação é entregue. (TANNEN, 2007 [1989], p.111)

A autora também chama atenção para o fato do discurso construído ser uma forma de reforçar laços de intimidade em família. Bem como ser utilizado para isentar o falante da responsabilidade do que é dito. Pode também ser uma forma de avaliar alguém quando essa pessoa não se encontra; além de muitas outras coisas.<sup>22</sup> Em resumo, fazer uso do diálogo construído "é uma estratégia discursiva para enquadrar informações de modo a se comunicar efetivamente e criar envolvimento." (2007 [1989], p.112). Sendo que isso se dá a partir de diferentes recursos linguísticos e paralinguísticos.

Em cada uma das interações de nossa pesquisa o diálogo construído apareceu de diferentes formas. Nos dados a serem analisados no capítulo 4, eles também estão presentes. Aparecem rapidamente em uma pequena narrativa de Karla, durante a ação complicadora; e irão aparecer de modo disperso na narrativa de Carlos. Todavia, é notável que, nesses casos, eles sempre emergem como uma forma de ela e de ele avaliarem as ações de seus familiares – Carlos chega a utilizar fonologia expressiva – e mais especificamente, formas de construir identidades para essas pessoas durante a interação. Então, de modo um tanto circular, ao invés de reportar à visão que seus familiares teriam, ou suas respectivas falas, estamos diante daquilo que a narradora e o narrador entendem da visão dos seus familiares sobre eles.

### 3.1.5

#### **Narrativas grandes e pequenas e suas histórias maravilhosas**

Grande parte da discussão teórica trazida até então está centrada na noção de narrativa como uma forma de organizar experiências passadas. Todavia, durante nossas conversas, nem sempre estamos nos remetendo a ações

---

<sup>22</sup> Apesar de suas análises se darem em relação a casos nos Estados Unidos, acreditamos que a reflexão acerca dos efeitos deste recurso não se limita a este contexto.

passadas; nem sempre somos conclusivos, por vezes, aludimos a acontecimentos de modo inconclusivo. Igualmente, podemos falar sobre um futuro possível ou desejável, como também sobre o presente, o qual vai se concretizando em nossa fala concomitantemente a sua realização. A todo esse guarda-chuva, ao qual recorreremos para organizar nossas experiências, chamamos de narrativas não canônicas, pequenas histórias ou *small stories* (BAMBERG, 2008; GEORGAKOPOULOU, 2006; BAMBERG E GEORGAKOPOULOU, 2008).

O surgimento dos estudos com narrativas não canônicas é, em parte, uma resposta à centralidade dos estudos com narrativas canônicas, as *big stories* – narrativas/histórias autobiográficas, histórias de vida. Estes trabalhos não se limitam à linguística, englobam diferentes áreas das ciências humanas e sociais. Contudo, Bamberg e Georgakopoulou (2008, p.378) os caracterizam por compartilharem de “representações das subjetividades dos participantes de modo mais ou menos não mediada e transparente e [para] a partir disso refletir sobre suas identidades.”.

A crítica vai além da definição de narrativa, abarca o próprio tratamento dos dados, especificamente, o processo de geração por entrevistas. Tais críticas se dão, também, pelo entendimento das narrativas como performances situadas; a preocupação é maior em relação ao evento narrativo e não ao evento narrado. Ou seja, em investigar a emergência de identidades situadas e quais seus efeitos nxs interagentxs (BAMBERG, 2006) e não apenas a forma da narrativa ou utilizar dessa materialidade para debater categorias macrossociais.

Ainda, nessa perspectiva, a avaliação e a sequencialidade passam a ter funções interacionais, ou seja, passam a ser pensadas em termos dos seus efeitos na conversa. Ambas deixam de ser vistas como um olhar retrospectivo próprio ao narrar – ou o reforço do ponto da história – e uma forma de produção de causalidade, respectivamente; são, igualmente, recursos que atendem a “propósitos interativos de alimentar e mitigar interpretações (presentes) de outros.” (BAMBERG, 2006, p.145). Podemos pensar o mesmo para as contextualizações, as quais terão grande papel na estruturação das narrativas a serem analisadas.

A questão da identidade passa a ser central nessa perspectiva. Ao contrário de teóricos que veem a narrativa como uma forma de construção de um senso estável de ser, nessa abordagem ela é mais tomada em seu caráter situado, como uma performance, isto é, como algo existente em um dado contexto, não necessariamente ligado a uma existência subjetiva maior. A narrativa não informa quem uma pessoa é, mas quem ela está sendo. Com isso, o interesse por um *self* temporalmente mutável é sobreposta a interesses sobre o processo de

performance identitária, o qual decorre do engajamento conversacional, podendo ele estar, ou não, conectado a sentidos identitários mais amplos:

É através de práticas cotidianas, [entendidas] como locais de engajamento, que o ‘trabalho identitário’ está sendo conduzido; nós acreditamos que tais engajamentos contínuos e repetitivos acabam por levar a hábitos (plural) os quais tornam-se a fonte para senso contínuo de quem somos – um senso de nós como ‘iguais’, apesar da mudança contínua. O ‘trabalho’ real sendo conduzido por indivíduos durante o engajamento interativo, por assim dizer, alimenta um sentido do eu – na forma de um processo contínuo dentro do qual esse sentido vem à existência (emerge) (BAMBERG; GEORGAKOPOULOU, 2008, p.379-380).

Iremos abordar melhor a questão da identidade na próxima seção. Por hora, gostaria de salientar que, mesmo essa perspectiva tendendo a criticar trabalhos com entrevista de pesquisa por verem nelas uma situação de interação pouco “comum”, não compartilhamos dessa crítica. Desde Mishler (1986), a entrevista tem sido pensada como uma, dentre tantas outras, formas de interação própria a realidade social – algo reforçado por nosso posicionamento anterior (cf. 2.1 e 2.1.1). O caminho, a nosso ver, não é rejeitar um ou outro método, mas produzir uma análise que dê conta dos aspectos considerados relevantes para a pesquisa; sejam eles a interação, a estrutura narrativa, as relações micro-macrossociais, ou todas elas, como propõe a abordagem laminar (BIAR, 2012; BIAR, ORTON, BASTOS, 2021).

### 3.1.6

#### **Narrativa e identidade: ser ou estar ao narrar**

Não chegar ao ponto em que não se diz mais EU, mas ao ponto em que já não tem qualquer importância dizer ou não dizer EU. Não somos mais nós mesmos. Cada um reconhecerá os seus. Fomos ajudados, aspirados, multiplicados.

Deleuze e Guatarri, Mil Platôs I: *Capitalismo e Esquizofrenia*

Somos um? Muitos? Uma rede de EUs conectados e interagindo em diferentes situações sociais? Duas coisas chamam minha atenção na citação acima: a alusão a uma perspectiva pós-identitária (BORBA, 2015), na qual o “eu”, a identidade, é um processo de reconhecimento, dentre tantos outros possíveis, no aqui e no agora; e, concomitantemente, a possibilidade de ruptura, multiplicação, modificação, sem o abandono das possibilidades de autorreconhecimento. Estas reflexões trazem um pouco do que gostaríamos de debater aqui sobre a identidade, e, especificamente, na a perspectiva que adotamos.

No processo de organização da experiência em narrativas, acabamos muitas vezes relatando nossas emoções, sentimentos, perspectivas, visões de mundo, crenças. Neste processo, passamos a ser percebidos por nossos ouvintes sob determinada luz, ou seja, construímos um senso local de quem somos, identidades; daí o reconhecimento de que narrativas se configuram como um espaço discursivo privilegiado para o estudo dos processos de construção identitária (BASTOS, 2005; BASTOS e BIAR, 2015); o que entendemos por performance narrativa. Tais identidades existem em caráter contextual, porém, como todo contexto é atravessado pelo macro (BIAR, ORTON, BASTOS, 2021), são formas de analisarmos como essa relação opera e compreendermos, assim, mais sobre a realidade social. Isto é, de pensar como determinada categoria social é construída localmente partir da mobilização de índices em sua relação com processos de inteligibilidade e legitimidade.

Como debatemos em seções anteriores, algumas abordagens da narrativa podem trazer concepções de identidade como processos que, mesmo modificáveis ao longo do tempo, não emergem como consequência de relações situadas, antes, relacionadas a um sentido mais particular sobre a(x) narradora(x). Aqui, nos as entendemos como performances de caráter situado, como fluidas e transitórias, sentidos construídos atendendo a demandas contextuais, o que não implica um voluntarismo, pois o contexto e a interação são regidos por regras, exigências e normas que retroativamente delimitam as possibilidades de identificação e conferem inteligibilidade para compreendermos localmente, o que é, por exemplo, ser mulher cis ou trans, homem cis ou trans, lésbica, transsexual, gay, bissexual. Neste sentido, entendemos que, mesmo condicionada à situação de interação, as identidades são reguladas pela performatividade (BUTLER, 1990; 1993).

Em resumo, em narrativas, as identidades sociais configuram-se como formas de analisar a esfera macrossocial, ou seja, a partir de determinadas categorias de análise, torna-se

possível elaborar articulações com o contexto macro-contextual ou sócio-histórico, perguntando-se, por exemplo, como estereótipos são aceitos ou rejeitados, ou como as identidades localmente instituídas relacionam-se com discursos especializados ou de senso-comum que circulam na sociedade.” (BASTOS e BIAR, p.109).

Mas essa relação ao invés de simplesmente mostrar como micro-macro estabelecem uma composição ascendente, deve ser pensada conforme fazem Biar, Orton e Bastos (2021, p.234) fazem a partir de Goffman (citado por WINKIN,

1998, p. 144), em termos de uma dupla *contenção* – não no sentido de restrição ou controle, mas de ter em si “o contexto ‘micro’ contém o ‘macro’ e vice-versa, ou, ‘trabalhar sobre as interações é trabalhar sobre a sociedade inteira.’”

Neste sentido, como processos em contínua transformação, as relações micro-macro, e as identidades emergem narrativamente como negociações, embates discursivos em torno de sentidos – e subjetividades – a serem legitimados, contestados, refutados (MOITA LOPES, 2001; RIESSMAN, 2008; BASTOS; BIAR, 2015). Desse modo, a narração de experiências pode ser compreendida como uma “política transformadora”, porquanto ela refute perspectivas essencialista e ajude no processo de subjetivação de quem é constantemente construídx como objeto (hooks, 1989; KILOMBA, 2008).

A partir da organização de nossas experiências em narrações, abre-se a possibilidade de (auto)reconhecimento e, antagonicamente, o risco de clausura deste, isto é, tomar como essência aquilo que é efeito. hooks (1989), ao considerar a politização da experiência em relação às políticas identitárias, percebe bem esse risco. A pensadora alerta para o perigo das generalizações: de entender as construções identitárias em narrativas como representações das vivências de um grupo – pressuposição de homogeneidade – especificamente, de pessoas cuja posição de sujeito é reiteradamente negada. Longe disso, a narração, nesses casos, deve ser compreendida como uma forma política de teorização da subjetividade:

Usar a confissão e a memória como meios para nomear a realidade permite que mulheres e homens conversem sobre experiências pessoais como parte de um processo de politização que posicional tal conversa num contexto dialético. Isso nos permite discutir sobre a experiência pessoal de uma maneira diferente, de uma maneira que politiza não só a narração, mas também a narrativa. Ao teorizar a experiência enquanto contamos narrativas pessoais, temos um sentido mais afiado e aguçado do objetivo que é desejado pela narração. (2021 [1989], p.227),

Este risco é, em certo sentido, latente em nosso trabalho. Novamente, alertamos que nosso interesse em trabalhar com um grupo tão variado de participantxs não é consequência do pressuposto de uma homogeneidade nas vivências de LBGBTQIA+ em suas relações familiares. Nosso ponto é que esse recorte atende a fins políticos e a fins de estudo da relação entre sexualidades não normativas e família.

Ademais, não estamos entendendo essas identidades como categorias pré-discursivas. Tampouco, como representações de um quadro amplo sobre o que é ser LBGBTQIA+ em famílias brasileiras. As narrativas e as identidades que

emergem delas, não necessariamente de gênero e sexualidade, são um recorte de experiências construídas, as quais podem ou não se conectar com outras. Assim, entendemos essas identidades como performances e posições tomadas em relação à sociedade, de modo que é nosso interesse estudar tanto sua construção como seus efeitos no que diz respeito ao espaço doméstico em que habitam ou habitaram.

Ainda, estamos aqui compreendendo a performance identitária tanto a partir da Análise de Narrativa, quanto das discussões da Linguística Queer (LIVIA; HALL, 1997; MOTSCHENBACHER, 2011; BORBA, 2015; LEWIS, 2018; BORBA, 2020). Área de estudos dentro da linguística que incorpora a perspectiva pós-estruturalista advinda da Teoria Queer, concentrando-se, em um primeiro momento, em sua aplicabilidade e atualmente na análise discursiva da atuação de regimes normativos pelos quais o gênero, a sexualidade, o desejo, e as práticas sexuais são regulados, especialmente a cis-heteronormatividade, “um conjunto de estruturas, instituições e ações que promovem e produzem a heterossexualidade [e a cisgeneridade] como natural, autoevidente, desejável e privilegiada e necessária” (CAMERON e KULLICK, 2003, p.55 apud BORBA, 2020, p.13). Ou seja, à medida que a articulação entre esse conjunto produz determinadas identificações como possíveis, relega outras espaços de não-inteligibilidade, abjeção, subalternidade.

Nas palavras de Borba (2020, p.16), a Linguística Queer (LQ) busca evidenciar esse processo de construção, através do

estudo das relações entre língua, gênero, sexualidade e as dinâmicas de manutenção e/ou contestação de normatividades (linguísticas e sociais) a partir de um posicionamento político que desessencializa identidades e desontologiza a língua, problematizando, assim, a relação supostamente sólida entre aquilo que falamos/escrevemos e aquilo que somos.

Em nosso trabalho, estamos compreendendo a cis-heteronormatividade como um sistema de coerência composto por um conjunto disperso de valores, normas, regras que organizam nossas performances de modo a produzir inteligibilidade sobre elas em determinado contexto, ao passo que relega à abjeção quem escapa às suas regulações.

Como debatido anteriormente, na perspectiva da LQ as identidades não são essências do mundo, categorias pré-discursivas, mas realizações semióticas através da linguagem, isto é, práticas discursivas, sociais e corpóreas cujos efeitos constituem o que nomeiam e não o contrário. Ainda assim, essas realizações são condicionadas por normas, as quais são postas em movimento através da

performatividade, isto é, das regulações que delimitam os contornos (BORBA, 2020), as possibilidades de haver uma identidade e não outra.

A performatividade, conforme trabalhada dentro dessa área, parte dos trabalhos de BUTLER (1990; 1993). Todavia, não se restringe às discussões da filósofa, posto que compreende a performatividade como um fenômeno indexical (BORBA, 2020, p.29). Por indexicalidade estamos nos referindo às relações indiciais entre uso da linguagem e os processos de significação. Nesta perspectiva, este processo não está relacionado à relação arbitrária e dicotômica tal qual imaginada por Saussure (1916), mas à relação entre uso da linguagem e a história destes usos em determinados contextos, as quais podem levar à solidificação de determinados sentidos. Deste modo, práticas linguísticas ou não, performances, acabam produzindo significados a partir de uma relação indicial entre uso da linguagem e os sentidos que emergem e indexicalizam como estes devem ser compreendidos em determinado contexto. Assim, falar que a performatividade é um fenômeno indexical é, na LQ, chamar a atenção para como

A construção da identidade, assim, envolve a produção de links indexicais indiretos que vinculam determinada estrutura linguística a certo sentido social contextualmente. Ou seja, a produção disso que chamamos de identidade não está restrita ao uso explícito de categorias identitárias, mas ocorre por meio de diversos recursos linguísticos (sons, morfemas, estruturas sintáticas, etc.). Ao serem usados em uma prática discursiva específica, esses signos retomam uma história que movimenta certos arcaísmos interpretativos disponíveis socioculturalmente e lhes confere sentido no aqui e agora da enunciação [...]. Devido a essa situacionalidade radical dos signos indexicais, sentidos de normatividade e subversão emergem contextualmente de ações locais e não podem ser compreendidos como anteriores ao engajamento discursivo. (BORBA, 2020, p.30)

Esses recursos devem ser entendidos como índices linguísticos ou semióticos; as aglutinações de determinados sentidos que, por exemplo, delineiam as possibilidades de reconhecimento de um homem homossexual em determinada cultura. Portanto, a performatividade deve seu funcionamento à indexicalidade. Na próxima subseção, discutiremos as implicações disso, especificamente para uma abordagem construcionista da relação entre linguagem e mundo social.

Ainda, a noção de indexicalidade também será útil na discussão sobre estigma a partir de Goffman (1963), posto que as identidades “normalizadas” e estigmatizadas, são processos de construção identitárias próprios à interação, mesmo o autor não trabalhando com a noção de performatividade, mas lá abordaremos melhor essa relação.

### 3.1.6.1

## De performativos, performances e performatividades

Neste trabalho, entendemos a linguagem como forma de construção da realidade. Esta perspectiva pode ter fundamento em diversos autorxs, xs quais, de modo geral e generalizante, partem de um paradigma construcionista e, portanto, não representacional da relação entre a linguagem e o mundo social. Neste sentido, entendemos ser importante sinalizar o vínculo teórico que nos dá suporte. Aqui, estamos centrando nossas discussões no trabalho de J.L. Austin (1962), conforme desenvolvido por Judith Butler (1990; 1993).

O trabalho de Butler (1990) surge inicialmente em resposta às visões reificadas no movimento feminista sobre a categoria política e subjetiva mulher<sup>23</sup>. À época, o gênero era pensado por diversas feministas como um constructo social, porém, sua construção era compreendida como dependente de uma materialidade pré-fixada, imutável e biológica: o sexo. Tomando posição contrária, Butler vai postular a quebra de linearidade entre essas categorias, entendendo que sexo e gênero são construções sociais interconectadas, mas não interdependentes e causais; para ela, a construção de ambas as categorias se dava via performatividade.<sup>24</sup>

Seguindo o trabalho de Austin e as críticas de Derrida (1972) a ele, Butler vai trazer a linguagem para a visão construcionista do gênero e do sexo. Para ela ambas as categorias – como outras identidades – não são uma construção social fixa, uma estrutura rígida e imutável, antes, um performativo, efeito daquilo que a linguagem realiza, algo, portanto, aberto a reformulações<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> Como nos mostra o trabalho de hooks (1981; 1989), essa insatisfação dentro do movimento feminista em relação ao sujeito do feminismo era uma questão em debate à época. Em seus trabalhos, a autora pensa justamente na predominância de um sujeito, branco, de classe média, e apartado da experiência de outras mulheres.

<sup>24</sup> Essa visão de gênero atrelada ao sexo mostrava, para Butler, uma inconsistência dentro do movimento feminista, uma visão reificada e determinística com consequências negativas para o devir feminino, já posto em movimento por Simone de Beauvoir em sua famosa frase: “Não se nasce uma mulher, torna-se.”. Podemos pensar que, se o gênero estava atrelado ao sexo, sendo este uma essência, matéria sobre a qual o gênero se constrói, então a mulher nunca alcançaria um *vir a ser*, pois desde sempre ela já é. Neste sentido, quando Butler estabelece o rompimento entre essas categorias que, apesar de tudo, possuem intrínseca relação, e passa a compreendê-las como constructos sociais performatados via linguagem, ela retoma o potencial crítico do devir existencialista de Simone de Beauvoir e abre a possibilidade para reflexão de um sujeito do feminismo que não opera na mesma lógica do sistema de dominação que questiona.

<sup>25</sup> Além de explorar melhor a noção de sexo como uma construção performativa, não negando a existência da materialidade corpórea, o trabalho seguinte de Butler (1993) vai rebater argumentos voluntaristas sobre sua perspectiva; isto é, que entendem o sujeito é livre para performar esta ou

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser.” (BUTLER, 2016 [1990], p.56).

A definição de gênero como performativo, isto é, uma realização na linguagem e não uma descrição provida por ela, está diretamente relacionada ao trabalho de Austin. Porém, a definição de Butler traz também afastamentos em relação à conceitualização de atos de fala performativo do filósofo britânico.

O primeiro ponto não tão distante é a noção de “estilização”. Austin (1962) passa grande parte de seu trabalho pensando em proferimentos performativos, o que não implica que eles são condição determinística de realização de uma ação. Para o filósofo britânico, “Uma ação pode ser realizada sem a utilização do proferimento performativo, mas as circunstâncias, incluindo outras ações, sempre têm que ser apropriadas.” (1990 [1962], p.27). Assim, há um alargamento dos modos de realizar algo através da linguagem. De modo mais geral, estamos entendendo aqui estas estilizações como performances, as quais podem se dar através de diversos recursos semióticos: fala, texto, gesto, imagem; e, como trabalharemos, em narrativas.

O segundo ponto é que, enquanto Austin está pensando no contexto, nas condições de realização e intenção do falantx; Butler (1990), por outro lado, está mais interessada na possibilidade de realização do gênero em relação a uma estrutura altamente reguladora: a matriz de inteligibilidade cultural. Esta pode ser entendida como o recorte produzido em determinada sociedade com vistas a produzir subjetividades segundo alguma coerência, o que implica que as performances identitárias tem sua inteligibilidade ancorada em relação a seu alinhamento à matriz. Como exemplo, temos a matriz cis-heteronormativa na qual gênero, sexo, sexualidade, desejo, práticas sexuais, etc., estão alinhados de modo a produzir como inteligíveis relações, pessoas, a partir do pressuposto da cisgeneridade e da heterossexualidade. Por exemplo, para ser considerado um homem inteligível nesta matriz, este precisaria além de se identificar como homem cisgênero, possuir um pênis, ter desejo por mulheres, manter relações sexuais afetivas com elas e assim por diante. Quem escapa a essa linearidade, tem seu

---

aquela identidade seguindo suas próprias regras. Como veremos, ambas as categorias são altamente reguladas, o que implica também que a subversão, a reformulação, ocorre de dentro pra fora e não ao contrário.

valor questionado em relação ao sistema, e, em alguns casos, são legados a zonas de abjeção.<sup>26</sup>

O terceiro ponto, também visível nesta definição é a noção de repetição. Aqui, Butler se aproxima mais do trabalho de Derrida (1972) do que de Austin. Segundo Moita Lopes e Melo (2015, p.56), para Derrida

o performativo é naturalizado pela iterabilidade e pela citacionalidade, ou seja, por meio da repetição de tais atos de fala nas práticas sociais e de sua propagação pelas diversas instituições como a mídia, a escola, a igreja etc. Nesta perspectiva, a linguagem, então, é entendida como ação e constitui os corpos nas práticas sociais, ou seja, o discurso é primordial na (re)invenção de nós mesmos e dos outros.

A repetição do *mesmo* (iterabilidade) e concomitantemente deste *mesmo* como algo diferente (citacionalidade), é o que, para filósofa, dá força ao performativo para realizar algo. Mas o que seria este “*mesmo*”? No que diz respeito ao gênero, seriam atos de fala do tipo, “meninos vestem azul e meninas veste rosa” – como crê a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo atual, Damares Alves<sup>27</sup>? Sim e não.

O que dá força ao performativo para realizar uma ação, e cristalizar asserções como a acima, são a repetição das normas/lei e seu apagamento. Atos de fala como o da ministra Damares, não são entendidos por Butler como performativos meramente por realizam uma ação – a ação de definir/impôr o que meninos e meninas devem vestir – quando proferidos. Isto implicaria um poder divino – uma sétima função da linguagem a lá Laurent Binet – o que, felizmente, não é o caso. Conforme a pensadora, atos de fala desse tipo movimentam normas/leis, delimitam as possibilidades de identificação e subjetivação – para o caso que ela estudou em seus primeiros trabalhos, o gênero (BUTLER, 1990) e o sexo (1993) – ou seja, os recursos de produção de inteligibilidade em determinado recorte social. Na repetição, essas normas/leis ganham força, isto é, reforçam a suposta separação entre o que é e não é, próprio a um sujeito, a uma identidade. Além disso, este processo assenta uma fantasia, uma fundação ficcional, através do apagamento da cadeia de repetição; deste modo, o que foi construído historicamente é entendido como essência.

---

<sup>26</sup> Por zonas de abjeção estamos nos referindo às “zonas ‘não-vivíveis’ e ‘inabitáveis’ da vida social que, não obstante, são densamente povoadas por aqueles que não alcançam o estatuto de sujeito, mas cujo viver sob o signo do ‘inabitável’ é necessário para circunscrever o domínio do sujeito.” (BUTLER, 2019 [1993], p.18)

<sup>27</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024>. Acesso em 26 de junho de 2021.

Um último diferencial que Butler traz em sua perspectiva, e que representa um afastamento tanto do trabalho de Austin quanto do de Derrida, diz respeito à possibilidade de subversão das normas/lei que organizam a performance. De um lado, a repetição não se dá sempre com sucesso, isso porque a performatividade atua em caráter situado; de outro, pelo fato das subjetividades e identidades cristalizarem-se em ideias inalcançáveis. Por exemplo, a definição da categoria homem heterossexual pode variar culturalmente, o que implicaria a utilização de diferentes normas em um contexto para ser reconhecido enquanto tal. Outrossim, algumas delas podem não ser suficientes para garantir essa inteligibilidade. Isto levaria a uma constante citação da lei com fins de reconhecimento – processo indexical – ou seja, a constante negociação da performance, a qual está margeada por um fracasso que lhe sustenta e que lhe assusta. Neste sentido devemos nos perguntar: o que assegura esse reconhecimento? Por que algumas pessoas são reconhecidas nessa categoria e outras, mesmo recorrendo aos mesmos índices, tem sua inteligibilidade questionada? Não há garantias de sucesso, mas isto pode levar a uma ressignificação dessa categoria.

Por outro lado, o reconhecimento da performatividade também abre a possibilidade de ressignificação. Todavia, ações e atos isolados, ou a tomada de uma categoria como subversiva por si, não são capazes de subverter a forma como um gênero, uma sexualidade, é produzida; na realidade a subversão só ocorre dentro da própria performatividade:

Se as regras que governam a significação não só restringem, mas permitem a afirmação de campos alternativos de inteligibilidade cultural, i.e., novas possibilidades de gênero que contestem os códigos rígidos dos binarismos hierárquicos, então é somente no interior das práticas de significação repetitiva que se torna possível a subversão da identidade. (BUTLER, 2016 [1990] p.250)

Neste sentido, as tentativas de subversão à construção reguladora e segregadora do gênero, da sexualidade, do sexo, da raça (MOITA LOPES; MELO, 2015) não deve ser pensada em termos shakespearianos, *To repeat or not to repeat*<sup>28</sup>. Deve, antes, ser pensada em consideração ao caráter situado de construção das identidades, ao fracasso inerente a reprodução de ideais normativos e da reflexão sobre nossas performances.

---

<sup>28</sup> “A tarefa não consiste em repetir ou não, mas em como repetir ou, a rigor, repetir e, por meio de uma proliferação radical do gênero, afastar as normas do gênero que facultam a própria repetição.” (BUTLER, 2016 [1990], p.255).

Apesar do trabalho de Butler se dar em torno de uma compreensão de linguagem enquanto ação, em seus dois primeiros trabalhos (1990;1993), a questão da linguagem em uso é deixada um pouco de lado. Suas análises são feitas em relação a performances de *drag queens*, análise de alguns escritors, filósofs, psicanalists, filmes, as quais não deixam muito claro como a performatividade opera em caráter situado. Daí o importante papel de áreas como a Linguística Queer, a Análise de Narrativa e outras afins no estabelecimento de pontes entre discussão teórica e análises materiais contextualizadas do seu funcionamento. É nesse sentido que buscamos trazer algumas questões sobre o trabalho de Butler a partir da Linguística Queer (LQ).

Como comentamos acima, nessa área da linguística, a movimentação de normas/leis da performatividade é compreendida em relação à negociação situada de sentidos. Estes não são tomados pela relação direta com formas discursivas – verbais, textuais, visuais, etc. – mas por processos de construção histórica localizada. Assim, as normas/leis são percebidas pelos recursos indiciais próprios a um contexto de interação, daí a compreensão da performatividade como um fenômeno indexical. No entanto, essa relação não se limita à performatividade; a indexicalidade é uma discussão na qual compreensões mais clássicas sobre as

Agora, discutiremos abaixo a relação fundacional das normas de sociabilidade familiar e sua relação com a sexualidade para, nesse caminho, também (re)formularmos a concepção de repressão aqui trabalhada.

## **3.2 Sexualidade, Repressão e família**

### **3.2.1 Foucault: história de uma possível repressão**

*Se a sexualidade se constituiu como domínio a conhecer, foi a partir de relações de poder que a instituíram como objeto possível; e em troca, se o poder pôde tomá-la como alvo, foi porque se tornou possível investir sobre ela através de técnicas de saber e de procedimentos discursivos.*

*Michel Foucault, História da Sexualidade: a vontade de saber*

Já é bem conhecido o fato de Foucault (1976), em *História da sexualidade 1*, contrapor-se à ideia corrente segundo a qual, a partir do século XVII, a sexualidade estaria sendo constantemente reprimida, encarcerada; que os

discursos sobre ela estariam operando entre a interdição, o silêncio, a polidez, e o recato. Para ele, haveria nesse período um intrincado entrelaçamento entre poder, sexo/sexualidade e saber de modo a produzir uma incitação discursiva: “Não se fala menos do sexo, pelo contrário. Fala-se dele de outra maneira; são outras pessoas que falam, a partir de outros pontos de vista e para obter outros efeitos.” (2017, [1976], p.30).

A visão corrente, a qual o autor passa a referir-se como “hipótese repressiva” (HR), tem em sua origem no contraste entre dois períodos históricos no Ocidente: um primeiro, anterior ao século XVII, no qual a sexualidade gozaria de uma “livre” circulação e um segundo, a partir desse período, quando ela passa a fazer parte da ordem burguesa concomitante aos interesses de desenvolvimento capitalista (2017 [1976], p.10). No período em questão, séculos XVII-XIX, o autor nota o surgimento de discursos – como a psicologia e psicanálise – a trabalhar em um duplo movimento: ao mesmo tempo em que realizam o diagnóstico da repressão sexual na sociedade europeia, buscam libertá-la de sua clausura doméstico-burguesa dizendo a verdade a seu respeito, assegurando um futuro senão de maior liberdade, ao menos, de maior saber sobre ela. (2017 [1976], p.13). E é nessa relação entre passado repressor e promessa de libertação que estaríamos atualmente compreendendo e experienciando nossa sexualidade e sexo: “fomos/somos reprimidxs, mas há uma verdade sobre o sexo que nos libertará!”

A ideia de uma crítica a essa hipótese pode levar a crer que seus objetivos são meramente reverter a compreensão acerca de um quadro histórico. Entretanto, seus interesses são menos questionar se fomos ou não reprimidxs e mais alocar a discussão em uma “economia geral dos discursos sobre o sexo no seio das sociedades modernas a partir do século XVII” (2017 [1976], p.16) notadamente, investigar quais os efeitos desta economia nos processos de construção de um saber sobre a sexualidade. Assim, se a questão da restrição, da repressão, da interdição, do silêncio, ainda for pensada não deve ser este o eixo fundamental na discussão; o núcleo do debate passa a ser a redistribuição do saber e do dizer em torno do sexo: como os discursos estão se organizando e o que eles estão fazendo. Como nota, “É quase certo que tenha havido aí toda uma economia restritiva. Ela se integra nessa política da língua e da palavra – espontânea por um lado e deliberada por outro – que acompanhou as redistribuições de sociais da época.” (2017 [1976], p.20). Em resumo, o autor está menos pensando no caráter histórico da repressão – em sentido amplo – e mais desenvolvendo uma análise genealógica das relações de poder no campo dos discursos científicos, sociais, institucionais em torno da questão da sexualidade.

O que seria então essa nova economia discursiva em torno do sexo? Sua medida, sua qualificação, sua quantificação, sua análise, seu investimento, todo um aparato tecno-político que busca enxaminar a verdade sobre o sexo. A cena da confissão (ver cap. 2) é bem emblemática nesse sentido. Nela, parte-se do princípio da existência de “uma verdade” sobre o sexo enxaminado; o médico, o psicólogo, a família, passam a buscá-la, fazem-no falar e a partir disso essa “verdade” apareceria. Contudo, longe de ser um método de alcançar um saber “escondido” sobre o sexo – seu “segredo” – a confissão é um produtor de efeitos de verdade a seu respeito, um mecanismo de controle camuflado discursivamente. Deste modo, uma vontade de saber acaba produzindo uma verdade, uma norma, a delimitação de todo um campo de inteligibilidade sobre o que é ou não próprio a um enxaminado de sexualidade aceitável e não aceitável; sobre quem tem ou não uma sexualidade “normal” ou “anormal”. É notável que a intrincada relação entre poder e saber se dá a partir de uma operação negativa<sup>29</sup>,

“[...]o que se interroga é a sexualidade das crianças, a dos loucos e dos criminosos; é o prazer dos que não amam o outro sexo; os devaneios, as obsessões, as pequenas manias ou as grandes raivas. Todas essas figuras outrora apenas entrevistadas, têm agora de avançar para tomar a palavra e fazer a difícil confissão daquilo que são. Sem dúvida não são menos condenadas. Mas são escutadas; e se novamente for interrogada a sexualidade regular o será a partir dessas periféricas, através de um movimento de refluxo.” (2017 [1976], p.43).

A sexualidade regular a que se refere o autor é a heterossexualidade e, mais especificamente, sua forma conjugal, a família. Importante notar que ambas estão sendo investidas de poder nos discursos, na realidade, como veremos, são

---

<sup>29</sup> Em seu curso na Universidade de Clermont-Ferrand em 1964, Foucault (2021) já delineava melhor essa operação negativa. Seu argumento, à época, era que o saber científico sobre a sexualidade e o comportamento sexual nas ciências humanas partiam do “desvio”, da “perversão”, para compreender o “normal”; daí tomar a psicologia como uma “ciência positiva das negatividades.” (2021, p.46) e que “a ideia de sexualidade só se constituiu, só apareceu através da análise das perversões.” (2021, p.90). Em *História da sexualidade 1*, ele retoma esse ponto em relação à hipótese repressiva. Se as ciências, não apenas as humanas, evitavam falar sobre a sexualidade, não deixavam de falar, em sua moralidade, sobre “às suas aberrações, perversões, extravagâncias excepcionais, anulações patológicas exasperações mórbidas.” (2017 [1976], p.59). Como podemos ver nestes dois trabalhos, esse movimento de instauração de um saber normativo sobre a sexualidade não se limita à ciência, mas a toda circulação discursiva dos séculos XVIII-XIX. Eu não poderia deixar de notar que Butler (1990; 1993) traz essa questão mais para a atualidade. A autora analisa as estratégias de poder em que o privilégio da heterossexualidade é constantemente assegurado na expulsão de outras formas de sexualidade não-normativas, ocorrendo, concomitantemente a esta manutenção, a delimitação de um exterior constitutivo imprescindível para a circunscrição dos limites da heterossexualidade.

imprescindíveis para formalização do dispositivo da sexualidade (DS).<sup>30</sup> Destarte, Foucault está aí chamando atenção para o surgimento de estratégias e técnicas polimorfas do poder – a confissão é uma delas – as quais são analisadas com vistas a compreender a operação mecânica do poder em relação à sexualidade no discurso, em razão de ser nele que poder e saber se articulam (2017 [1976], p.109). É importante entender nessa discussão que essas técnicas de poder não agem sobre sujeitos passivos de serem controlados e regulados, a possibilidade de resistência é inerente ao poder pois “lá onde há poder há resistência[s]” (2017, [1976] p.104).

O movimento seguido por Foucault é então: vontade de saber sobre o sexo (incitação discursiva) => vontade de saber delimitada a alguns grupos (técnicas de poder) => produção de verdade (subjetivação) => normalização (regulação e controle dos sujeitos) => controle sobre o corpo social (biopolítica). E é nesse movimento que Foucault captura a emergência daquilo que ele nomeia dispositivo da sexualidade.

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder.” (2017, [1976], p.115).

O objetivo do DS não é reprimir a sexualidade, mas “proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global.” (2017 [1976], p.116). É em relação a ele que o autor vai responder à HR, pois não estamos diante de forças que excluem a sexualidade do discurso

[...] mas da colocação em funcionamento de uma rede sutil de discursos, saberes prazeres: não se trata de um movimento obstinado em afastar o sexo selvagem para alguma região obscura e inacessível, mas pelo contrário, de processos que o disseminam na superfície das coisas e dos corpos, que o excitam, manifestam-no, fazem-no falar, implantam-no no real e lhe ordenam dizer a verdade: todo um cintilar visível do sexual refletido na multiplicidade dos discursos, na obstinação dos poderes e na conjugação do saber com o prazer. (FOUCAULT, 2017 [1976], p.81)

---

<sup>30</sup> Como argumenta o autor, a família está saturada de sexualidades em suas múltiplas relações e arquitetura (2017 [1976], p.51).

O trabalho analítico sobre essa rede passa a ser então: analisar o entrelaçamento estratégico que começa a operar; analisar seus efeitos sobre os corpos; e as relações de poder que vão se configurando – e ao mesmo tempo configuram – o dispositivo da sexualidade. Para seguir esse caminho, é importante entender uma diferenciação entre as compreensões negativas e positivas de poder com que o autor está trabalhando. Essa distinção é cara a nós, uma vez que, em parte, é sobre ela que responderemos à sua crítica à HR a partir de Butler.

O primeiro é caracterizado por ser próprio a uma visão corrente, segue um modelo jurídico, “centrado exclusivamente no enunciado da lei e no funcionamento da interdição.” (2017 [1976], p.145-6). Daí seu costumeiro registro em pessoas em posições exclusivamente institucionais – como o pai em uma família – ou no Estado, assim como a delimitação de campos dicotômicos de alocação das pessoas em relação a suas práticas: certo e errado/ lícito e ilícito. Ele domina, interdita, reprime, censura, silencia. Atua por força de lei, mesmo não havendo jurisdição para isso. Sua distribuição é homogênea. A resistência só é possível quando se toma o poder. É uma visão herdada de concepções da Idade Média, daí também o autor se referir a ele como “poder soberano”, um poder de decidir sobre a vida e a morte (2017 [1976], p.145-6) própria à monarquia e seus representantes.

O segundo, seguindo o desenvolvimento da modernidade, é produtivo, disperso e heterogêneo, ele está em todas as partes. Não atua com força de lei, mas nas relações sociais via discurso. Não é anterior, mas próprio a interação. Atua pela normalização, visando a regulação e controle através de diferentes técnicas e procedimentos. Portanto, é estratégico, visa um fim específico – obter “a verdade”, por exemplo. Nunca é facilmente apreensível, sua percepção segue indagações bem foucaultianas: quem fala? para quem? em que local? porquê? Seguindo esse caminho, percebemos que não há um “fora” do poder, o que implica que a resistência a ele vem de dentro, se dá no mesmo campo em que este se efetua, o discurso:

É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, desabilita e permite barra-lo (2017 [1976], p.110).

Disso percebemos que o curso seguido pelo autor, entre argumentar e contra-argumentar a HR, acompanha o seu desenvolvimento analítico das relações de poder em torno da sexualidade a partir de duas perspectivas: a do

poder em sua forma jurídica e a do poder em sua forma produtiva, as quais mais tarde aparecerão no texto na diferenciação entre poder soberano e biopoder. O que nos leva a perguntar: por que a sexualidade? Por que essa emergência discursiva? Qual a finalidade dessas táticas de controle em relação a ela? Por que essa vontade de saber sobre o sexo?

Devemos notar que o período analisado é de profunda transformação no campo social, nas ciências, na economia, na política e na jurisprudência. Destarte, um novo corpo social emerge, a burguesia, e um conceito central à compreensão do fenômeno aqui analisado, a população. Ambos estão entrelaçados ao DS, seja pelo cuidado, seja pelo controle. E, como veremos, indispensável para essa articulação tríplice – burguesia, população, dispositivo da sexualidade – é a configuração da forma família moderna.

### 3.2.2

#### **O biopoder: cuidar do sexo é cuidar da vida**

Foucault (2017 [1976], p.28) identifica a população – um problema de ordem política e econômica – como uma das grandes novidades nas técnicas de poder do período analisado. Questões antes tratadas como sendo da ordem do indivíduo – do rei e seus súditos ou da Igreja e seus fiéis, por exemplo – passaram a abarcar o domínio populacional: o trabalho, o equilíbrio populacional, a gestão de fenômenos de ordem diversa – saúde, segurança, educação, alimentação, moradia, etc.

Nessa mudança, surgiram novas táticas de controle e regulação, ligadas diretamente às instâncias do saber: o que precisa ser controlado, precisa também ser conhecido, e na medida que o poder não visa apenas a pessoa a regulação e o controle passam a ter caráter normativo: a regra (norma) é para todos. Poder e saber são assim indissociáveis discursivamente: faz-se falar, busca-se conhecer, o conhecimento produz efeitos de verdade, e a verdade configura-se como norma sobre as ações da população. Essa transição marca a mudança nas formas então predominantes de atuação do poder: da repressão, poder soberano, para um poder que atua por meio de sofisticadas técnicas de controle e regulação, o biopoder.

Castro (2014, s.p.) explica melhor a diferença entre essas duas formas de poder e sua atuação: “Enquanto o poder soberano expõe a vida à morte, o biopoder, em contrapartida, busca administrar e aumentar suas forças para distribuí-las em um campo de valor e utilidade.”. O biopoder é, assim,

caracterizado como um poder de gerir e promover a vida. Contrapõe-se ao poder soberano por ser da ordem do controle, da regulação e da produção intensa de discursos cujos objetivos são “causar a vida e devolver à morte” (2017 [1976], p.149) e desenvolve-se em dois polos interconectados. O primeiro, centraliza-se mais no sujeito, há a operação de técnicas de docilização, o adestramento e cuidado com o corpo – anatomopolítica do corpo. O segundo, mais na população, desdobra-se sobre a maximização da vida, o controle da natalidade, mortalidade, os cuidados com a saúde e longevidade – biopolítica populacional. (2017 [1976], p.150).

É importante salientar que o corpo aqui não é tomado como um conceito abstrato ou na oposição logocêntrica entre corpo e mente. Antes, em sua materialidade: um corpo que dorme, acorda, se machuca, reproduz, trabalha, se alimenta, sente prazer, pensa, etc.; o qual adentra as relações de poder via discurso – mente e corpo não são dissociáveis. Deseja-se saber mais a seu respeito: como, quando, onde, para qual finalidade sentir prazer? Por quanto tempo? Em qual posição? Em qual parte do corpo? O que acontece a ele em sua pequena morte? Como maximizar o prazer ou diminuí-lo? Discursos investem em cada uma dessas perguntas e produzem verdades sobre elas. Consequentemente, um regime de verdade se formaliza em torno do prazer: sabemos o que fazer e o que não fazer para senti-lo. Como efeito, normas instauram domínios do legítimo e do ilegítimo, do adequado e não adequado – do inteligível e do abjeto, diríamos – e em cada um desses lados, determinadas subjetividades – e identidades – emergem: o casal heterossexual, de um lado, e as sexualidades não normativas de outro. Não é algo fortuito trazer o prazer como exemplo de operação do biopoder, já que ele é central para a formalização do segundo, pois o desejo também está conectado à proliferação e à emergência do DS nessa nova configuração das formas de poder.

É através do DS que a anatomopolítica do corpo – a regulação do sujeito – e a biopolítica populacional – regulação e controle da população – se articulam. Nele, o sexo passa a ser compreendido como local de “acesso à vida do corpo e à vida da espécie” (2017, [1976], p.158). Assim, o interesse emergente do Estado com o controle sobre a população passa a ser um interesse sobre o sexo da população, em razão deste abarcar diversas dimensões do campo social.

No cerne desse problema econômico político da população: o sexo; é necessário analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torna-las fecundas ou estéreis, o efeito do celibato ou das

interdições, a incidências das práticas contraceptivas [...]. É verdade que já há muito tempo se afirmava que um país devia ser povoado se quisesse ser rico e poderoso. Mas é a primeira vez em que, pelo menos de maneira constante, uma sociedade afirma que seu futuro e sua fortuna estão ligados não somente ao número e à virtude dos cidadãos, não apenas às regas de casamentos e à organização familiar [dispositivo de aliança], mas à maneira como cada qual usa seu sexo. (2017 [1976], p.26-7).

Como mencionamos na seção anterior, a ascensão do biopoder coincide com o aparecimento de uma “classe” que passava a ser hegemônica no campo social, a burguesia. Foucault nota que o DS se difunde a partir da preocupação dela com seu corpo, passando, posteriormente, a ser alargada às outras camadas sociais, pelo controle populacional, pelo prolongamento da família conjugal como modo de controle social, e, futuramente, com o desenvolvimento das teorias racistas e da higienização do corpo social (2017 [1976], p.132-134).<sup>31</sup>

O autocuidado do corpo da burguesia é um mecanismo de diferenciação de ordem política, econômica e cultural. Mas é também um modo de potencializar a vida, os prazeres e as funções do corpo. Para fazê-lo, ela recorre à sexualidade, é a partir desta que ela se constitui e articula técnicas que produzem corpos sexuados, tanto os seus quanto os demais. Primeiro como segredo, depois como repressão, o corpo sexuado da burguesia emerge no dispositivo da sexualidade como altamente regulado e regulador.

Não imaginemos a burguesia se castrando, simbolicamente, para melhor recusar aos outros o direito de ter um sexo e usá-lo a seu bel-prazer. Deve-se, ao contrário, vê-la a partir da metade do século XVIII, empenhada em se atribuir uma sexualidade e constituir para si, a partir dela, um corpo específico, um corpo “de classe” com saúde, uma higiene, uma descendência, uma raça: autosssexualizada, do seu próprio corpo, encarnação do sexo e do corpo. (2017 [1976], p.135)

Mas, como veremos na próxima seção, é mais especificamente através da/na família burguesa que o corpo é altamente investido de relações de poder. É lá que o disposto da sexualidade se cristaliza em suas quatro principais estratégias: a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer perverso, pois

“foi na família ‘burguesa’ ou aristocrática que se problematizou inicialmente a sexualidade das crianças ou dos adolescentes; e nela foi medicalizada a sexualidade feminina; ela foi alertada,

---

<sup>31</sup> Seja na burguesia, na nobreza ou nas classes dominadas, a atuação do DS – e do biopoder – não é homogênea (FOUCAULT, 1976).

primeiramente, para a patologia possível do sexo [perversões], a urgência em vigiá-lo e a necessidade de inventar uma tecnologia racional de correção [normalização]"(2017 [1976], p.131).

### 3.2.3

#### A questão da família: de amor e repressão

Para Foucault, longe de se constituir-se como um lugar de repressão à sexualidade, a família é um lugar de saturação desta, onde múltiplas sexualidades emergem a partir de técnicas de poder entrelaçadas em diversos discursos:

Seria a família do século XIX monogâmica e conjugal? Talvez, em certa medida. Mas ela também é uma rede de prezes-poderes articulados segundo múltiplos pontos com relações transformáveis. A separação entre adultos e crianças, a polaridade estabelecida entre o quarto dos pais e o das crianças (que passou a ser canônica no decorrer do século, quando começaram a ser construídas habitações populares), a segregação relativa entre meninos e meninas, as regras estritas sobre cuidados com bebês (amamentação materna, higiene), a atenção concentrada na sexualidade infantil, os supostos perigos da masturbação, a importância atribuída à puberdade, os métodos de vigilância aos pais, as exortações, os segredos, os medos e a presença ao mesmo tempo valorizada e temida dos serviços, tudo faz da família, mesmo reduzida a suas menores dimensões, uma rede complexa, saturada de sexualidades múltiplas fragmentárias e móveis. Reduzi-las à relação conjugal, com o perigo de projetá-la sobre as crianças na forma de desejo interdito [tabu do incesto] não pode dar conta desse dispositivo que é, no que se refere a tais sexualidades, menos princípio inibidor do que mecanismo multiplicador. (2017 [1976], p.51-2)

O autor, com isso está chamando atenção para a forma como a psicologia, a psicanálise, a psiquiatria, a medicina, a pedagogia, a jurisprudência, e claro, a religião, dentre outros, passaram a investir na família burguesa. Como consequência a arquitetura doméstica foi remodelada; corpos foram separados em cômodos, papéis e expectativas delinearam-se em relação aos dois principais eixos de sociabilidade familiar: a relação marido/mulher e a relação pais e filhos. Estes discursos também passaram a constituir um modelo de relações e subjetividades normalizadas e aceitáveis, sendo que, grande parte desse processo se deu em relação à produção de determinadas sexualidades, especificamente, das "anormais": "a mulher nervosa, a esposa frígida, a mãe indiferente ou assediada por obsessões homicidas, o marido impotente, sádico, perverso, a moça histérica ou neurastênica, a criança precoce e já esgotada, o jovem homossexual que recusa o casamento ou menospreza sua própria mulher." (2017 [1976], p.120).

Com isso, notamos que a predominância e formação do DS nas sociedades ocidentais, teve importante aliado: a família. Segundo o filósofo, “A família é o cristal do dispositivo de sexualidade: parece difundir uma sexualidade que de fato reflete e difrata. Por sua penetrabilidade e sua repercussão voltada para o exterior, ela é um dos elementos táticos mais precisos para esse dispositivo.” (2017 [1976], p.121)<sup>32</sup>. Mas esse é um caminho de mão dupla, pois ao mesmo tempo em que o DS teve seu desenvolvimento ancorado na família burguesa em sua forma conjugal, esta só se constitui como modelo hegemônico graças a este.

Ainda, a família tem importante papel na reformulação das relações de poder. Passa-se do direito de nascimento, herança e casamento para o cuidado com o corpo, aquilo que Foucault identifica como a passagem do dispositivo de aliança para o da sexualidade. Na realidade, é nesta articulação que o autor nota a fixação de certos fatos, como a família ter se “tornado, a partir do século XVIII, lugar obrigatório de **afetos**, de **sentimentos**, de **amor**.” (2017 [1976], p.118, grifo nosso). Essa visão do autor parece bem articulada com a discussão de Philippe Ariès (1960) acerca do surgimento de um “sentimento de família” na modernidade.

Segundo o historiador, a partir dos séculos XVI-XVII, começa a ocorrer uma transformação na organização familiar em relação ao período medieval europeu. Ao direito da progenitura sobre os bens familiares, por exemplo, sobrepõe-se uma noção de igualdade entre os filhos. Isto é menos a consequência de uma homogeneização das relações paterno-filiais e mais o resultado da entrada do **afeto** na sociabilidade familiar:

Na realidade, esse respeito pela igualdade entre os filhos de uma família é uma prova de um movimento gradual da família-casa em direção à família sentimental moderna. Tendia-se agora a atribuir à afeição dos pais e dos filhos, sem dúvida tão antiga quanto o próprio mundo, um valor novo: passa-se a basear na afeição toda a realidade familiar. (1986 [1960], p.235).

Ainda, nessa visão, a relação de afeição no núcleo familiar só é possível à medida que a família se funda como um espaço de interioridade, **intimidade**, afastando-se do exterior, a sociedade: “Os progressos do sentimento da família,

---

32 Notamos nas análises do autor certa secundarização em relação ao gênero. Fala-se sobre sexo, prazer, sexualidade, práticas sexuais, mas pouco sobre as diferenciações e normalizações, próprias ao período, entre os corpos e feminino e masculino. A discussão em torno da mulher histérica e do marido impotente, por exemplo, não parece seguir para caminhos que explorem as múltiplas possibilidades de produção de sujeitos generificados no dispositivo da sexualidade, e na própria família. Mas, como acreditamos, “o’ corpo vem em gêneros” (BUTLER, 2019, [1993], p.9), a família, assim, não é apenas um local de saturação da sexualidade, mas também de saturação e sedimentação de gêneros.

seguem os progressos da vida privada, da intimidade doméstica. O sentimento da família não se desenvolve quando a casa está muito aberta para o exterior: ele exige um mínimo de segredo.” (1986 [1960], p.238).

Para o autor, as dinâmicas antes do século XVIII eram outras. O valor da intimidade, do afeto e da infância, são concepções advindas das transformações nas relações sociais a partir do período em questão. O ponto de encontro entre elas é a família, a qual passa a ter em seu alicerce três conceitos: **intimidade**, **afeto** e **cuidado**. O que não implica que são exclusivos dela, ou que são os únicos valores a organizar a sociabilidade familiar. A discussão seguida pelo historiador, permite antes compreender qual o papel desses três valores na consolidação daquilo que hoje entendemos como algo próprio à família e à sua sociabilidade.

Estes três valores, então, estruturam e prescrevem as práticas sociais e discursivas própria a este espaço, concomitantemente, diferenciam esta instituição das demais. O cuidado entre os membros, especificamente, proteção à criança, opera a partir da diferenciação no núcleo familiar entre pais e filhos, de modo que determinadas práticas acabam reconfigurando as relações em torno da proteção dos pais para com os filhos. Isto é, entre as pessoas que são reconhecidas civil e moralmente como responsáveis e aqueles que são compreendidos como necessitados de proteção do mundo, de outras pessoas, da sociedade. Isso decorre, principalmente da transformação nas concepções de infância, ou sentimento de infância (ARIÈS, 1960), do período medieval ao moderno.

A Intimidade, por sua vez, é uma medida de afastamento da família em relação à sociedade, isto é, a rua e as outras instituições, inclusive outras famílias ou núcleos familiares, caso pensemos na diferenciação entre “família” e “parente”. Ela começa a emergir, a partir do século XIX, como espaço social, necessariamente, afastado da dinâmica urbana. Este afastamento tem efeitos sobre a atuação de alguns discursos no espaço familiar. Nesse sentido, Butler (2019b) observa como a religião, em decorrência da defesa de um Estado Laico, passa a investir na família como foco de regulação moral: “Não apenas a religião ficou encarregada de regular a moralidade sexual, conflitos de família e significados de diferença sexual, como foi privada de qualquer participação no domínio público, incluindo na vida civil e na esfera da ética pública como um todo.” (2019b, p.228). Isso não é dizer que o Estado deixa de investir na família, o trabalho de Foucault nos mostra justamente o contrário, mas se ele fizer isso o fará com vistas de regulação do corpo social, da população.

O afeto diz respeito mais à organização familiar em torno dos novos sentimentos e emoções que passavam regular a socialização familiar. A maioria são emoções positivadas como amor, carinho, respeito, amizade, as quais marcam as relações familiares de modo a preservar a ligação entre as partes sem a dependência de acordos, como eram os casamentos antigamente, ou de obrigações estritamente legais.

Essa concepção de família possui a ser dominante nas sociedades ocidentais. De tal modo que, ainda hoje, são predominantes no senso comum concepções em que a família é tomada como espaço de refúgio da vida social e dos seus respectivos problemas; um local de carinho, amor, aceitação; um espaço onde o cuidado à criança é uma máxima moral.<sup>33</sup> Ou seja, há a predominância de um discurso que toma a família como um local de afeto, intimidade e cuidado, uma narrativa canônica, de modo que as sociabilidades no espaço passam a se orientar em relação a esses três valores.

Sob essa perspectiva, a construção da família nas sociedades ocidentais segue pelo menos três valores positivos, os quais poderiam produzir sociabilidades em que a integridade de suas (seus) memórias seria preservada. Porém, como temos discutido a partir de Foucault, os processos de produção de subjetividades sexuadas, sexualizadas, e generificadas, nesse espaço, tende a reforçar padrões de diferenciação, entre normalizados e não normalizados. Ou seja, a produzir campos de exclusão entre as subjetividades que serão reconhecidas dentro desse espaço e as que não serão, as quais, talvez, acabem sendo reprimidas.

Todavia, a leitura de Foucault traz uma questão: a família não opera, em sua visão, como um local de repressão sexual. Para ele, a forma família moderna, o modelo burguês de família, não é compatível com um discurso que a toma como instituição repressora, essa ideia é apenas consequência da disseminação da HR na nossa cultura. Ao invés de dar suporte à visão corrente, Foucault a crítica, identifica outro processo do qual ela faria parte: a vontade de saber, a incitação

---

<sup>33</sup> Salztrager (2018) segue uma linha de aproximação entre o trabalho de Foucault e Ariès que nos inspirou aqui, no entanto, diferimos do autor principalmente em dois pontos: primeiro, por sua organização da forma-família moderna se dar em relação a afeto, cuidado e normalidade, a intimidade para ele estaria intrinsecamente ligada ao afeto; segundo, a normalidade é o espaço em que ele passa a debater a sua aproximação entre os pensamentos dos dois teóricos franceses, muito através das formas disciplinares de poder. Como nosso interesse maior é sobre a relação família e sexualidade, acabamos centrando mais nossa discussão nessa relação a partir da emergência do biopoder.

discursiva sobre a sexualidade. Para ele o papel da família não seria então reprimir, mas controlar, regular, produzir sexualidades.

Não apenas, a própria alocação da família como instituição repressora, tende a personificar o poder, centralizá-lo em figuras – pai e mãe – que representariam a hegemonia social, ideias pouco compatíveis com a visão defendida pelo filósofo francês. Para ele, “[...] o pai não é o ‘representante’ na família, do soberano ou do Estado, e os dois últimos não são absolutamente, projeções do pai em outra escola. A família não reproduz a sociedade; e esta, em troca, não imita aquela. (2017 [1976], p.109). Logo, se a família deve ser pensada como um local de intimidade, afeto e cuidado, suas ações devem ser também entendidas em relação a técnicas de controle e produção de sexualidades legitimadas e não legitimadas.

Entretantes, não podemos deixar de notar que, mesmo sendo um local de múltiplas sexualidades, a heterossexualidade na forma família moderna parece possuir um caráter hegemônico destacável. A diferenciação entre ser heterossexual e não ser heterossexual – mas também cisgênero e transgênero – parece reorganizar relações de poder dentro desta instituição de modo a reforçar a normatividade em torno de valores positivos da primeira, em oposição à segunda.

Assim, embora a família seja um local de saturação sexual, parece haver um reforço da diferenciação nas relações em relação ao binômio hétero/não hétero – cisgênero/transgênero – de modo que a atuação da cis-heteronormatividade pareça ser predominante em relação aos discursos e práticas na sociabilidade familiar. Podemos ver isso na defesa de um modelo monogâmico e heterossexual de família, muito próprio ao atual (des)governo; na relação desigual entre os cuidados com a criança e com a criança *queer* (PRECIADO, 2019); mas também, nos assassinatos, abusos, expulsões, agressões sofridas constantemente por pessoas LGBTQIA+ em seus “lares” e por seus familiares. Ou seja, no outro fundamento que dá suporte à ideia de repressão às pessoas LGBTQIA+ que comentamos na Introdução.

Diante da recorrência dessa distribuição desigual no espaço doméstico e de seus efeitos, a produção de quadros de vulnerabilidade e de vidas precarizadas, somos levados a nos perguntar: como não pensar que, em relação à sexualidade, a população LGBTQIA+ não é reprimida? Como eu gostaria de argumentar, nós podemos sim falar em repressão, dentro ou fora da família, desde que rearranjemos nossa compreensão a seu respeito.

### 3.2.4

#### Uma análise das formas de poder na visão dos analistas do poder

*Na medida em que as normas de gênero heterossexuais produzem ideais inatingíveis, pode-se dizer que a heterossexualidade opera por meio da produção regulada de versões hiperbólicas de “homem” e de “mulher. Em sua maior parte, são performances impostas, performances que nenhum de nós escolheu perfazer, mas que todos somos obrigados a negociar. Escrevo “obrigados a negociar” porque o caráter obrigatório dessas normas nem sempre as torna eficazes. Tais normas são permanentemente perturbadas pela própria ineficácia; donde o esforço angustiadamente reiterado para instalar e aumentar sua jurisdição.*

*Judith Butler, Corpos que importam*

Mesmo o trabalho de Butler (1990; 1993) bebendo diretamente da discussão foucaultiana, estando inclusive em acordo com ele sobre a hipótese repressiva, a autora tem certas ressalvas sobre a perspectiva do filósofo em *História da Sexualidade 1*. Para nós, o grande ponto em questão nessa pequena divergência é a compreensão da autora de que formas de que um poder com força de Lei, de ordem jurídica – o poder soberano – é da ordem produtiva; ou seja, a repressão teria caráter produtivo, o que parece de difícil conciliação com a analítica de Foucault. Em *Corpos que importam* (2019 [1993], p.51), sua visão é verbalizada diretamente: “Nesse sentido, discordo da consideração de Foucault sobre a hipótese repressiva ser meramente uma instância de poder jurídico, e argumento que tal representação não se dirige às formas em que a ‘repressão opera como modalidade de poder produtivo.’”

A perspectiva da filósofa estado-unidense é herdeira de uma reflexão em torno dos modos de constituição do gênero e da sexualidade a partir da psicanálise. É sob esses termos que a noção de repressão aparece. Ela é o tabu do incesto e o tabu contra a homossexualidade, ambas forças culturais com caráter de Lei, cuja proibição instaura os processos de identificação dentro de uma matriz cultural – a matriz heterossexual hegemônica ou cis-heteronormativa. Conforme Salih (2015, p.85)

A crítica à hipótese repressiva leva Butler a argumentar que, ao mesmo tempo que proíbe as uniões homossexuais/incestuosas, a lei as inventa e as provoca [...] Isso significa que é impossível separar a função repressiva e a função produtiva do tabu contra a homossexualidade [lei jurídica/repressão] quanto do tabu contra o incesto [lei jurídica/repressão], uma vez que a própria lei produz e proíbe o desejo progenitor do mesmo sexo.

O ponto central do argumento de Butler (2016 [1990], p.12-13) é que a crítica à hipótese repressiva de Foucault desvela a “estrutura proibitiva ou jurídica” do tabu do incesto ao mesmo tempo em que evidencia como esse tabu é precedido

por outro, o “tabu contra a homossexualidade”, de modo que toda a concepção de formação de uma identidade de gênero [e sexual] é articulada sobre um preceito (cis-)heteronormativo e compulsório. A lei que instaura os processos de identificação de gênero – menino com o pai/menina com a mãe – são precedidas por uma forma de exclusão anterior, a de que as relações heterossexuais alinhariam as identificações de gênero em uma matriz heterossexual:

Freud surge claramente que o menino tem de escolher não só entre as duas escolhas de objeto, mas entre as duas pré-disposições sexuais, masculina e feminina. O fato de o menino geralmente escolher o heterossexual não resulta do medo da castração pelo pai, mas do medo da castração – isto é, do medo da ‘feminização’, associado com a homossexualidade masculina nas culturas heterossexuais. Com efeito, não é primordialmente o desejo heterossexual pela mãe que deve ser punido e sublimado, mas é o investimento homossexual que deve ser subordinado a uma heterossexualidade culturalmente sancionada. (2016 [1990], p.109-110).

Como nota Salih (2015), há críticas sobre as leituras de Freud feitas por Butler. Entretanto, é importante perceber como a economia dos corpos se dá a partir de uma produção compulsória no alinhamento entre desejo, gênero e sexualidade, instaurando neste processo um ideal e, por conseguinte, um espaço de abjeção. A despeito da lei aqui ser tomada em seu aspecto mais próprio às formas jurídicas de poder, ela não está sendo entendida como algo não próprio ao discurso ou circunscrito a uma figura – sua existência não é anterior a sua atuação; como veremos, a lei é “generativa” e “produtiva”:

Assim, a Lei Repressiva, efetivamente produz a heterossexualidade, e atua não como um código meramente negativo ou excludente poder soberano, mas como uma sanção e, mais aproximadamente, uma lei do discurso, distinguindo o que é dizível do que é indizível (delimitando e construindo o campo do indizível), o que é legítimo do que é ilegítimo. (2016 [1990], p.119-120).

A compreensão segundo a qual a lei excede o poder, ou é exercida por algum representante, é uma artimanha de sua instauração numa economia discursiva. Na visão da autora, podemos dizer que não há lei que não seja já proveniente de uma relação de poder. Não há lei em sua forma jurídica ou produtiva que não instaure uma norma e a partir dessa produza um campo de inteligibilidade e ao mesmo tempo de exclusão, de modo que podemos estabelecer uma relação de metonímia entre lei e norma. Ao mesmo tempo, não há lei que não apague sua história no contínuo da repetição e da citação (cf. seção 3.1.6.1).

Logo, em Butler, a lei cria a regra e a exceção. Apaga o caminho através do qual diferentes categorias são instauradas em um lado ou em outro,

estabelecendo, simultaneamente, uma relação suplementar entre ambas: “centro” e “margem” andam juntos; a “margem” é investida e reforçada como um campo de exclusão/abjeção, na medida que este processo é indispensável para que o “centro” mantenham-se em seu local. É assim que a homossexualidade e a heterossexualidade se articulam – na realidade a heterossexualidade e a cisgeneridade e todas as outras formas não normatizadas de sexualidade e gênero – através da instauração da norma/lei: “para que a heterossexualidade permaneça inata como forma social distinta, ela exige uma concepção inteligível da homossexualidade e também a proibição dessa concepção, tornando-a culturalmente ininteligível.” (2016 [1990], p.138)

Ao reformular os termos em que poder e lei são compreendidos e ao estabelecer essa relação suplementar entre os campos de inteligibilidade e abjeção decorrentes da atuação da lei/norma, diríamos que Butler dá um passo à frente em relação ao trabalho de Foucault em *História da Sexualidade 1*. Apesar do autor ter identificado um “movimento centrífugo” em relação ao papel da heterossexualidade – especificamente do casal monogâmico, da família – no desenvolvimento do dispositivo da sexualidade<sup>34</sup>, é Butler quem destrincha sua função em seus efeitos mais nocivos, isto é, na produção das zonas de abjeção (BUTLER, 1993). Para isso, ela precisou tanto retomar o filósofo francês quanto questioná-lo, pois a abjeção, a expurgação do campo social daqueles que não se alinham aos pressupostos da matriz cis-heteronormativa, é justamente consequência da operação de um poder de ordem ao mesmo tempo jurídica e produtiva.

Em *Corpos que importam* (1993), ela delinea melhor esta questão. Aqui podemos entender melhor como esse processo de identificação, o qual produz corpos generificados e sexualizados, opera via performatividade (cf. seção 3.1.6.1). Esta operação, é, como afirmamos, de instância da lei/norma, o que implica a co-ocorrência, na performatividade, de dois dispositivos de poder, repressivo e produtivo, e isso já fica evidente logo no começo de seu trabalho:

A formação de um sujeito requer identificação com o fantasma normativo do ‘sexo’, e essa identificação toma lugar mediante

---

<sup>34</sup> Nesse movimento, vemos acontecer algo similar ao que foi dito em relação às ciências negativas. Apesar de estar sendo centralizada, a heterossexualidade, a sexualidade monogâmica, a família conjugal, estão ao mesmo tempo deixando de ser o centro das atenções: “O casal legítimo, com sua sexualidade regular, tem direito à maior discrição, tende a funcionar como uma norma mais rigorosa talvez, porém, mais silenciosa. Em compensação, o que se interroga é a sexualidade das crianças, a dos loucos e dos criminosos; é o prazer dos que não amam o outro sexo; os devaneios, as obsessões, as pequenas manias ou as grandes raivas. (2017, [1976], p.42-43)

um repúdio que produz um domínio de abjeção, um repúdio sem o qual o sujeito não pode emergir. Esse é um repúdio que cria uma valência de ‘abjeção’ e sua condição para o sujeito como um espectro ameaçador. Além disso, a materialização de um determinado sexo vai se preocupar sobretudo com a *regulação das práticas identificatórias* de tal forma que a identificação coma abjeção de sexo será persistentemente repudiada. (2019a [1993], p.19, grifos da autora)

Nesse sentido, pensar nos processos de construção de um corpo generificado, sexuado, desejante, é trazer à tona os limites desses processos, analisar as normas/leis que limitam o corpo a zonas de inteligibilidade e abjeção. E na medida em que a segunda é o local de delimitação da primeira, faz-se necessário desconstruir e reivindicar o caráter fantasmático ou fantasioso dessa operação e, concomitantemente, demonstrar quais são os efeitos dessa circunscrição. Foucault (1976) começa esse processo ao situar a sexualidade/sexo como uma categoria não ontológica, como um produto de uma multiplicidade de relações de poder que vão se configurando à medida que poder, saber e discurso entrelaçam-se produtivamente. Butler, por outro lado, mostra como no seio dessa produção está o centramento e marginalização através do qual não é possível sequer pensar em uma sexualidade.

A autora mostra como a atuação da lei/norma – performatividade – é um campo de regulação, construção e repressão operando via repetição e citação. Não há poder/lei vindo/a de fora, o poder/lei é próprio a ação e sua atuação solo – uma perspectiva voluntarista – não é algo, na realidade, muito possível. A encenação de um/a poder/lei performativo de ordem divina também não é lá muito plausível. Um proferimento performativo não tem o poder de “fazer” luz, tal qual um médico, durante uma ultrassonografia, ao dizer, “É uma menina!”, não tem o poder de “dar” um gênero a alguém, isso porque a ideia construcionista por traz dessa discussão não tem caráter determinístico,

a construção não é nem um ato único, nem um processo causal iniciado por uma pessoa que culmina em um conjunto de efeitos fixos. A construção não apenas toma lugar *no tempo*, mas é em si um processo temporal que opera pela reiteração de normas [...] é também em virtude dessa reiteração que lacunas e fissuras são abertas representando as instabilidades constitutivas de tais construções, como aquilo que escapa ou excede a norma, como aquilo que não pode ser inteiramente definido nem fixado pelo labor repetitivo da referida norma. [como fracasso] (BUTLER, 2019a [1993], p.28-29).

Logo, no processo de reiteração e citação da lei/norma, o que em algum momento foi um “estar” assume o manto fantasmático e fantasioso do “ser”. E uma vez que esse processo opera de modo a circunscrever e delimitar, há pessoas que serão reconhecidas como “seres” da norma/lei, os sujeitos, enquanto outrxs

não gozaram do mesmo prestígio por estarem “fora” da lei, os abjetxs. No entanto, o “fora” é um dos domínios dessa lei, o domínio do proibido, do ininteligível, o qual é fixado como exterior constitutivo. É na medida em que há uma(um) abjetx, o sujeito pode ser reconhecido enquanto tal, daí o constante movimento de reiterar e citar a norma/lei a fim de constantemente reproduzir a dicotomia fantasmática: há um gênero e um “não-gênero”; há um sexo e um “não-sexo”; há uma sexualidade aceita e uma proibida. Isso também decorre dos “Atos performativos não apenas realizam uma ação, eles também conferem poder ao que está sendo realizado” (2019a [1993], p.372).

Ainda, na perspectiva da autora, para sermos reconhecidos como sujeitxs – com um gênero, sexualidade, sexo – acabamos tendo de internalizar e reproduzir algumas normas/leis. Essas internalizações, porém, não precisam acontecer para dar manutenção a sistemas de opressão, repressão ou invisibilização de quem somos. Nossas ações podem – e devem – romper constantemente com as expectativas essencialistas sobre como performar nosso gênero e sexualidade – e sobre como narrar nossas histórias, diríamos. Um exemplo de como isso é possível é trazido pela filósofa através da noção de paródia, o momento em que passamos a utilizar criticamente as normas que nos constituem e nos possibilitam ser reconhecidos<sup>35</sup>.

Mesmo estando em uma relação de proximidade à lei, essa proximidade aparente é na realidade o acompanhamento de um ideal impossível de ser alcançado. O fantasma de uma norma/lei paira sobre nós e ironicamente, se materializa, em nossas ações. Porém, não necessariamente precisamos performar identidades a fim de reforçar a legitimidade desses processos de identificação em determinada cultura. A subversão é um caminho aberto a partir do momento em que somos capazes de rearticular a norma para evidenciar seu caráter fantasmático ou fantasioso, isto é, parodiando a lei.

Em resumo, trabalhar com a perspectiva de Butler, no que nos interessa, é entender que a repressão é, primeiro, silêncio, interdição, exclusão, proibição. Em segundo lugar, ela atua com força de lei, alinhando os corpos às expectativas da matriz cis-heteronormativa. Terceiro, é uma forma de poder produtiva e jurídica,

---

<sup>35</sup> Butler revisará um pouco essa compreensão de paródia em *Corpos que importam* (1993). Discutindo os limites de articulação dessa estratégia na análise do caso de Vênus Xtravaganza, uma transsexual latina que, apesar da incorporação de ideais normativos – não apenas de gênero, mas de classe e raça – não é reconhecida, morrendo em decorrência disso. Nesse sentido, devemos sempre estar atentos aos limites do reconhecimento entre diferentes subjetividades.

ela opera delimitando as possibilidades de reconhecimento entre as subjetividades adequadas à norma e as abjetas. Quarto, é uma estratégia imprescindível à manutenção da lógica cis-heteronormativa, pois é a própria repressão que instaura e reforça a separação entre inteligível e do ininteligível.

Partindo disso, a noção de repressão, se posta nesses termos, parece ser condizente com a hipótese repressiva de Foucault, pois ela não nega sua crítica, apenas a realoca. Entender que o poder é produtivo em diversas instâncias, mesmo em sua forma soberana, faz sentido, pois, de um lado, seu sucesso depende da dispersão de suas técnicas e, de outro, da sua repetição. É em sua constante atuação que ele persevera e se constituiu enquanto norma e lei. Ele explora um conjunto diverso de técnicas para nunca deixar de ser citado.

Assim, se houve explosão discursiva e se houve repressão ambas foram formas de produção de subjetividades. A repressão aqui não está personificada, ela é entendida em seus aspectos produtivos e em relação a seus efeitos. A personificação do poder em alguma figura ou instituição é efeito da história de como uma norma/lei se constituiu enquanto tal.

Logo, partindo de Butler, a ideia de repressão não necessariamente reabilita uma história das repressões sexuais, ou uma história da repressão sexual contra LGBTQIA+ alinhada à perspectiva da HR, ela também não é global. Consequentemente, a família não “é” um local de repressão sexual, mas pode alinhar-se à discursos cis-heteronormativos e (neo)conservadores e ter sua sociabilidade atravessada por práticas de repressão sexual.

Portanto, parece não haver discrepância em pensar que as relações familiares são atravessadas por intimidade, afeto e cuidado, bem como por práticas de repressão sexual (cf. seção 5.3). Isso porque as formas de socialização neste espaço, no que tange à sexualidade, podem estar sujeitas à normalização das relações tanto pelo ideário familiar como analisado por Ariès, quanto em relação a ideais normativos sobre a sexualidade e o gênero de seus membros. Não obstante, a repressão não vai necessariamente se dar em proibições verbalizadas, como veremos aqui, há na realidade um conjunto disperso de práticas que atuam com vistas a cercear e assim produzir sexualidades abjetas no espaço familiar.

### 3.3

#### Do estigma e da família “estigmatizadora”

A conversação é, em suma, um jogo de tênis que se joga com uma bola de massa de modelar, que assume uma nova forma toda vez que bate na rede.

Laurent Binet, *Quem matou Roland Barthes*

Como observa Goffman, a noção de estigma, ou de uma pessoa com um estigma, “estigmatizadx”, é bem antiga nas sociedades ocidentais. Os sentidos mais gerais de emprego do termo costumam fazer referência a um estatuto de diferenciação social, de sofrimento, de dor, de algo temível, extraordinário, excepcional, incomum, “anormal”. Desse modo, haveria pessoas que, por múltiplas razões, carregariam em seu corpo, trariam em seus comportamentos, suas ações, naquilo que lhes é visível ou perceptível, um sinal de diferenciação em relação às outras, os normalizados<sup>36</sup>.

Esta diferenciação dificilmente tem valor positivo. O estigma seria então uma “marca” de afastamento, de repúdio, de superação de dificuldades, a qual não estigmatizadx são confrontados e levados a assumir uma posição. Sob essa ótica, na interação, normalizados demonstrariam seu desconforto frente às (aos) estigmatizadx, sua incapacidade de reconhecer a humanidade dessas pessoas, com isso, reforçando ainda mais a diferença segregadora entre as partes. Mas também, a interação nesses encontros pode decorrer de modo a minimizar a diferenciação, em demonstrações de acolhimento, reconhecimento, legitimidade e respeito.

Mesmo essa visão não estando tão afastada das discussões a seguir, acreditamos ser necessário um maior cuidado com o uso corrente da noção de estigma, conforme delineada acima. Tais concepções tendem a conceber o estigma como um rótulo, cuja aplicação é cabível a pessoas que experienciarão alguma forma de sofrimento social, uma “marca”, traço fundamental de sua essência, de seu ser.

---

<sup>36</sup> Ao contrário de Goffman, que trabalha com a diferença entre estigmatizadx e “normais”, trabalharemos com a diferença “estigmatizadx” e “normalizados”, pois estamos entendendo o “normal” como uma posição construída na interação a partir da distribuição desigual das relações de poder, ou seja, do desnível que opera de modo a produzir alguns sujeitos como estigmatizadx e outros como normalizados. Em outras palavras, na própria interação, são construídas, e reforçadas, as categorias de normalidade e de subalternidade.

Conforme definido por Goffman, este conceito não é propriamente uma marca, antes uma marcação em nossas conversas diárias, uma diferenciação que se origina da discrepância entre expectativas normativas na interação – uma identidade social virtual – e os movimentos mútuos de negociação identitária entre os indivíduos – identidade social real (2008, [1963] p.12-13); ou seja, são posições assumidas por nós a partir das relações de poder que atravessam e constituem o contexto microssocial. Nesse sentido, romper com as idealizações da interação, como as relações de poder prescrevem possibilidades de reconhecimento mútuo, é o que leva à produção de uma identidade estigmatizada de um lado e normalizada de outro.

Tal definição, cremos, precisa ser melhor esclarecida. A noção de estigma, se pensada assim, não nega a existência de um quadro de diferenciação social reiterativo. Ao mesmo tempo, não deve levar a crer que a diferença de poder é exclusiva à interação e que, nesse caso, o estigma só existiria, meramente, como um fator fortuito do desnível de poder em nossas relações diárias, surgindo ocasionalmente – ou seja, seria ahistórica. Antes de mais nada, isso seria postular uma separação insustentável entre nossas relações microssociais e o nível macrossocial e como discutimos anteriormente, ambos os níveis são mutuamente constitutivos um do outro; não obstante, é deixar de lado a historicidade das normalizações nas relações sociais.

Se nossa socialização se dá em meio a demandas por responder a expectativas contextuais, normas, estas têm em si uma origem histórica, são construções, dependentes, para sua manutenção, de respostas positivas à normalização. Passando para uma perspectiva mais butleriana, poderíamos dizer que nossa performance opera de modo a manter a norma à medida que precisamos agir de acordo com ela para ser reconhecidos e nessa própria instância do reconhecimento, acabamos por perpetuar padrões culturais de identificação em determinados contextos. Ao mesmo tempo, quando fazemos isso, acabamos solidificando, fazendo da construção um efeito de verdade, um performativo, se pensarmos no caso do gênero (BUTLER, 1990). Assim, aquilo que em algum momento emergiu das relações sociais é apagado, mas recuperável por meio de uma genealogia que busque expor as técnicas de poder que instauram as posições “normal” e “anormal”, “normalizado” e “estigmatizado.

A própria configuração da família, e das normas de socialização nesse contexto, das expectativas e idealizações dos papéis atribuídos a cada um de seus membros, é também um processo histórico. Transformações modernas circunscreveram e fundaram a família em relação a três bases sólidas: afeto,

intimidade e cuidado (ARIÈS, 1960). Isso implica a reprodução de um conjunto de normas no espaço doméstico a delimitar a socialização e preservar as relações a partir do carinho entre as partes, do compartilhamento de experiências e da atenção em relação aos membros. O que leva a produção de determinadas expectativas sobre os papéis maternos, filiais e paternos. Nesse sentido, devemos nos perguntar: o que é ser uma mãe? O que é ser um pai? O que é ser uma filha ou filho? Há a pressuposição de uma relação afetiva, íntima e zelosa entre essas partes? Essa base se sustenta à medida que qualquer um desses membros rompe com determinadas expectativas sobre gênero e sexualidade?

Como discutimos nas seções anteriores, a emergência do conceito de família moderna se dá em meio ao surgimento do dispositivo da sexualidade em seu caráter (cis-)heteronormativo. Nesse sentido a socialização nesse espaço também está sujeita a práticas de controle, regulação e repressão com vistas a produção de corpos em respostas à hegemonia heterossexual. A não respostas a essa demanda, nesse contexto, pode acabar produzindo um quadro de vulnerabilidade e de abjeção. Na interação, esse quadro pode ser analisado em relação ao contato entre as pessoas que respondem positivamente às expectativas e demandas de reconhecimento na sociabilidade familiar e as que não o fazem, ou seja, na relação entre normalizados e estigmatizados.

Mesmo entendendo que não existe um único modelo de família – uma forma família única – e estando cientes da multiplicidade de discursos a atravessar essa instituição, notamos certa tendência histórica no desenvolvimento desta instituição em centralizar as normas das relações sociais em torno de ideias de reprodução e de descendência genética. Além de outros movimentos que reforçam a circunscrição e delimitação da sociabilidade familiar a ideias normativas de gênero e sexualidade.

Todavia, isso não é dizer que a família é, inerentemente, um local de estigmatização a pessoas LGBTQIA+, ou a outras formas de sexualidade que escapam à lógica cis-heteronormativa. Antes, é o reconhecimento das fortes demandas deste espaço por interações que preservem certas expectativas, certos estereótipos, de como os indivíduos devem agir quando lá. E, por conseguinte, à percepção de que a família, como um contexto de socialização sujeito a determinados rituais altamente normativos, pode operar tanto preservando relações afetivas, íntimas, zelosas, quanto controladoras, reguladoras e repressivas.

Esta discussão acabou sendo um salto um pouco grande em relação à própria compreensão do estigma e seu funcionamento. Por isso, na próxima seção adentraremos mais nesse ponto.

### 3.3.1

#### **Estigma de fato e um pouco do trabalho de face.**

A fim de compreender o processo de construção de uma identidade estigmatizada, Goffman passa um longo tempo delineando as concepções costumeiras, que não tomam o estigma como uma consequência da interação, e articulando estas a sua nova abordagem. Às vezes, é até difícil identificar claramente qual visão o autor está mobilizando e qual é exatamente sua perspectiva. Contudo, alguns pontos dessa caminhada trazem reflexões importantes para compreendermos como o processo de diferenciação entre normalizado e estigmatizado se dá.

Em primeiro lugar, Goffman identifica que a relação do sujeito com o estigma é contextual, variando conforme três possibilidades: há contextos de exclusão, de proibição ou inacessibilidade, “lugares proibidos”; lugares onde haverá uma maior flexibilização da aceitação, “lugares públicos”; e há contextos mais horizontalizados, geralmente onde as pessoas estigmatizadas encontram outras com os mesmos estigmas que o seu e se sentem mais à vontade em decorrência disso. (2008 [1963], p.92-3). De acordo com o autor,

“Essa divisão do mundo do indivíduo em lugares públicos, proibidos e retirados, estabelece o preço que se paga pela revelação ou pelo ocultamento e o significado que tem o fato de o estigma ser conhecido ou não, quaisquer que sejam as estratégias de informação escolhidas.” (p.94).

Essa diferenciação, pode melhor ser compreendida em relação aos encontros mistos e não mistos ou entre “informados”, “entendidos”, e estigmatizados. O primeiro tipo, refere-se ao encontro entre estigmatizados e normalizados; o segundo, entre pessoas de um mesmo grupo de estigmatizados; o terceiro caso é também um contato misto, contudo, ao contrário do primeiro, neste caso, “entendidos”, refere-se a uma pessoa que compreenda e se engaje mais propriamente no processo de neutralização da diferença e da produção do estigma.

Nesse sentido, uma vez que a família pode assumir múltiplas configurações, de “informados”, “iguais”, normalizados ou estigmatizados, que marcam os encontros mistos e não mistos, ela não se constitui previamente como uma das três instâncias anteriores. Contudo, à medida que assume determinada forma ou

a re-produzir determinados discursos e práticas, ela pode ser pensada em termos de um local de proibição, “público” ou contexto mais horizontal. Mas, claro, isso não é definitivo, algo sujeito a transformações.

Em segundo lugar, a negociação do estigma na interação – manipulação da informação – está alinhada a emergência de “símbolos de prestígio/status” ou “símbolos de estigma”; a manipulação desses “símbolos” que produzem identidades normalizadas e estigmatizadas em uma conversa. Os primeiros transmitem uma pretensão especial a prestígio, honra ou posição desejada; os segundos são efetivos para “despertar a atenção sobre uma degradante discrepância de identidade que quebra o que poderia, de outra forma, ser um retrato global coerente, com uma redução consequente em nossa valorização do indivíduo.” (2008 [1963], p.53). Além desses, há os “desidentificadores”, os quais quebram coerências pressupostas, de modo a produzir efeitos positivos, ou seja, a uma discrepância entre identidades reais e virtuais, mas esta não traz prejuízos à pessoa.

Apesar de Goffman tratar da manipulação da informação em termos de símbolo e signo, nós aqui optamos por tratar esse processo de produção de identidade por seu caráter indexical. Aqui, ao estabelecer essa relação, empreendo uma linha de trabalho próxima à seguida por Cristóvão (2016) em relação às pistas de contextualização pelas quais sentidos sobre enquadre são negociados na interação. Com isso estou querendo dizer que diversos recursos, verbais e não-verbais, mobilizados na interação operam como índices.

Parte da discussão sobre indexicalidade, foi feita antes em relação à questão da performatividade e da produção de identidade (cf. seção 3.1.6 e 3.1.6.1). Nossa linha aqui não é muito diferente. Estamos entendendo que tomar o significado por sua uma relação indicial, é reforçar seu caráter contextual: como a história de usos solidifica determinados sentidos em uma situação de modo que um índice pode remeter a prestígio e a estigmas. Logo, a relação entre forma e conteúdo, significante e significado na tradição saussuriana, passa a ser entre índice e sentido, uma vez nessa perspectiva os significados são de natureza social (BARRET, 2017).

Além disso, acreditamos que a própria noção de símbolo/signo pode estar atrelada a uma noção de significado/contexto pré-dado. Uma informação, para nós, não tem significado único, pode indexar para diferentes sentidos, a depender da situação de interação. O que decorre da dinamicidade do contexto, da não fixação do sentido a uma intencionalidade, e da relação entre usos históricos e transformações. Não acreditamos, nesse sentido, na distinção entre signos

efêmeros e aqueles que transmitem “informação social”, pois todo signo/índice/símbolo pode apresentar um duplo caráter informacional e efêmero<sup>37</sup>. Não obstante, como temos discutido, esses índices devem ser pensados em relação com outros, ou seja, pela forma como determinados índices estão sendo negociados no contexto, ou pela forma como a informação social está sendo negociada, se pensarmos numa perspectiva mais goffmaniana.

Em terceiro lugar, o conceito de estigma é dependente do conhecimento entre xs interagents, isto é, à identidade pessoal que formamos sobre uma pessoa. Para o autor, ela trata-se de uma articulação entre o conhecimento que temos de alguém e aquilo que possamos formular por certa pressuposição na interação.<sup>38</sup> Essa noção é definida em termos da percepção sobre a unicidade de uma pessoa, nosso reconhecimento de sua singularidade; ela é única, mas diferenciável:

A identidade pessoal, então, está relacionada com a pressuposição de que ele [indivíduo] pode ser diferenciado de todos os outros e que, em torno desses meios de diferenciação, podem-se apegar e entrelaçar, como açúcar cristalizado, criando uma história contínua e única de fatos sociais que se torna, então, a substância pegajosa à qual vêm-se agregar outros fatos biográficos. O que é difícil perceber é que a identidade pessoal pode desempenhar e desempenha, um papel, estruturado, rotineiro, e padronizado na organização social justamente devido à sua unicidade. (2008 [1963], p.67).

Assim, a manipulação da identidade se dá justamente entre desconhecido e conhecido; as nossas expectativas e suas quebras; aos padrões de reconhecimento das normas e das respostas a elas – as relações de poder que atuam na interação.

Nessa pesquisa, a noção de identidade pessoal acabou mostrando-se relevante, isso porque, grande parte dxs minhas(meus) colaboradorxs foram

---

<sup>37</sup> Goffman, de certa forma, já abriu espaço para essa interpretação quando pensa, por exemplo, a respeito da variação de sentido em um grupo (2008 [1963], p.54-5). Além de que, subjaz em seu trabalho uma compreensão inerente ao uso da informação social: ela é manipulável, negociável e, diríamos que, menos em função de uma intencionalidade, e mais do contexto. Isso fica claro, por exemplo, quando ele analisa a visibilidade do estigma, como algo sujeito a limitações interacionais, especificamente, a “possibilidade de conhecimento” da pessoa portadora do estigma; a “intrusibilidade”, que diz respeito ao tratamento do estigma na interação; o “foco de percepção” sobre os efeitos desse estigma na vida da pessoa; e “capacidade decodificadora da audiência” em perceber o signo/símbolo/índice, como estigma. (2008 [1963], p.59-61)

<sup>38</sup> Daí a diferenciação feita pelo autor entre as possibilidades de reconhecimento de uma pessoa. Há o reconhecimento cognitivo e o social: o primeiro refere-se à percepção sobre as ações de uma pessoa com base em pouca ou quase nenhuma informação biográfica desta; o segundo diz mais respeito ao conhecimento biográfico e pessoal que temos em relação a alguém (2008 [1963], p.77-80)

peças próximas, conhecidas, amigas, colegas. Por conseguinte, havia certo compartilhamento de informações biográficas entre nós, inclusive no que se refere a nossas vivências familiares. Assim, as posições negociadas na interação, as identidades pessoais que emergiam, se davam entre o conhecimento compartilhado e às novas posições que assumíamos um para o outro. Passa-se a um campo de negociação de informação entre amigxs, mas em meio às novas informações, em um novo contexto, onde eu acabo assumindo a posição de entrevistador/pesquisador e as outras pessoas de entrevistadxs e colaboradorxs.

Não obstante, o pertencimento a um grupo, cujas relações familiares se dão em meio a processos de controle, regulação e repressão às performances identitárias de sexualidade, pode levar a crer que nossas experiências se aglutinam em relação às mesmas expectativas normativas. Como nota Goffman, porém, um grupo não é nada além de uma “unidade histórica fortuita” (2008 [1963], p.158). Isto implica que, por exemplo, se experiências como a saída do armário marcam as expectativas de socialização

familiar para pessoas LGBTQIA+, nem todos nós vivemos e vivenciamos essas experiências de uma mesma forma. O mesmo se dá para as múltiplas formas de controle e repressão que operam no contexto em questão. Assim, se há certa paridade própria a encontro não mistos, ela não se sustenta à medida que quadros de menor reconhecimento familiar e de maior repressão podem resultar em atribuições negativas.

Como percebemos, mesmo podendo operar numa interação entre “iguais”, as(xs) participantxs de nossa pesquisa narravam histórias em que suas relações familiares traziam em diferentes níveis de reconhecimento de suas performances em relação a suas (seus) familiarxs. No contexto narrativo, isso passa a ser um momento de negociação de sentidos na interação sobre um *status* diferencial entre o pesquisador – ao qual muitos já sabiam sobre minha relação com minha família – e xs colaboradorxs – a maioria narrando quadros de vulnerabilidade. Daí certo movimento paradoxal de passar bastante tempo focando na construção de uma identidade familiar, utilizar de recursos para “encobrir”, “acobertar”, “silenciar”, essas outras informações de modo a neutralizar a possível atribuição de um estigma, como fará João

Nesse sentido, concordamos com Cristóvão (2016, p.103) que “seja em encontros mistos, seja em encontros entre estigmatizados, uma operação de manipulação do estigma pode se fazer perceber”, o que se “deve à relevância da noção de poder para a análise desses tipos de encontro.”. Se o poder se distribui de modo desigual nas relações sociais, então, em diversos contextos, ambos

assumimos diferentes posições, o que, como nota o autor, leva a um trabalho com vistas a preservar a face do outro.

Em resumo, podemos dizer que o estigma não se refere propriamente à uma marca definidora da identidade de alguém. Diferentes sujeitos podem ser construídxs como estigmatizadxs, posto que a dinamicidade é própria interação, bem como o atravessamento de Discursos e as relações de poder que atualizam ou rompem as posições que assumimos. Não possuímos um, mas múltiplos pertencimentos; somos reconhecidxs pela relação indexical entre performance – sentidos que produzimos e as normas que põem-na em movimento, além dos conhecimentos biográficos, expectativas, idealizações, etc.

Isso não é abandonar o peso histórico das condições de subalternidade, vulnerabilidade e abjeção a que determinados grupos estão condicionados, antes, não pressupor que essas condições se distribuem como um todo homogêneo ou que não estão sujeitas a negociação. Conforme, Goffman:

Os atributos duradouros de um indivíduo em particular podem convertê-lo em alguém que escalado para representar um determinado tipo de papel; ele pode ter de desempenhar o papel de estigmatizado em quase todas as situações sociais, tornando natural a referência a ele [...] Entretanto, os seus atributos estigmatizadores específicos não determinam a natureza dos dois papéis, o normal e o estigmatizado, mas simplesmente a frequência com que com que ele desempenha cada um deles. (2008 [1963], p. 149)

Neste sentido, a própria frequência passa então a ser a medida de desqualificação social dos sujeitxs, um processo reiterativo de subalternização dx outrx na interação. O estigma passa assim a ter uma função social de manutenção de privilégios, de manutenção de discursos e valores em determinada cultura.

Essa compreensão também tem seu espaço no debate linguístico, especificamente em abordagens construcionistas, como a sociolinguística interacional, a qual, muitas vezes, faz uso dos constructos de Goffman. Pensando na oposição desta às perspectivas mais essencialistas, como a sociolinguística variacionista, Biar (2015) vai notar que o que a interação naquela abordagem, em oposição a esta, vai “rejeitar qualquer relação direta e estável entre forma e sentido; entretanto, [isso] não significa tornar tal relação impossível.” (2015, p.131). Para nós, o ganho de uma perspectiva construcionista, está justamente naquilo que a autora aponta que Goffman rejeita:

a construção de inventários abstratos e ensimesmados de variáveis linguísticas associados a variáveis sociais simplesmente porque entre tais polos está uma ‘órbita microecológica’ de cenários e especificações contextuais e psicológicas, que fazem de cada interação uma situação única,

e dos sentidos, construções situadas dos participantxs, cuja análise interpretativa demanda atenção aos elementos que em vários níveis compõem a interação: princípios organizacionais; mecanismos processuais de sinalização; interpretação de intenções e identidades e configurações locais específicas de tempo, espaço, participantxs e seus comportamentos verbais e não verbais.” (2015, p.131)

Assim, seguindo o trabalho de Biar (2015) e Cristóvão (2016), trabalharemos com a questão da manipulação do estigma em relação ao trabalho de face na interação. Este conceito abarca os múltiplos sentidos que podem ser indexados durante a interação, os quais atuam de modo a construir uma projeção positiva do eu.

Nas palavras de Goffman (1980 [1955], p.76-7), “O termo face, pode ser definido como o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reclama para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha por ela tomada na interação”. Assim, não se trata apenas dos sentidos indexados pela fala, mas pela postura, gestos, expressões faciais, pausas, silêncios, risadas, todo um conjunto de ações empreendidas por uma pessoa a fim “sustentar face” alinhada às expectativas do contexto. Nesse processo, movimentos podem surgir de modo que o trabalho de face pode sofrer riscos, ameaças, dentre outros termos utilizados por Goffman para se referir aos processos ao trabalho de face.

Nesse sentido, a interação decorreria como um trabalho mútuo entre interagente: um tentaria sustentar a face do outro. Assim, podemos dizer que o que ocorre em nossas conversas é uma negociação constante de modo a preservar o sentido das ações de uma pessoa na interação. Mesmo a forma como uma narrativa é sequencializada pode ser considerada um trabalho de face, uma vez que a sequencialidade (cf. seção 3.1.5) pode ser compreendida como uma forma de minar determinadas compreensões, isto é, de reforçar uma performance coerente na interação.

Conforme Biar (2015, p.132), o trabalho de face conforme postulado por Goffman “determina um sentido social de confiança e segurança.” Os padrões de sustentação variam então de acordo com o padrão positivo reivindicado,

caso as pessoas sintam que estão sustentando um padrão positivo, ou adequado às requisições do encontro (neste caso, diz-se que o sujeito está sustentando a face) –, e ofendidas ou envergonhadas – nos casos de inadequação dos padrões verbais e semióticos assumidos (quando se está fora de face, ou com a face inadequada). (2015, p.132)

De modo que a negociação do estigma na interação está sujeita ao trabalho de face empreendido pelos participantxs.

Na análise a seguir, trataremos da neutralização do estigma sob duas óticas. Primeiro, discutiremos através do par pergunta e resposta como certa horizontalidade atua de modo a neutralizar o estigma. Depois, através da construção da agência na narrativa e de outras formas de sustentação da face, mostraremos como o trabalho de face se dá com fins de minimizar as possíveis atribuições de estigmatizantes decorrentes de quadro familiar construído como atravessado por diferentes práticas de repressão

## 4. Análise de dados

A análise empreendida aqui segue a divisão em lâminas, proposta por Biar (2012) e Biar, Orton e Bastos (2021). Nessa abordagem, a uma separação do trabalho analítico em três momentos distintos, nos quais são considerados os aspectos textuais, interacionais e discursivos – macrossociais – dos dados. Segundo as autoras,

Nessas laminações, operamos a partir da materialidade linguística e interacional dos dados, que entendemos serem índices que apontam para o contexto sociocultural mais amplo, espécie de nexos entre as dimensões micro e macro. Realizar essa ligação é o cerne do trabalho interpretativo em análises discursivas.

(2021, p. 240)

Grosso modo, a primeira lâmina se debruça sobre os processos de organização estrutural da narrativa. A segunda foca no evento narrativo e na forma como os sentidos são negociados na conversa. A terceira lâmina tem como principal eixo investigativo a relação micro/macrossocial, isto é, como os sentidos produzidos em narrativas estão relacionados a discursos, sistemas de coerência, ideologias.

Essa divisão dos dados na análise, no entanto, não deve ser compreendida em termos de uma ruptura, ou individualidade – como se cada lâmina fosse independente das outras – ao contrário, toma a análise de narrativas como um processo interpretativo pelo qual as dimensões situadas, sociais e textuais da produção de sentidos se interrelacionam e são concomitantes. Dessa forma, a proposta passa a ser separar a análise para ressaltar os aspectos próprios a cada dimensão, de modo que possamos entender como o processo de construção narrativa está sujeito a negociações locais e a demandas culturais.

Em cada seção a seguir, traremos a narrativa de um de nossos colaboradorxs. Dentro de cada uma delas, dividiremos a análise em subseções correspondentes às lâminas de análise, à exceção de Karla, para quem a primeira lâmina está dividida em duas subseções, cada uma correspondendo a uma narrativa. A primeira lâmina de análise traz os excertos que serão analisados de cada participantx.

Ao fim do capítulo, encerraremos com uma discussão sobre as principais semelhanças e diferenças entre cada participantx, bem como os principais resultados que obtivemos com nossa análise. Porém, antes de começar, detalharemos nossos principais interesses e as categorias analíticas que mobilizaremos em cada lâmina, muitas das quais foram discutidas ao longo de todo capítulo anterior:

- Lâmina 1: analisaremos o aparecimento (ou não) de narrativas; a sua localização em relação aos dados; sua organização e sequencialidade; e o engajamento avaliativo da narradora e narradorxs cujo principal efeito é a construção de identidades para respectiva(o)(s) família(s)/familiar(es). Como notamos, tal engajamento nem sempre se dá em narrativas canônicas. Eventos hipotéticos, alusões a relatos, narrativas que se adiam ou se recusam a acontecer (GEORGAKOPOULOU, 2006, p.123), aparecerão de tal forma que a própria performance narrativa parece mais articular-se em torno da construção de identidades que em relação à organização da experiência em relação a um evento específico, como propunha Labov. Categorias analíticas: elementos do modelo laboviano, sequencialidade, causalidade, posicionamento (BAMBERG, 1997).
- Lâmina 2: analisaremos o caráter dual do encontro: misto e entre iguais (GOFFMAN, 1963), focando no trabalho de face (GOFFMAN, 1955) entre mim e minha colaboradora e colaboradores com vistas a neutralizar possíveis estigmatizações. De um lado, mostraremos como possíveis ameaças à face são amenizadas através do compartilhamento de informações biográficas. Por outro lado, se as construções sobre relações familiares tendem a se alinhar ao discurso hegemônico da sociabilidade como discutimos anteriormente, não responder a este alinhamento pode ter como efeito a atribuição de identidades deterioradas à narradora e narradorxs, assim, analisaremos o trabalho de face com vistas a neutralizar essas atribuições. Categorias analíticas: trabalho de face, sustentação da face, ameaça à face, estigma.
- Lâmina 3: analisaremos a construção narrativa em relação aos sistemas de coerência mobilizados. É nosso objetivo como eles atravessam, de diferentes formas, a construção narrativa. Categorias analíticas: sistema de coerência, cis-heteronormatividade, indexicalidade.

## 4.1

### Karla (9'23 a 11''45)

As narrativas analisadas aqui retomam parte das experiências da juventude de Karla. Após passar a performar uma identidade não heterossexual na adolescência, ela narra diversas situações de tensão, conflito e tentativas de regulação e repressão de sua performance identitária por parte de seu pai, mãe, irmão e outros parentes. Então, eu lhe pergunto se ocorreram transformações nas atitudes de sua família. Karla passa a narrar uma exacerbação dessas situações; amplia o quadro familiar com narrativas sobre violência doméstica, abusos e agressões físicas praticadas pelo pai. Ela também fala sobre uso que fez de substâncias psicoativas nesse período; constrói esse momento, justificando suas ações, como consequência do quadro de vulnerabilidade em que se encontrava, enquanto para sua família, a sua performance não heteronormativa é que seria responsável pelo uso dessas substâncias. Disso vemos como uma sexualidade não alinhada às expectativas cis-heteronormativas é construída como desencadeadora de diferentes processos, aqui a culpa, mais abaixo a expulsão, agressão e saída de casa.

O aparecimento desse relato desperta em mim a lembrança de algo conhecido de nossa relação: o fato de ela ter sido expulsa/saída de casa na juventude. A recordação, materializada em uma pergunta, acaba operando como um sumário para a pequena narrativa a seguir.

Antes de prosseguirmos, acho importante ressaltar que, apesar das duas narrativas abaixo serem sobre momentos de expulsão e saída de casa, o nosso objetivo de análise não são estes casos. A expulsão e a saída de LGBTQIA+ de suas respectivas famílias ocorrem no Brasil desde as décadas de trinta e quarenta do século passado (GREEN, 2019), ao menos de modo mais sistêmico. Os motivos muitas vezes permanecem: não reconhecimento de suas performances identitárias, violência no núcleo familiar, tentativas de “conversão” por parte da família, uma busca por maior liberdade, a busca por não viver uma vida em segredo, dentre outras coisas.

Ainda hoje é possível identificar casas de acolhimento, como a Casa Nem, no Rio de Janeiro, e a Casa 1, em São Paulo, as quais, muitas vezes, acabam sendo espaço de segurança para à população transsexual e travesti. Deste modo, acreditamos ser necessário um trabalho que se desenvolva mais diretamente em torno dessa vulnerabilidade extrema, algo que excede o escopo desta pesquisa, por isso, deixaremos esse foco para uma oportunidade futura.

#### 4.1.1

#### Primeira lâmina

##### 4.1.1.1

##### Primeira lâmina: “Então tô indo”

0001 Alex eles chegaram a te expulsar de casa? rolou  
0002 alguma coisa assim ↯ não?  
0003 Karla ro::lou...só que ao mesmo tempo que expulsou:  
0004 na primeira vez eu já falei “então tô indo”...e  
0005 aí nessa do, “então tô indo”, logo já- já  
0006 recuaram, voltaram atrás.  
0007 Alex Sim  
0008 Karla mas aí eu fui ((risos))

Mesmo pequena, essa narrativa está razoavelmente próxima ao modelo canônico. Temos a co-construção de um sumário, o qual serve para retomar e reafirmar o que aconteceu, “rolou” (l.0003). Duas orações narrativas, que dão conta de todo acontecimento, “ao mesmo tempo que expulsou” e “eu falei ‘então tô indo’” (l.0003-0005). Uma resolução fechando todo o ocorrido, “nessa do ‘então tô indo’, já recuaram, voltaram atrás” (l.0005-0006). Por fim, uma coda, que encerra a história de modo concreto, “mas aí eu fui” (l.0008).

Além desses elementos, a narrativa possui uma orientação, “na primeira vez” (l.0004), e algumas avaliações encaixadas que atravessam e compõem a ação complicadora e a resolução: o diálogo construído (l.0004-0005) e a reiteração da ação dos pais (l.0005-0006).

Ainda, essa narrativa traz um ponto um tanto quanto constante nas histórias de Karla: uma performance identitária operando entre acatamento e protesto de/contra uma ordem/ação/norma. Neste caso, a ordem – “expulsar” – é seguida por uma resposta positiva a ela – “então tô indo” – no entanto, essa resposta positiva é seguida de uma revogação da ordem – “nessa do então tô indo, já recuaram” – a qual tem como resposta, conclusão, a continuidade de uma ação primeira “mas aí eu fui.”

Esse movimento de acatar às ordens de seus pais, ao contrário de representar uma falta de agência, tem como fim um protesto ao que é ordenado. Os movimentos avaliativos reforçam justamente isto; daí o recurso ao diálogo construído (TANNEN, 1989) não como modo de retomar o que foi dito, mas dar ênfase às ações de Karla em contraposição às de seus pais, reiteradas por ela – “recuaram, voltaram atrás.”

Nessa dinâmica de atuação a favor e contra a ocorrência de uma ordem, Karla se constrói como alguém que busca agir segundo seus próprios termos, para além do que lhe é imposto. Em contraposição, seus pais são construídos em meio a atitudes indecisas, pessoas incapazes de sustentar suas ações. Uma outra forma de compreendermos este movimento é pensarmos os posicionamentos da narradora e dos personagens na narrativa.

Bamberg (1997), partindo de Davies e Harré (1990), argumenta que a noção de posicionamento é pensada, inicialmente, como uma prática discursiva interacional situada e não limitada ao ato de contar histórias e narrar. Através dela “os ‘eus’ são localizados nas conversas como participantxs observáveis e coerentes intersubjetivamente em enredos co-produzidos” (Davies; Harré, p. 48, 1990 apud BAMBERG, p.336, p.1997) e, como resultado, xs participantxs acabam atribuindo papéis sociais para si e para outras pessoas.

Ao incorporar esse conceito aos estudos de narrativa, o autor deseja, por um lado, contrapor-se a visões mais representacionistas sobre a relação entre narrativa e mundo social, advindas da herança labov-waletzkyiana; por outro lado, dar mais foco ao acontecimento narrativo, às performances narrativas, para compreensão do processo de construção e de produção de sentidos nas histórias. Com esse intento, o qual antecipa suas futuras críticas (cf. seção 3.1.5), o autor elenca três perguntas analíticas que devemos nos reportar como método de investigação: “Como os personagens estão posicionados entre si no evento relatado?” “Como os(as) falantes posicionam-se em relação à sua audiência?” “Como os(as) narradorxs posicionam-se em relação a si mesmos(as)?” (BAMBERG, 1997, p.337).

A primeira dá conta do posicionamento intranarrativo, isto é, as posições que xs personagens da história assumem em relação as(aos) outrxs e aos acontecimentos da narrativa. A segunda foca na posição intersubjetiva do narrar, isto é, como x narradora(x) se constrói para suas(seus) ouvintxs. Por fim, a terceira, dá conta da posição intra-extrasubjetiva do narrar em sua situabilidade, ou seja, quais identidades locais estão aparecendo materialmente durante a narração e como elas se ligam a categorias mais amplas.

Partindo desse conceito, mais precisamente em relação à primeira pergunta, pois as outras duas envolvem aspectos mais interacionais e macrodiscursivos, podemos perceber que: primeiramente, há dois personagens nessa narrativa, Karla e um “eles”, sua família, em sentido mais geral; e há um acontecimento, a ordem/expulsão. Posto que o acontecimento é uma ordem, expulsão, e que toda ordem tem em si um agente – ainda que este seja uma instituição –, posicionar-

se em relação à ordem, acatá-la ou refuta-la, é posicionar-se em relação a quem dá a ordem. Dito isto, temos que Karla começa se posicionando positivamente em relação à família, ela responde afirmativamente ao que lhe foi mandado: “então tô indo” (I.0004-0005). Depois, a família contradiz a ordem inicial, é posicionada de modo contrário a seus interesses. Disso, emerge uma contraposição entre duas identidades: uma obediente, mas subversiva, pois ao ponto que acata, recusa; e outra hesitante, pois ao ponto em que sua ordem é acatada, a revoga. Temos assim, identidades relacionando-se de modo que a agência de uma, implica a perda de agência de outra. Neste caso, é Karla quem estaria minando a agência de seus pais.

Como percebemos, essa pequena narrativa não foca muito no acontecimento em si, afinal, se fossemos perguntar por que Karla saiu de casa, essa pergunta ficaria sem resposta. Certamente, poderíamos presumir, pelo teor da pesquisa, que a sexualidade esteja sendo mobilizada como fator de ruptura da relação entre a narradora e seus familiares. Isso poderia levar ao estabelecimento de uma relação causal entre essa narrativa e a centralização das práticas de repressão sofridas por Karla. Todavia, como estamos entendendo, não há materialidade discursiva que indexe muito para isso, ao menos não neste trecho em separado. Essa talvez seja uma causalidade mais pressuposta, o que acaba expondo a necessidade de entender mais as vivências de Karla a partir de outras narrativas.

Ainda assim, em seu limite, esta narrativa traz um ponto analítico importante: o atravessamento constante por ondas avaliativas (LABOV, 1972), o qual indica que a ação, o que se narra, parece ganhar mais sentido em relação aos personagens que fazem parte da história; isto é, o foco recai menos sobre o acontecimento e mais sobre quem está nele. Não queremos dizer com isso que estes dois elementos, que compõem toda narrativa, possam ser separados, antes que um pode, durante o evento narrativo, ganhar mais destaques na narração do que o outro.

Na narrativa a seguir, mostraremos como esse destaque se dá e se desenvolve de modo que, a partir da análise da estrutura laboviana, é possível identificar a ocorrência de uma narrativa nuclear – um evento específico – a partir do qual toda a experiência vai sendo narrada e interrompida por momentos de reflexão, contextualização, avaliação, justificações, etc. Se numa perspectiva mais clássica esses momentos talvez fossem considerados como “desvios” do eixo narrativo, aqui, compreendemos que essa forma de organizar uma narrativa, são

formas de produção de causalidade, isto é, são seqüências que atendem a fins de produzir e reforçar a coerência de uma história.

#### 4.1.1.2

##### Primeira lâmina: “Até um belo dia...e aí um belo dia...e aí”

Ao fim do segmento anterior, Karla narra rapidamente sua vida no curto período em que saiu de casa: onde morou, com quem, por quanto tempo. Após isso, retoma a questão de ir morar fora da casa dos pais.

0021 Karla até um belo di- e- e: essa história de  
0022 sexualidade sempre vinha à tona assim hh há  
0023 sabe. qualquer churrasco que dava, eu nunca era  
0024 ouvida=  
0025 Alex [mas ( )]  
0026 Karla =[eu nunc-] tinha moral para falar nada, mesmo  
0027 estando cert- no context- da conversa ou não,  
0028 eu nunc- tinha moral sabe, ↓não tinha voz mesmo  
0029 pra falar.  
0030 Alex Uhm  
0031 Karla e aí::...<um belo dia, meu pai sempre foi muito  
0032 estourado, um belo dia, de novo, ele se estourou  
0033 muito>.. e:: ↑ALÉM de TUDO ↓além da questão da  
0034 sexualidade eu tava hh namorando outra menina  
0035 na época.  
0036 Alex Uhm  
0037 Karla <ela era negra>...deu um pouquinho, agravou um  
0038 pouquinho mais..a situação..  
0039 Alex °imagino°  
0040 Karla o que me deixou MAIS <PUTA> da vida ainda hh  
0041 Karla Uhm  
0042 Karla porque eu já tinha passado por ↓um monte de  
0043 coisa °assim sabe ficado com um monte de mul-°  
0044 eu nunca <escondi>, se eu tava ou não com uma  
0045 pessoa eu tava, >se eu tô com essa pessoa eu tô  
0046 com essa pessoa e não vou esconder de ninguém,  
0047 se quiser me aceitar bem se num quiser amém< e  
0048 aí:: ↓dessa vez sabe, meu pai °parece° que  
0049 também não queria mais que eu ficasse mais perto  
0050 dele.  
0051 Alex Sim  
0052 Karla foi <qua:ndo> ele me agrediu, me deu um:: um:  
0053 baita de um tapão na cara assim °de um forma°,  
0054 ele explodiu por causa de uma coisa.. <mínima>  
0055 e aí começou a jogar um monte de coisa na minha  
0056 cara, sobre a minha.. sexualidade. hh e aí foi  
0057 quando eu saí de novo de casa e aí: não voltei..  
0058 e daí pra lá eu não voltei.

A narrativa começa com um prefácio (GOODWIN, 1984) “até um belo dia” em sentido irônico, o que já demarca a atitude avaliativa da narradora a partir de uma perspectiva de um tempo experiencial/narrativo e não cronológico. Após isso, ela hesita, interrompe a história e direciona sua fala para outro(s) acontecimento(s), no(s) qual(is) questões relativas à sexualidade são sempre trazidas, mas sua fala não é autorizada (I.0021–0027). Ela retoma a narração, com um sumário, “um belo dia meu pai sempre foi muito estourado, um belo dia, de novo, ele se estourou muito” (I.0031-0033), para logo em seguida, novamente suspender o fluxo narrativo e encadear outro(s) acontecimento(s): a presença de uma namorada negra, que, conforme diz, agrava mais a situação; isto leva Karla a se posicionar contrariamente as atitudes de sua família (I.0031-0043).

Em seguida, ela relança um olhar retrospectivo, avaliando as ações paternas (I.0044-0045), as quais foram rapidamente mencionadas no sumário. Passa a ação complicadora (I.0047-0051), a qual é também atravessada por avaliações encaixadas, “baita de um tapão”, e externas, “mínima”. Por fim, finaliza a história com uma resolução, “e aí foi quando eu saí de casa de novo e aí não voltei” (I.0056-0057) e uma coda “e daí pra lá eu não voltei.” (I.0058).

Essa análise mais estrutural da narrativa, a partir dos elementos do modelo laboviano, nos possibilita destacar uma narrativa principal neste excerto, aquilo que estou chamando “narrativa nuclear”. Está não é definida necessariamente em relação às orações narrativas, pode até ser, mas se relaciona mais às sequências que organizam a história em relação a um acontecimento específico, e àquilo que lhe é próprio. Algo realmente mais próximo a uma definição laboviana de narrativa, pois toma a referência a um evento específico e não a multiplicidade de eventos e outros acontecimentos narrados, os quais intercalam e interrompem a construção da história. O que nos levaria ao seguinte quadro:

```
0021 Karla até um belo di-((linhas omitidas))
0031 Karla e aí::...<um belo dia, meu pai sempre foi muito
0032     estourado, um belo dia, de novo, ele se estourou
0033     muito>
((Linhas omitidas))
0048 Karla e aí:: ↓dessa vez sabe, meu pai °parece° que
0049     também não queria mais que eu ficasse mais perto
0050     dele.
0051 Alex Sim
0052 Karla foi <qua:ndo> ele me agrediu, me deu um:: um:
0053     baita de um tapão na cara assim °de um forma°,
0054     ele explodiu por causa de uma coisa.. <mínima>
```

0055 e aí começou a jogar um monte de coisa na minha  
0056 cara, sobre a minha.. sexualidade. hh e aí foi  
0057 quando eu saí de novo de casa e aí: não voltei..  
0058 e daí pra lá eu não voltei.

Como podemos perceber, nessa narrativa nuclear, os momentos que não dizem respeito ao evento em si, que retomam outras situações, acabam sendo deixados de lado, são “desvios” da história. Talvez em uma perspectiva mais canônica isso até pode ser interessante, pois ajuda a perceber uma estrutura comum e a identificação dos elementos labovianos.<sup>39</sup>

Apesar da aparente limitação – ou talvez por conta do estabelecimento de um recorte – tem grande valor. Através dele, conseguimos perceber mais diretamente um núcleo em torno do qual determinada experiência é organizada: o acontecimento. Dele, podemos destacar aquilo que lhe é próprio: as orações narrativas, pelas quais estabelecemos relações de subordinação ao evento, como a definição de um resumo, de orientações, avaliações, etc. bem como tudo que lhe concerne ou não.

Todavia, no cerne dessa definição parece estar uma perspectiva temporal que toma a narrativa como reprodutora de uma ordem natural dos eventos. Nesse sentido, seríamos levados a acreditar que o que é narrado é o que de fato aconteceu. Daí o movimento de considerar como “desvio” aquilo que não estabelece nenhuma relação com a cronologia da narrativa, a ordem temporal dos acontecimentos. Isso pode levantar algumas questões: afinal o que teria a ver uma namorada negra com a agressão de Karla? Ou o fato de Karla não poder falar sobre sua sexualidade durante algum churrasco? Por qual razão seu pai a teria agredido, senão pelo fato de ele ser estourado ou por ele não querer ela perto dele?

Na perspectiva aqui adotada, estas três questões estão relacionadas, mas nem sempre de modo claro e direto. Isso porque a narrativa não é compreendida como uma forma de, cronologicamente, rememorarmos em histórias o que vivemos tal qual tenha ocorrido. Antes, são um tipo de discurso, uma construção, uma forma de organizar a experiência a partir de determinado referencial cultural, emergindo no narrar, e não prévio a ele, uma sequência na qual relações de causalidade vão aparecendo na tentativa de negociar coerência durante o evento narrativo.

---

<sup>39</sup> Logo, a definição do começo de uma narrativa também tem caráter analítico.

As histórias que daí emergem podem se cristalizar de tal forma que passamos a ter na narrativa um referencial para o que de fato aconteceu, mas isso não significa que estejamos sempre contando a mesma história. Na realidade tanto a narrativa quanto o narrar são atravessados por fatores interacionais, de modo que talvez nunca venhamos a narrar um mesmo evento duas vezes da mesma forma. Um aparente paradoxo da linguagem – dizer sempre o mesmo, mas nunca dizer sempre o mesmo duas vezes – que, na realidade, apenas evidencia o caráter situado da linguagem e das negociações de sentido em contextos mutáveis e dinâmicos.

Assim, como estamos entendendo, esses aparentes momentos de “desvios” – de agora em diante sequências de desvios – não são circunstanciais, mas essenciais para compreendermos como Karla está construindo sua narrativa na articulação entre o que diz respeito a um evento e suas possíveis causas. De modo que as sequências de desvios operam como forma de produzir causalidade em torno das práticas de repressão. A constância em contextualizar, em avaliar, em investir mais na construção dos personagens familiares do que propriamente em focar mais no evento, acabam reforçando a atuação de formas de poder que visam cercear, impedir a narradora de agir.

Talvez, possamos perceber isso analisando essa narrativa a partir dos posicionamentos entre a narradora, os personagens e os acontecimentos.

Primeiro, Karla se posiciona como uma pessoa que no espaço familiar, em diferentes momentos de socialização, é impedida de falar sobre a sua sexualidade. Em segundo lugar, a família, em sentido amplo, é posicionada como agente regulador do discurso sobre a sexualidade: ela incita e impede a discussão. Terceiro, esse posicionamento tem efeito duplo: ao mesmo tempo que revela a construção de uma identidade agentiva para a narradora – ela está tentando falar constantemente – reforça que a regulação tem forte caráter coercitivo. A reiteração da impossibilidade e a escolha lexical “nunca” (I.0023; I.0026; I.0028) marcam bem o desnível de poder entre a narradora e sua família.

Depois disso, o pai aparece na história e é posicionado, reiteradamente, como alguém “muito estourado” (I.0032). Logo após, a namorada surge em outra sequência de desvio e é posicionada como alguém que, por uma característica fenotípica que indexa para uma identidade racial, agrava as relações de Karla com sua família (I.0037-0038). Esta, por sua vez, posiciona-se contra o racismo velado de sua família, trazendo diferentes momentos nos quais reforça que seu envolvimento com outras pessoas independia de qualquer tipo aceitação ou não dela. Como anteriormente, há aqui a construção de uma identidade mais agentiva

para a narradora, mais especificamente através da reiteração de suas escolhas (I.0042-0043)

Retomando a narrativa, Karla posiciona o pai como alguém que não a quer por perto, para logo em seguida, posicioná-lo como violento e que fala coisas negativas a respeito de sua sexualidade. Ao fim, ela se posiciona como alguém que não está mais disposta a lidar com essas situações, em decorrência disso, sai de casa.

As posições construídas pela narradora na histórias nos ajudam a entender as possíveis causas de Karla ter saído/sido expulsa de casa. Não são uma, mas várias situações que ela constrói em sequência e que acabam reforçando os motivos de sua ação. Simultaneamente a isso, a narradora está construindo identidades para si e para sua família.

Nessa construção, a família, cuja presença é mais demarcada pela figura paterna, é construída como um local de repressão a determinados temas, a determinadas pessoas. Um local onde a figura paterna assume uma posição ameaçadora, ser “estourado”, bem como demarcador de distâncias físicas e emocionais, e como agente repressor pela força. Em relação a ele e à sua família, Karla constrói-se como uma agente de oposição a essas repressões; alguém que tenta falar, mas é impedida; que não aceita o silêncio e a censura; que não se esconde ou não esconde com quem se relaciona; e que, por conta disso, sofre e encontra-se em um quadro de vulnerabilidade em sua casa. Acerca disso, a construção de uma identidade agentiva emergirá, também, em contraposição às ações de seu pai, mas pode ser posta em questão se consideramos que a relação entre agência e sobrevivência, neste caso, não é clara.

Neste sentido, o excerto 1 já opera como um panorama geral para o quadro de relações familiares: há um limite de pertencimento. Em isolado pode não nos ajudar a compreender possíveis razões para a narradora ter saído de casa, ou mesmo como ela constrói suas relações familiares, mas em articulação ao excerto 2, já podemos perceber que o pertencimento ao espaço doméstico se dá em torno da questão da sexualidade e da raça. Mais especificamente, podemos perceber como performances não alinhadas às expectativas normativas sobre sexualidade e raça desencadeiam a atuação de formas de poder que visam negar o pertencimento da narradora ao espaço doméstico, interditar sua fala e suas ações, recorrendo, para isso, à violência.

Assim, a nosso ver, há uma relação direta entre o excerto 2 e 1. Essa conexão não decorre da cronologia dos episódios, algo que pode ser pensado pela orientação “na primeira vez” (I.0003-0004), mas pela forma como estes

eventos são sequencializados de modo a produzir certa causalidade sobre as relações familiares. Assim talvez podemos entender que Karla saiu/foi expulsa de casa porque sua performance identitária sexual levava a constantes processos de controle e repressão.

#### 4.1.2

#### **Segunda lâmina: neutralização e construção de uma agência possível**

Como vimos anteriormente, a minha pergunta à Karla retoma um acontecimento conhecido de nossa relação: sua expulsão/saída. Notamos que o este fato pode, em diversas situações, representar uma ameaça à face da pessoa, pois indexaria para um estado diferencial entre aqueles quem foi expulso de casa e quem não foi, isto é, entre aqueles alinhados a expectativas de socialização familiar e pertencimento a esta instituição, e quem não está. Isto pode trazer embaraço, vergonha, humilhação em decorrência da circulação e predomínio dos discursos que tomam a família como um local de intimidade, afeto e cuidado e, muitas vezes, tendem a culpabilizar o expulso e não a família: o problema estaria na pessoa e não na família.

0001 Alex eles chegaram a te expulsar de casa? rolou  
0002 alguma coisa assim ↯ não?  
0003 Karla ro::lou...só que ao mesmo tempo que expulsou:  
0004 na primeira vez eu já falei "então tô indo"...e  
0005 aí nessa do, "então tô indo", logo já- já  
0006 recuaram, voltaram atrás.  
0007 Alex Sim  
0008 Karla mas aí eu fui ((risos))

No entanto, no decorrer da interação, essa possível ameaça é neutralizada na aceitação desse sentido como algo compreensível entre as partes. Karla não me corrige. Tem, antes, uma atitude cooperativa com o pequeno sumário apresentado por mim (I.001-002), dá prosseguimento ao ocorrido em sua pequena narrativa e reforça uma postura agentiva, alinhada a possíveis sofrimentos decorrentes dessa situação. (I.003-0005; I.008).

Neste caso, o compartilhamento de informações biográficas pode ter reforçado a horizontalidade de nosso encontro. O que teríamos aqui não seria apenas uma conversa a respeito de temas caros aos meus interesses de pesquisa, mas, conjuntamente a isso, histórias compartilhadas de nossa relação e que ajudam na produção de uma identidade pessoal (GOFFMAN, 1963). Dito

de outra forma, a posição de pesquisador e amigo é co-ocorrente ao evento, neste caso, a segunda parece ter sobressaído mais que a primeira na interação.

Além disso, Karla faz uso de outros recursos que podem neutralizar possíveis estigmatizações. O uso do diálogo construído opera aqui como avaliação, mas também como forma de engajamento da narradora na construção de uma identidade agentiva, a qual contrapõe-se à possível ideia de que ser expulsa representaria algo necessariamente aquém de seu controle.

Mesmo a narradora não entrando em detalhes, temos aqui manipulação da informação não em um sentido de encobrir, acobertar (GOFFMAN, 1963), ou silenciar, possíveis atribuições estigmatizadas. Ao contrário, ela é manifesta de modo a subverter possíveis sentidos estigmatizantes decorrentes da quebra de expectativas sobre a sociabilidade familiar. Se a repressão de sua família resultaria em expulsão ou saída de casa, esta é parte de um movimento próprio à narradora e não aos “agentes” da expulsão. Karla tende a se construir em uma luz favorável em relação à família, ou aos personagens da história (cf. seção 4.2.1.1), na interação isso opera de modo a sustentar sua face.

Embora o trabalho de face decorra de modo a reforçar a horizontalidade do encontro, há um limite para a manutenção do estigma em relação a isso. Este limite, em nosso entendimento, é resultado das diferentes formas como as relações familiares são construídas em meio às práticas de repressão narradas. Isto é, decorre do aparecimento de índices que podem levar a possíveis quadros de estigmatização em decorrência da construção de uma relação familiar não baseada no afeto, na intimidade, no amor.

Se xs narradorxs estão organizando suas narrativas em relação às práticas de repressão que sofrem e não em relação ao discurso hegemônico sobre sociabilidade familiar, essa construção carrega um grande risco de ameaça a suas faces. Isso se deve ao estatuto não canônico do segundo em relação ao primeiro, o que pode levar à produção de identidades normalizadas e estigmatizadas na interação. A ameaça é presente, mas não significa que ela vá se concretizar. Os índices não vão necessariamente apontar para quadros que reforcem a anormalidade de sua situação familiar, eles podem operar através da subversão do que está sendo narrado, como Karla fez. Ou seja, mesmo em casos em que há grandes riscos de estigmatização, não há um quadro à priori, mas uma negociação em relação à face que vai sendo sustentada na narração.

Para o caso de Karla, temos a repressão como regulação discursiva: ela não pode falar sobre determinados assuntos em determinados contextos; sua voz é invalidada; ela não tem “moral” (I.0028-0029). Daqui notamos que o trabalho de

face da narradora pode abarcar a construção de uma identidade estigmatizada no evento narrado com efeitos no evento narrativo. Não apenas, ela reitera o quadro, mas essa reiteração é também uma forma de neutralização de uma identidade estigmatizada, pois a reiteração da ação nos leva a crer que se Karla não é ouvida, nem por isso ela deixa de tentar falar, de erguer sua voz.

0021 Karla até um belo di- e- e: essa história de  
0022 sexualidade sempre vinha à tona assim hh hh  
0023 sabe. qualquer churrasco que dava, eu nunca era  
0024 ouvida=  
0025 Alex [mas ( )]  
0026 Karla =[eu nunc-] tinha moral para falar nada, mesmo  
0027 estando cert- no context- da conversa ou não,  
0028 eu nunc- tinha moral sabe, ↓ não tinha voz mesmo  
0029 pra falar.  
0030 Alex Uhm

O que temos então é um movimento paradoxal: há a reiteração da atuação da norma, e ao mesmo tempo de oposição a ela. Identificamos nisso a construção de uma agência, a qual decorre da diferença entre não poder falar e não falar – ser reprimida – e não poder falar, mas resistir, não necessariamente falando, mas tentando falar. Como nota hooks (2019 [1989], p.47), há diferentes formas de oposição às estruturas de poder que operam de modo a impedir os processos de subjetivação, “Há o silêncio do oprimido que nunca aprendeu a falar, e há a voz daqueles forçadamente silenciados porque ousaram falar e, ao fazerem isso, resistem.”.

Não há garantia de que quando tentamos falar, seremos ouvidxs, não há garantias a nossas vidas, quando falar é um risco às formas de poder que tentam nos reprimir, controlar e nos oprimem, por isso,

“quando falamos temos medo  
de nossas palavras não serem ouvidas  
nem bem-vindas  
mas quando estamos em silêncio  
ainda assim temos medo

É melhor falar então  
lembrando  
sobreviver nunca foi nosso destino.<sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> Poema de Audre Lorde, “A Litany for survival”, citado em hooks (2019 [1989], p.54). Quis trazê-lo esse poema pois ele atravessou minha relação com a pesquisa e com a ideia inicial do meu trabalho. Não apenas, a meu ver ele atenta para um caminho que corta o espaço entre dizer e não dizer.

Continuando, a emergência dessa agência é, por pouco, não interrompida por mim (l.0025). Contudo, o meu silenciar na co-ocorrência de nossas falas dá espaço à sustentação de sua face, de modo que ela neutralize possíveis atribuições estigmatizantes decorrentes da sua construção. Além disso, seria no mínimo inadequado de minha parte que, em vista da referência a impossibilidade de falar trazida por Karla, eu tomasse o turno de fala para adentrar outro tópico, ou mesmo para pedir mais informações.

A linha agentiva na face da minha colaboradora, entretanto, está constantemente sob ameaça, dada a construção de um quadro familiar atravessado por violências, agressões e outros sofrimentos. O foco na construção da narrativa em relação aos personagens acaba criando um campo de diferenciação das relações de poder entre ela e seus familiares, mais especificamente a figura paterna, isto é, uma divisão entre “normalizados” e “estigmatizadxs”. As sequências de interrupção do fluxo narrativo são um passo importante na identificação dessa diferenciação, pois importa aqui perceber como cada personagem é construído em relação a um conjunto variado de situações.

0031 Karla e aí::...<um belo dia, meu pai sempre foi  
 0032 muito estourado, um belo dia, de novo, ele  
 0033 se estourou muito>.. e:: †ALÉM de TUDO †além  
 0034 da questão da sexualidade eu tava hh  
 0035 namorando outra menina na época.  
 0036 Alex Uhm  
 0037 Karla <ela era negra>...deu um pouquinho, agravou  
 0038 um pouquinho mais..a situação..  
 0039 Alex °imagino°  
 0040 Karla o que me deixou MAIS <PUTA> da vida ainda hh  
 0041 Karla Uhm  
 0042 Karla porque eu já tinha passado por †um monte de  
 0043 coisa °assim sabe ficado com um monte de  
 0044 mul-°eu nunca <escondi>, se eu tava ou não  
 0045 com uma pessoa eu tava, >se eu tô com essa  
 0046 pessoa eu tô com essa pessoa e não vou  
 0047 esconder de ninguém, se quiser me aceitar  
 0048 bem se num quiser amém< e aí:: †dessa vez  
 0049 sabe, meu pai °parece° que também não queria  
 0050 mais que eu ficasse mais perto dele.  
 0051 Alex Sim  
 0052 Karla foi <qua:ndo> ele me agrediu, me deu um::  
 0053 um: baita de um tapão na cara assim °de um  
 0054 forma°, ele explodiu por causa de uma  
 0055 coisa.. <mínima> e aí começou a jogar um  
 0056 monte de coisa na minha cara, sobre a minha..

0057            sexualidade. hh e aí foi quando eu saí de  
0058            novo de casa e aí: não voltei.. e daí pra lá  
0059            eu não voltei.

Karla constrói o pai como alguém “sempre muito estourado” (I.0031-0032). Este também é um movimento de sustentação de sua face. A escolha lexical de “estourado”, ao invés de “violento” ou “agressivo”, ameniza a construção do lar como um espaço sujeito à violência constante do pai. Esta se concretiza na ação complicadora de modo menos ameno (I.0052-0053), pois logo em sequência Karla reforça, através de avaliações, as atitudes violentas do pai, “ele explodiu por causa de uma coisa mínima” (I.0054).

Ao mesmo tempo, ela se constrói no evento narrado como não sendo condescendente com as atitudes de seu pai/família. Essa construção tem efeitos na interação, pois delinea uma linha de interpretação das suas ações em relação às de seu pai/família. Uma consequência importante da sequencialidade narrativa, pois aqui ela opera como uma forma de sustentação da face da narradora na interação (cf. seção 3.1.5), isto é, a forma como a narradora constrói a si e seus familiares, acaba delimitando as possibilidades de compreendermos quem é Karla e quem é sua família e como se dá a relação entre ambos a partir de seus parâmetros. Ao passo que ela sofre, ele(s) é(são) o(s) causador(es) de seu sofrimento; ao passo que as ações dele(s) têm um fundamento normativo, a sua integridade encontra-se em constante ameaça; mas ao passo que ele(s) age(m), ela responde de modo a se preservar, a resistir.

Neste sentido, a construção da resistência da narradora, sua saída de casa (I.0058-0059), deve ser compreendida como um trabalho de face cujos efeitos responderam negativamente às expectativas sobre socialização familiar, amenizando possíveis atribuições estigmatizantes. Se o quadro familiar torna impossível a socialização por meio de afeto e cuidado, então as ações possíveis são as que preservam a integridade da Karla. Ainda que essas possam ser compreendidas como índices para a construção de uma identidade estigmatizada, elas, a nosso ver, operam mais como uma forma de neutralização.

Podemos perceber que, a construção do contexto de socialização de Karla seria de um local proibido, mas ao invés de traçar uma busca por aceitação, ao invés de buscar adequar-se a uma “normalidade-fantasma” (GOFFMAN, 1963), ela constrói-se como alguém capaz de agir tanto quanto possível. Adequar-se à normalidade-fantasma, implica a busca por ajustamento, a exigência que

“o estigmatizado se aceite, alegre e inconscientemente, como igual aos normais[normalizados] enquanto, ao mesmo tempo, se

retire voluntariamente daquelas situações em que os normais[normalizados] considerariam difícil manter uma aceitação semelhante.” (2008 [1963], p.132).

Assim, a saída de casa não é construída como uma tentativa de preservação das expectativas dos “normalizados”; se fosse esse o caso ela talvez estivesse assumindo para si uma posição de estigmatizada. Como observamos, seu trabalho de face se dá de modo a contrapor a ideia de uma aceitação daqueles. Sua performance se dá de modo a articular uma agência a partir da construção narrativa entre personagens “repressores” e personagens que deveriam ser reprimidos, mas ao invés disso, resistem.

#### 4.1.3

#### **Terceira lâmina: repressão como expurgação de performances não cis-heteronormativas do espaço doméstico descritiva**

Aqui, analisaremos a construção da narrativa em sua relação com os sistemas de coerência. Podemos perceber que, na narrativa de Karla, a repressão opera através de diferentes técnicas, as quais visam o estabelecimento de uma fronteira de pertencimento ao espaço doméstico, isto é, o reconhecimento de quem pode ou não ter acesso a ele, e pelo controle sobre quem pode ou não falar sobre determinados temas.

Abaixo, podemos pensar sobre o estabelecimento da relação: entre silenciamento e repressão (I.0021-0029). A constante reiteração da narradora sobre a impossibilidade de falar, acaba nos levando a considerar mais detalhadamente essa relação.

0021 Karla até um belo di- e- e: essa história de  
0022 sexualidade sempre vinha à tona assim hh hh  
0023 sabe. qualquer churrasco que dava, eu nunca  
0024 era ouvida=  
0025 Alex [mas ( )]  
0026 Karla =[eu nunc-] tinha moral para falar nada,  
0027 mesmo estando cert- no context- da conversa  
0028 ou não, eu nunc- tinha moral sabe, ↓ não tinha  
0029 voz mesmo pra falar.  
0030 Alex Uhm

Ao passo que Karla tenta falar é constantemente impedida; de sua voz, é retirado o valor, ela não tinha “moral para falar nada” (I.0026), no mais variado conjunto de situações (I.0027-0029). Assim, Karla acaba construindo a família e ela numa relação de desnível de poderes: eles estariam atuando, com força de

lei, regulando os discursos, interditando-a nessa ordem do discurso, haveria aqui um tabu do objeto (FOUCAULT, 1971).

Por sua vez, ela se constrói como alguém que é incapaz de transpor essa interdição, mas como discutimos, esse processo chama atenção para suas tentativas de resistência. A reiteração das ações da família é acompanhada das suas próprias, à medida em que ela é impossibilitada de falar sobre sexualidade, ela não deixa de tentar, continua (I.0024-0025; I.0028-0029), com isso Karla acaba indexando para uma relação entre família como instituição repressora, e ela como a pessoa que tenta responder a essa repressão; alguém que constantemente busca produzir inteligibilidade sobre sexualidade.

0031 Karla E aí::...<um belo dia, meu pai sempre foi  
0032 muito estourado, um belo dia, de novo, ele  
0033 se estourou muito>.. e:: †ALÉM de TUDO †além  
0034 da questão da sexualidade eu tava hh  
0035 namorando outra menina na época.  
0036 Alex Uhm  
0037 Karla <ela era negra>...deu um pouquinho, agravou  
0038 um pouquinho mais..a situação..  
0039 Alex °imagino°  
0040 Karla o que me deixou MAIS <PUTA> da vida ainda hh  
0041 Karla Uhm  
0042 Karla porque eu já tinha passado por †um monte de  
0043 coisa °assim sabe ficado com um monte de  
0044 mul-° eu nunca <escondi>, se eu tava ou não  
0045 com uma pessoa eu tava, >se eu tô com essa  
0046 pessoa eu tô com essa pessoa e não vou  
0047 esconder de ninguém, se quiser me aceitar  
0048 bem se num quiser amém<

Agora, a narradora passa a se concentrar nas ações paternas. Já construindo o pai como uma figura cuja ação se dá em momentos de “estouro”, que, como veremos abaixo, refere-se à agressão. Mas antes disso, ela contextualiza/avalia. Percebemos no pai/família o entrelaçamento de ideais normativos sobre gênero, raça e sexualidade. Aqui, a matriz de inteligibilidade cis-heteronormativa opera conjuntamente a ideais da branquitude. A construção da narradora indexa não apenas para com qual sexo/gênero ela deveria se relacionar, mas também a raça da pessoa.

A repressão, começa a ser reforçada através da figura paterna (I.0031-0033). Percebemos nisso o duplo movimento pelo qual a narradora reforça as ações familiares à medida em que também reforça sua agência em relação a elas (I.0044-0048). Mais abaixo, temos a ação complicadora, na qual a repressão e

ação violenta encontram-se em uma mesma prática: Karla é agredida por seu pai. À medida em que suas ações não respondem às constantes tentativas de performar uma identidade em conformidade com os anseios familiares, “uma ação mínima” (I.0054-0055) o pai busca coagi-la por meio de violência. Ou seja, estamos antes em diante de uma resposta agressiva à sua sexualidade, a qual a todo momento é cerceada no espaço doméstico, do que uma agressão em decorrência de algo feito pela narradora. Como decorrência das constantes repressões, Karla é expulsa/sai da casa de seus pais.

0048 Karla e aí:: ↓dessa vez sabe, meu pai  
 0049 °parece° que também não queria mais que eu  
 0050 ficasse mais perto dele.  
 0051 Alex Sim  
 0052 Karla foi <qua:ndo> ele me agrediu, me deu um::  
 0053 um: baita de um tapão na cara assim °de um  
 0054 forma°, ele explodiu por causa de uma  
 0055 coisa.. <mínima> e aí começou a jogar um  
 0056 monte de coisa na minha cara, sobre a minha..  
 0057 sexualidade. hh e aí foi quando eu saí de  
 0058 novo de casa e aí: não voltei.. e daí pra lá  
 0059 eu não voltei.

Essa narrativa, chama atenção para a constante necessidade da lei/norma do gênero e da sexualidade ser reiterada. A possibilidade de quebra na coerência abre um espaço não apenas de subversão, mas de ameaça, uma ameaça ao próprio sistema que a lei ancora: cis-heteronormatividade. Nesse sentido, aqui temos práticas de repressão operando como forma de poder com instância jurídica: é da ordem da censura, da interdição, mas cujos efeitos visam a produção de identidades que sustentem a sua própria operação. Não responder a essas demandas, como vimos, pode levar a casos de violência, agressão, expulsão.

Como nota Foucault, “o interdito, a recusa, a proibição, longe de serem as formas essenciais do poder, são apenas seus limites, as formas frustradas ou extremas. As relações de poder são, antes de tudo, produtivas.” (1985 [1979], p.236). Não estamos em total acordo com autor, pois como temos defendido, o poder, mesmo em seus limites, ainda é produtivo (cf. seção 5.4), mas concordamos que estamos aqui diante de formas extremas, quando o poder não é articulado por técnicas mais ambíguas – como veremos no caso de João – e se exerce por meio da violência.

A violência, longe de representar uma ação singular, é indexada na narrativa de Karla em uma cadeia de significações na qual uma performance não licenciada

busca constantemente ser regulada, controlada e, por fim, fisicamente coagida. A produção de uma performance em termos que escapam à pressuposta coerência cis-heteronormativa no espaço doméstico, resulta em dor, porém, em certo sentido, Karla a rejeita, sai de casa (I.0057-0058). Com isso, constrói sua não conformidade à posição de aceitação da imposição da norma, seja em sua forma violenta ou por meio de suas interdições.

## 4.2 Carlos (15'03" – 19'23")

O excerto abaixo traz as dificuldades e impossibilidades de Carlos conversar sobre seus relacionamentos com sua mãe. Pouco antes, ele havia narrado como seu primeiro namoro havia sido difícil, pela dificuldade de ambas as famílias, dele e de seu namorado, não reconhecerem suas performances identitárias. A título de comparação, ele relaciona sua experiência à de sua irmã, falando dos problemas enfrentados por ela. Assim, constrói sua família como pouco receptiva a pessoas de fora, ou seja, o princípio da intimidade (cf. seção 3.2.3) parece predominar em sua relação com seus familiares. Todavia, o fato de ele se relacionar com homens aparece como um agravante na sociabilidade familiar e, como veremos, esse ponto é retomado aqui na avaliação final sobre a sua relação com a sua mãe.

A construção desse quadro me despertou atenção para as possibilidades de conversas sobre sexo, sexualidade, relacionamento entre ele e seus pais, e para um possível tratamento diferencial entre ele e sua irmã. A respeito disso, Carlos reforça a construção dos limites discursivos impostos a ele, base da construção da família como "tradicional", índice para um sistema de coerência em que essas conversas não seriam possíveis.

Após comentar um pouco sobre sua relação com seu pai, a conversa retoma a questão do seu namoro e de como se dá a sua relação com sua mãe quanto a este assunto. À época, já haviam ocorrido uma conversa sobre a sexualidade dele, no entanto, a questão não parecia totalmente resolvida, desencadeando a situação de "guerra fria" que ele narrará abaixo.

Como no caso de Karla, a narrativa se dará em meio a sequências de desvios com fins avaliativos, de contextualizações, mas aqui também surgiram *accounts* (DE FINA, 2009). Partindo disso, pode-se depreender uma narrativa nuclear organizada em relação a um acontecimento, como fizemos anteriormente. Para não prolongar a discussão, não adentraremos muito nesse ponto, mas

deixaremos no Anexo III o que consideramos como sendo a narrativa nuclear de Carlos.

#### 4.2.1

##### Primeira lâmina: “Não. Eles não perguntam mesmo porque uma vez...”

Estamos entendendo que o início da narrativa de Carlos se dá com um sumário (I.0057-0059; 0061-0062), o mesmo que nos indica um possível ponto para essa narrativa: a impossibilidade de falar sobre relacionamento com sua família/mãe. Logo em seguida, o narrador encadeia um prefácio, um pedido de narrar, “porque uma vez e isso acabou rolando assim” (I.0064-0065), forma de negociação de um turno mais longo de fala. Este é reforçado por um afastamento do fluxo narrativo em um *account*; temos a primeira sequência de desvio: uma contextualização de caráter avaliativo pela qual começa a ser desenhado o processo de construção da relação entre o narrador e sua mãe (I.0066-0072).

0057 Carlos eh:... e ↑AÍ:... eh:... >a gente nunca teve  
0058 nenhum tipo de conversa<, com relação a: a:  
0059 ↑PARCEIRO assim=  
0060 Alex Hm  
0061 Carlos =sobre o:s meus relacionamentos, ↓a gente  
0062 nunca teve esse tipo de conversa  
0063 Alex ELES NÃO SE INTERESSam por:?  
0064 Carlos NÃO. <eles não perguntam mesmo> porque uma  
0065 ↑ve:z...(e) isso acabou rolando assim,  
0066 porque a minha ↑mã:e.. ela.. °não gosta  
0067 muito de que eu faça coisas fora de casa°,  
0068 apESAR de eu ter: vinte e oito anos sabe?  
0069 ((áudio oscilando))  
0070 Alex Hum  
0071 Carlos e de ter morado fora e de tá morando fora.  
0072 Alex [(sim) (pois é) ] ((rindo))

Esta sequência, marcada por verbos no infinitivo e no presente, evidencia como o processo de construção narrativa está sendo atravessado por um olhar retrospectivo – próprio ao evento narrado – e reforça, simultaneamente, a continuidade das ações de sua mãe. Dito de outro modo, Carlos não está apenas posicionando sua mãe em relação a ele na história, mas em relação a uma “história” que ainda está acontecendo: ela “não gosta” que ele faça coisas fora de casa, apesar da sua idade e de ele não morar mais com ela.

Nesse processo, ele se posiciona como independente, ao passo que posiciona sua mãe como “super protetora”, alguém que não gosta que os filhxs façam coisas fora de casa, apesar da idade e de elxs não estarem obrigadxs a responder às suas exigências de saída e entrada em casa – “morando fora”. Esse trecho, acaba indexando para ideais de maternidade e filiação do próprio narrador em relação ao discurso hegemônico da família. O “cuidado” e a “intimidade” aparecem como valores mobilizados na construção da relação entre o narrador e sua mãe: o espaço externo é indesejado e as ações da mãe visam a proteção do narrador. Contudo, como veremos abaixo, esses ideais são balanceados quando expectativas não cis-heterormativas não são cumpridas.

O movimento de entrelaçamento entre evento narrado e evento narrativo, percebível no uso de verbos no presente e no infinitivo acima, também pode ser pensado em relação à narrativa hipotética abaixo (I.0073-0076).

0073 Carlos [então eu VOU visitar] ela (sei lá) no no-  
 0074 em de↑zembro.. ANOS morando fora, e aí:: eu  
 0075 ( ) sei lá tô saindo ho:je, ↑hoje ela..  
 0076 CAGA mais. ((rindo))  
 0077 Alex hum ((rindo))

Essa outra sequência de desvio, justaposta a outra, como no primeiro caso, parece trazer certa contextualização para a relação de Carlos e sua mãe. Entretanto, o uso de fonologia expressiva, “ANOS” (I.0074), inclusive com advérbios de intensidade, “CAGA mais (I.0076), reforçam o caráter avaliativo do narrador em relação a mãe. Não apenas, Carlos retifica o posicionamento anterior de sua mãe em relação a ele, no que diz respeito a suas possíveis ações futuras; este posicionamento, no entanto, serve mais para fins comparativos. Podemos perceber isso quando, abaixo, ele novamente contextualiza/avalia a mãe em relação ao acontecimento – temos aqui o retorno à narrativa nuclear (cf. Anexo III).

0078 Carlos mas ( ) mas era muito assim tipo ↑“°ah  
 0079 você VAI. você vai pra ONDE? você tá  
 0080 fazendo O QUE?”° era muito mais em cima né,  
 0081 >(porque) eu também sou o caçula<. ((áudio  
 0082 oscilando))  
 0083 Alex sim °sim°

Neste segmento, novamente o narrador volta a posicionar sua mãe como alguém cuidadosa, interessada em saber o que ele está fazendo, para isso,

recorre ao diálogo construído<sup>41</sup>. Além de justificar as ações dela por um pequeno *account* (I.0081-0082).

Em resumo, temos que Carlos posiciona sua mãe em relação a ele como uma pessoa “super protetora”, mas depois essa superproteção é corrigida em relação às suas ações atuais, “hoje ela caga mais” (I.0075-0076). Todavia, em relação ao que ele narrará, a posição anterior é novamente reforçada. Isso tem efeitos interessantes, pois essa retomada ao posicionamento inicial da mãe se dá no reinício da narrativa nuclear (I.0078). Este é o mesmo momento em que Carlos reforça sua posição de homem independente, em contraposição ao reforço da posição atribuída à mãe, cujos interesses passam a ser cada vez mais constantes (I.0078-0123).

No entanto, esse posicionamento da mãe, essa “preocupação” constante com o filho, alcança seu limite na construção narrativa mais abaixo. Uma sequência, não uma sequência de desvio, mas uma sequência de orientação com fins avaliativos na história, na qual o interesse em saber sobre a vida de Carlos alcança seus limites quando um namorado aparece como índice de uma sexualidade não cis-heteronormativa.

0084 Carlos E:: EH:: as vezes que ela pergu- ela nunca  
 0085 entrava muito no nos papos de  
 0086 relacionamento ( ) de relacionamento  
 0087 ( ) momento °e ela nunca entrava muito  
 0088 nos papos de relacionamento°. ((áudio  
 0089 oscilando)) mas AÍ:: come- quando eu  
 0090 comecei a namorar o ↑Jonas.. todo final de  
 0091 semana eu saia.. e passava dias fora.  
 0092 Alex Hm

Essa é a abertura para a longa ação complicadora que seguirá (I.0089-0118). Nela, por interrupções constantes, Carlos reforçará o posicionamento e a construção de identidades para ele e para sua mãe.

Tudo decorre a partir do momento em que Carlos começa a namorar seu atual namorado, Jonas. Desse momento em diante, ele começa a sair com regularidade aos fins de semana (I.0089-0091). Esse princípio de ação

---

<sup>41</sup> Há outro movimento avaliativo presente no uso do diálogo construído. Quase sempre que o usa para “reportar” à fala da mãe, Carlos tende a aumentar o tom de voz e abaixar sua altura, o que acaba remetendo a uma voz calma e fina. O uso dessa modulação vocal acaba criando uma linha interpretativa para as ações da mãe de Carlos, ou seja, constrói uma identidade para a mãe na conversa.

complicadora é, entretanto, interrompido, pela reiteração da ação (I.0096-0095). O cuidado da mãe, dada a reiteração e as sequências de avaliação que atravessam a ação complicadora, acabam reforçando uma estrutura diferencial de poder entre ela e ele.

0089 Carlos mas AÍ:: come- quando eu comecei a namorar  
 0090 o ↑Jonas.. todo final de semana eu saia..  
 0091 e passava dias fora.  
 0092 Alex Hm  
 0093 Carlos então eu saia assim.. sexta e voltava no  
 0094 domingo >sempre era isso< <saia na sexta>  
 0095 e voltava no domingo. e aí quando ↑o: seu  
 0096 filho tá fazendo isso, com uma certa  
 0097 regularidade, e eu não fazia questão de  
 0098 desconder o que eu estava fazendo.. eh::..  
 0099 el- aí ela começou as perguntas né ↑“°por  
 0100 que cê sai tanto? o que CÊ vai fazer no  
 0101 domingo? o que qu- por que que cê  
 0102 desaparece?” aí eu falava “ah vou pra casa  
 0103 do Jonas. vou pra casa do Jonas. vou pra  
 0104 casa do Jonas.” e aí ela começou a diminuir  
 0105 o número de perguntas até o dia que ela  
 0106 ficou.. mais puta assim.. e falou ↑“VOCÊ  
 0107 vai pra casa do ↑Jonas? então você pega  
 0108 homem e pega ↑mulher?” ((risos))  
 0109 Alex ((risada))  
 0110 Carlos e ela perguntou isso né. e aí::.. >aí eu  
 0111 perguntei pra ela-< aí eu respondi pra ela  
 0112 “não.” ... °aí eu vi que ela já tava°  
 0113 ((áudio oscilando)) ELA FOI- ele fez a  
 0114 pergunta mui- de forma muito agressiva,  
 0115 sabe?  
 0116 Alex HUM  
 0117 Carlos >↑ “VOCÊ PEGA HOMEM E PEGA MULHER?”< eu  
 0118 falei “NÃO.”..

Chegamos, por fim, ao momento em que a insistência da mãe parece ser construída como decorrente de uma “intencionalidade” subjacente, não em querer saber sobre a sexualidade do filho, mais situá-lo em um campo de inteligibilidade: “então você pega homem e pega mulher.” (I.0106-0108). A resposta do narrador “não” (I.0112), seguida das avaliações encaixadas sobre as atitudes da mãe, retomando a fala de ambos, reforçam outro ponto importante, consequente da forma como Carlos está se posicionando em relação a sua mãe: a sua agência, isto é, sua capacidade de responder às demandas da mãe sem se comprometer.

Por fim, seguindo a resolução da história (I.0118-0123), temos a coda avaliativa (I.0124-0131), a qual acaba re-situando a narrativa no momento presente, pois, como observamos mais acima, à medida que o narrador constrói a mãe, ele não o faz apenas em relação ao evento narrado, mas por meio de afirmações que alcançam o momento próprio ao evento narrativo. Aqui, é importante notar que a questão do silenciamento (I.00126), a partir da qual Carlos interpreta a sua relação com ela, retoma o ponto inicial da história: as dificuldades de conversar sobre relacionamento, conforme o sumário. Ainda assim, como notamos, essa dificuldade desenvolve-se como um eixo temático lateral à medida que um fluxo de informações situa a narrativa mais a respeito da relação entre os personagens da história.

0118 Carlos aí: ela deu pra traz assim, né. porque a-  
 0119 a pergunta lógica ((áudio oscilando))  
 0120 depois disso era "então você pega o que?"  
 0121 eu (ia) falar "eu só pego hh homem".  
 0122 ((risada))  
 0123 Alex ((risada)) sim sim  
 0124 então ASSIM, é sempre aquela coisa assim,  
 0125 quando chega no limite aí a gente.. (perde)  
 0126 ((áudio oscilando)) o silenciamento porque  
 0127 ela conFRONta e ela quer saber... mas aí  
 0128 quando ELA chega MUIT- muito perto.. do  
 0129 emba:te, ela nã::o.. não vai mais.  
 0130 entendeu?  
 0131 Alex hum hum

A todo momento Carlos vai posicionar sua mãe como alguém que busca saber o que o filho está fazendo, mas se limita a fazê-lo na medida em que saber implica uma ameaça de acessar zonas não desejadas da vida do filho. Ao mesmo tempo, ele se posiciona como alguém mais independente, cuja vida afetiva e sexual não precisa ser escondida. Carlos posiciona a mãe e a ele quase como se ambos estivessem em uma cena confessional (cf. seção 2.1.1): a "vontade de saber" da mãe, sai do domínio do cuidado e adentra o reforço do controle, da regulação (I.0099-0108). Como mãe, ela quer saber, mas ao passo que o conhecimento pode romper expectativas normativas sobre o filho, torna-se uma ameaça só passível de ser ignorado quando a atitude agentiva do filho é um reforço às suas incertezas. A mãe, por fim, rompe o silêncio e decide perguntar, nesse momento, ela é posicionada como alguém agressiva, essa posição se mantém e é reforçada na coda avaliativa.

À luz dessa discussão e da agência que vai emergindo, conforme o posicionamento de Carlos vai sendo o de oposição às ações da mãe, poderíamos pensar que essa história diz pouco sobre as práticas de repressão que Carlos viveria em sua família. Entretanto, o progresso da coda avaliativa (I.0132-0152) em outra sequência de desvio põe em questão a construção de uma identidade agentiva para o narrador. Mais abaixo, veremos que esse jogo discursivo entre dizer e não dizer é um movimento que Carlos constrói como próprio a uma “guerra fria” (I.0134).

0132 Carlos e aí (foi iss-) foi ficando assim.. eh:  
 0133 nessa rotina, com o Jonas.. ( ) nessa  
 0134 guerra fria, °nessa guerra fria, (mas) sem  
 0135 perguntar ↓na:da, sem fazer ↓na:da°, até o  
 0136 momento em que: minha irmã conseguiu eh..  
 0137 ter um namo↑rado ela casou com o  
 0138 namo↑rado.. e aí eu vô- eu vô ficando  
 0139 bolado porque as coisas que (eles) vão  
 0140 fazendo em família >(a gente) tem um grupo  
 0145 em família que ele ↑tá<.. e eu ↑gosto dele  
 0146 eu não faço assim.. a parada é que..  
 0147 <conti↑nua aquela história de que.. as  
 0148 coisas que são ne↑gadas.. pra mim, são ↓em  
 0149 relação a ele °e aí eu não consigo fazer  
 0150 as coisas em família° com RELAÇÃO a ele,  
 0151 sabe? ((áudio oscilando))  
 0152 Alex ↑ENTENDO entendo ↓entendo

Aqui, a experiência de Carlos é re-situada em relação àquilo que é permitido a sua irmã, mas lhe é negado. As atitudes da mãe agora devem ser compreendidas em relação às possibilidades de performar uma identidade de gênero e sexualidade não cis-heteronormativa, o que resulta na negação do acesso do namorado de Carlos ao espaço doméstico. Ao fazer isso, essa narrativa, acaba indexando para determinadas expectativas sobre composição e sobre os papéis dxs membrxs de um núcleo familiar. Ao mesmo tempo, indexa para as técnicas de poder que emergem como forma de controle, vigilância e repressão familiar.

Essa não é/foi uma narrativa fácil de ser apreendida e analisada. Há uma narração que se prolonga a acontecer e é constantemente interrompida. Nessas interrupções, passado, presente se entrecruzam chegando a haver desdobramentos em um futuro hipotético, de modo que, o tempo experiencial mishleriano parece indicar que não estamos diante de um acontecido finalizado, mas de uma história que se dilata até o presente; caso similar ao de João.

As constantes interrupções, de forte caráter avaliativo, ao mesmo tempo que funcionam também como orientação, acabam por mudar o foco da história. Aqui, como em Karla e João, há a escolha de um personagem representativo das relações familiares – para Carlos, a mãe, Karla, o pai, e João, também o pai. Esse personagem parece predominar sobre a história de modo que as sequências de avaliações, orientações, interrupções, buscam situar o narrador em relação a eles. Produz-se assim uma relação de causalidade: para entendermos melhor a relação entre o narrador e sua família, precisamos conhecer a família, ou algum membro seu, conhecendo tal membro, podemos perceber a construção de um quadro sobre as relações familiares.

Além disso, esse foco sobre o membro é importante por uma razão: personifica o poder, e com isso reforça o desnível de poder entre os personagens na narrativa. Não que a mãe de Carlos seja a detentora do poder cis-heteronormativas, isso não seria possível – e nem sei se faz sentido pensar assim – mas ela é construída como um agente através do qual podemos perceber a operação de determinadas formas de poder e sua estratégia: a regulação do dizer, o qual responde as demandas de uma norma, não falar sobre relacionamentos afetivos sexuais entre dois homens em casa.

#### 4.2.2

#### **Segunda lâmina: neutralizando o estigma pelas possibilidades de agência e pelo alinhamento às expectativas de relação familiar.**

Como no caso de Karla, a pergunta feita por mim a Carlos também poderia operar como uma ameaça à sua face, posto que a comparação com sua irmã (I.0001-0003) poderia produzir um quadro de diferenciação – normalizado e estigmatizado – entre ele e ela, reforçando, assim, uma possível não adequação a expectativas de afeto. Importante notar que essa diferenciação vai contra a narrativa canônica sobre amor filial na modernidade como discutimos anteriormente (cf. seção 3.2.3)

0001 Alex NO CASO você vê muita diferença entre  
0002 você e sua ↑irmã? assim NO TRATAMENTO EM  
0003 RELAÇÃO A ISSO namo:ro? eh: FALAR  
0004 SOBRE... se:xuaLIDADE, sobre sexo, em  
0005 casa, cês TÊM esse espaço? nunca teve?  
0006 Carlos não a gen- a gente nunca teve esse espaço.  
0007 porque meus pais são muito tradicionais,  
0008 então assim, sexo é uma palavra:  
0009 proibida.

À medida que eu vou deixando, em meio a hesitações e especificações, mais claro as possíveis razões desse quadro diferencial, perguntando sobre a receptividade de relacionamentos afetivo-sexuais (I.0002-0003), sobre conversas envolvendo sexualidade, sexo, e especificando o interesse nas relações familiares (I.0003-0005), essa ameaça tende a diminuir. O interesse aqui seria mais clarificar e não reforçar um tratamento diferencial, algo que já vínhamos conversando e que o próprio Carlos apontara. Desse manejo entre uma identidade virtual, uma identidade social e uma identidade pessoal (GOFFMAN, 1963), o trabalho de face vai se desenvolvendo não com vistas a evidenciar alguma discrepância, mas sustentar a própria face que meu interagente vem construindo para si.

Meu interlocutor não hesita em responder e reiterar a ausência de conversas sobre o tema na sequência que segue (I.0006-0007), como em Karla, não há aqui uma tentativa de neutralizar um quadro atípico, antes de clarificar a própria ocorrência deste. E Carlos passa a fazer isso explicando o quadro familiar, avaliando-o como “tradicional” (I.0007-0008), logo, um espaço onde conversas envolvendo “sexo” são “proibidas” (I.0008). Estas conclusões também são válidas para o segmento abaixo:

0061 Carlos =sobre o:s meus relacionamentos, ↓a gente  
 0062 nunca teve esse tipo de conversa  
 0063 Alex ELES NÃO SE INTERESSam por:?  
 0064 Carlos NÃO. <eles não perguntam mesmo> porque uma  
 0065 ↑ve:z...(e) isso acabou rolando assim,  
 0066 porque a minha ↑mã:e.. ela.. °não gosta  
 0067 muito de que eu faça coisas fora de casa°,  
 0068 apESAR de eu ter: vinte e oito anos sabe?  
 0069 ((áudio oscilando))  
 0070 Alex Hum  
 0071 Carlos e de ter morado fora e de tá morando fora.

Carlos novamente reitera a impossibilidade de conversar sobre relacionamento (I.0061-0062). Eu, então, busco mais razões para isso (I.0063). Novamente, debater sobre a desigualdade nas relações familiares, poderia operar como ameaça à face de meu interlocutor, não fosse esse o quadro familiar que ele constrói, no qual não é possível conversar sobre diversos aspectos de sua vida que envolvem direta ou indiretamente sua performance. Portanto, a pergunta opera antes como uma forma de sustentação da sua face do que de ameaça ou de possível produção de uma estigmatização.

Além disso, o estatuto diferencial nas relações familiares entre irmãs(ãos) se mostrou algo recorrente em nossa pesquisa – isso também poder ser percebido na narrativa hipotética de João (cf. seção 4.3.1). Nesse sentido, ainda que esta seja uma pressuposição, tem certo fundamento no reconhecimento da frequência com que nossas relações familiares são um campo tensionado por quadros de reconhecimento e não reconhecimento de nossas relações afetivo-sexuais; das possibilidades de vivenciá-las e falar sobre elas com nossas famílias em oposição à relações entre pessoas cisgênero e heterossexuais.

Ainda, ao contrário de João e Karla, Carlos segue um movimento de neutralização de estigma muito próprio a outras narrativas encontradas nesse trabalho, o de justificar as ações de algum familiar, neste caso, de sua mãe. No trecho acima, seguindo o prefácio, meu colaborador interrompe o fluxo narrativo para fazer um *account*: a mãe não gosta que ele faça coisas fora de casa (I.0066-0069); o qual é bem recebido por mim, que não só me alinho a essas expectativas, como tento reforçar certo aspecto cômico nessa situação. Estaríamos diante da construção de uma personagem que responde a determinadas expectativas sociais do narrador e do ouvinte: a mãe preocupada com os filhxs, aquela que busca sempre saber as ações delxs; sempre tentando manter suas ações sobre controle, uma forma de cuidado e carinho e não uma forma de controle ou repressão.

0071 Carlos e de ter morado fora e de tá morando fora.  
 0072 Alex [(sim) (pois é) ] ((rindo))  
 0073 Carlos [então eu VOU visitar] ela (sei lá) no no-  
 0074 em de↑zembro.. ANOS morando fora, e aí:: eu  
 0075 ( ) sei lá tô saindo ho:je, ↑hoje ela..  
 0076 CAGA mais. ((rindo))  
 0077 Alex hum ((rindo))

Esse *account*, assim, responderia às demandas de ambas as partes, ressaltaria a construção de uma família como um local onde afeto e carinho ainda são as bases da relação. Dessa forma, Carlos estaria sustentando uma face não estigmatizada, normalizada das relações familiares em relação aos discursos sobre a forma família moderna, uma “normalidade-fantasma”. Esta é, em certo sentido, própria a contatos mistos, nos quais a neutralização do estigma opera através de formas de assujeitamento:

Quanto mais o estigmatizado se desvia da norma, mais admiravelmente deverá expressar a posse do eu subjetivo-padrão se quiser convencer os outros de que o possui, e mais estes exigirão que ele lhes forneça um modelo daquilo que se

supõe que uma pessoa comum deve sentir a respeito dele.  
(2008 [1963], p.127)<sup>42</sup>

No entanto, sustentar uma face dessas é difícil, pois justamente essa atitude cuidadosa vai se mostrando cada vez mais direcionada às tentativas de controle discursivo da mãe. Abaixo, o narrador constrói as ações maternas com vistas à proteção afetiva e ao cuidado para com ele (l.0078-0083). Porém, logo depois percebemos que essas atitudes são antes espaço de tensionamento das relações entre ambos. Isso porque o narrador passa a trazer ao evento narrado o fato de ele se relacionar com outros homens como algo crítico (l.0084-0091) na história.

0078 Carlos mas ( ) mas era muito assim tipo ↑“°ah  
0079 você VAI. você vai pra ONDE? você tá  
0080 fazendo O QUE?”° era muito mais em cima né,  
0081 >(porque) eu também sou o caçula<. ((áudio  
0082 oscilando))  
0083 Alex sim °sim°  
0084 Carlos E:: EH:: as vezes que ela pergu- ela nunca  
0085 entrava muito no nos papos de  
0086 relacionamento ( ) de relacionamento  
0087 ( ) momento °e ela nunca entrava muito  
0088 nos papos de relacionamento°. ((áudio  
0089 oscilando)) mas AÍ:: come- quando eu  
0090 comecei a namorar o ↑Jonas.. todo final de  
0091 semana eu saia.. e passava dias fora.  
0092 Alex Hm

Essas tensões são novamente abrandadas à medida que a resolução da história é avaliada em relação a seus aspectos cômicos (l.00122-00123). Ao longo da ação complicadora e resolução (l.0089-0123), o narrador equilibra a relação entre ele e sua mãe, muito também em decorrência da construção que dela. À medida em que ela é construída com uma postura agressiva, as respostas de Carlos tendem a uma atitude mais indiferente, de uma pessoa que lida com a situação através do manejo das informações, reforçando sua agência.

O trabalho de face de Carlos se dá também em relação à construção a uma identidade agentiva para si: as constantes tentativas da mãe em saber o que o

---

<sup>42</sup> É difícil dizer se, nesta passagem, como em algumas outras, a reflexão de Goffman tende ou não a um caráter prescritivo. No entanto, o que chama atenção aqui são as táticas de adequação dx sujeitx à normalidade, ou seja, ao interagir com normalizados, a emergência do estigma pode levar alguém a busca por adequação.

filho está fazendo, são respondidas com a continuidade da ação do filho. Assim, sua narrativa, em meio às interrupções avaliativas, opera de modo a reforçar um quadro de controle, o qual poderia resultar numa atribuição de uma identidade estigmatizada, todavia, a linha seguida pelo autor é a de neutralizar esse estigma ao justificar as ações maternas e amenizar a construção da ação complicadora e resolução. Esses movimentos são seguidos por mim que sustento sua face me alinhando a ele e dando pouco espaço para interrupções.

0110 Carlos e ela perguntou isso né. e aí:... >aí eu  
0111 perguntei pra ela-< aí eu respondi pra ela  
0112 "não." ... °aí eu vi que ela já tava°  
0113 ((áudio oscilando)) ELA FOI- ele fez a  
0114 pergunta mui- de forma muito agressiva,  
0115 sabe?  
0116 Alex HUM  
0117 Carlos >↑ "VOCÊ PEGA HOMEM E PEGA MULHER?"< eu  
0118 falei "NÃO..".. aí: ela deu pra traz assim,  
0119 né. porque a- a pergunta lógica ((áudio  
0120 oscilando)) depois disso era "então você  
0121 pega o que?" eu (ia) falar "eu só pego hh  
0122 homem". ((risada))  
0123 Alex ((risada)) sim sim

Todavia, a sequência de desvio final dessa narrativa, na qual o narrador avalia o caráter moral de sua história, reforça um quadro de insatisfação da sociabilidade familiares, especificamente quando através da comparação entre sua situação e a de sua irmã (I.0132-0151). Isto põe em questão os efeitos da efetividade da agência construída. Como veremos em João, a comparação leva a um quadro de diferenciação, este, por sua vez, produz um quadro estigmatizante em relação ao evento narrado, com efeitos para o evento narrativo. Minha tentativa de neutralizar e dar sustentação à face do meu colaborador passa a ser demonstrar entendimento em relação a sua história, o qual é reiterado (I.0152) de modo a não ameaçar a face de Carlos.

0132 Carlos e aí (foi iss-) foi ficando assim:.. eh:  
0133 nessa rotina, com o Jonas.. ( ) nessa  
0134 guerra fria, °nessa guerra fria, (mas) sem  
0135 perguntar ↓na:da, sem fazer ↓na:da°, até o  
0136 momento em que: minha irmã conseguiu eh..  
0137 ter um namo↑rado ela casou com o  
0138 namo↑rado.. e aí eu vô- eu vô ficando  
0139 bolado porque as coisas que (eles) vão  
0140 fazendo em família >(a gente) tem um grupo  
0145 em família que ele ↑tá<.. e eu ↑gosto dele

0146 eu não faço assim.. a parada é que..  
 0147 <conti↑nua aquela história de que.. as  
 0148 coisas que são ne↑gadas.. pra mim, são ↓em  
 0149 relação a ele °e aí eu não consigo fazer  
 0150 as coisas em família° com RELAÇÃO a ele,  
 0151 sabe? ((áudio oscilando))  
 0152 Alex ↑ENTENDO entendo ↓entendo

### 4.2.3

#### Terceira lâmina: a repressão operando entre incitação e retenção discursiva

Para o caso de Carlos, pensar em práticas de repressão é algo mais complicado. Pode ser pensado mais pelas atitudes reiterativas da mãe, isto é, pelo controle discursivo: o constante processo de incitar o falar, mas também o reter, o prolongar, o adiar.

Na narrativa abaixo, Carlos começa a ter uma vida fora dos domínios do espaço doméstico, isso desperta interesses em sua mãe, conseqüentemente, esta passa a lhe fazer perguntas sobre o que ele faz quando não está em casa, mas essas perguntas alcançam um limite de resposta quando o querer saber ameaça o espaço da interdição da sexualidade em sua casa. O enunciado que se prolonga a acontecer é incitado e retido, mas na forma como é construído, não pelo narrador, mas pela mãe que, diante do que se anunciaria, conforme mais informações vão sendo trazidas, prolonga suas perguntas até o ponto em que a tensão conseqüente dessa situação seja insuportável para ela.

0089 Carlos mas AÍ:: come- quando eu comecei a namorar  
 0090 o ↑Jonas.. todo final de semana eu saia..  
 0091 e passava dias fora.  
 0092 Alex Hm  
 0093 Carlos então eu saia assim.. sexta e voltava no  
 0094 domingo >sempre era isso< <saia na sexta>  
 0095 e voltava no domingo. e aí quando ↑o: seu  
 0096 filho tá fazendo isso, com uma certa  
 0097 regulari↑dade, e eu não fazia questão de  
 0098 ↓esconder o que eu estava fazendo.. eh::..  
 0099 el- aí ela começou as perguntas né ↑"°por  
 0100 que cê sai tanto? o que CÊ vai fazer no  
 0101 domingo? o que qu- por que que cê  
 0102 desaparece?°" aí eu falava "ah vou pra casa  
 0103 do Jonas. vou pra casa do Jonas. vou pra  
 0104 casa do Jonas." e aí ela começou a diminuir  
 0105 o número de perguntas

Como em Karla, as ações do narrador prosseguem de modo a reforçar essa separação entre as identidades construídas para os personagens da história. Há o narrador, que reitera suas ações e com isso acaba reforçando uma atitude agentiva (I.0089-0095; I.0102-0104), recusando o silêncio que lhe é imposto (I.0097-0098). Há a mãe, que incita um discurso e delimita a viabilidade de sua circulação: ela quer saber, mas diminui as perguntas em vistas da eminente ameaça de romper o tabu do objeto (FOUCAULT, 1971). Conseqüentemente, a performance do narrador no espaço doméstico é circunscrita aos condicionamentos dela.

No entanto, a lei de interdição, a norma, não se sustenta à medida que o narrador, como Karla, reivindica para si uma atitude mais agentiva. Ele desafia a interdição enunciando uma possível quebra de coerência com a matriz cis-heteronormativa, mas, ao mesmo tempo sem fazê-lo: “vou pra casa do Jonas.” (I.00102-0104). Carlos vai para a casa de outro homem, mas o que ele vai fazer? Quem é Jonas? Qual o tipo de relação entre ambos? São questões que podem emergir dessas respostas e levar a tensões familiares quando o quadro familiar não é de acolhimento às diferentes possibilidades de performar uma identidade de gênero e sexual.

Todavia, conforme a narrativa avança há uma possível ameaça de inversão às posições de poder na relação entre o narrador e sua mãe. As respostas de Carlos são uma ameaça ao controle discursivo: é ele quem incita e retém a circulação de sentidos sobre sua performance. Sua estratégia opera como articulação da própria lei, uma parodia, diríamos, como que dizendo, “se não é possível dizer, não direi, mas nem por isso vou deixar de fazê-lo.” Como veremos abaixo, suas ações têm conseqüências. O tabu, a lei da interdição, é quebrado pela própria mãe que enuncia os interesses afetivo-sexuais do filho (I.0105-0108). Novamente, Carlos retém o discurso nos limites entre o dizer e o não dizer, o poder e o não poder: “Não” (I.0110-0111). Novamente, o narrador acaba parodiando a lei, isto é, mobilizando contra a mãe a interdição que lhe é imposta.

0105 Carlos até o dia que ela  
 0106 ficou.. mais puta assim.. e falou ↑“VOCÊ  
 0107 vai pra casa do ↑Jonas? então você pega  
 0108 homem e pega ↑mulher?” ((risos))  
 0109 Alex ((risada))  
 0110 Carlos e ela perguntou isso né. e aí:... >aí eu  
 0111 perguntei pra ela-< aí eu respondi pra ela  
 0112 “não.” ... °aí eu vi que ela já tava°

0113 ((áudio oscilando)) ELA FOI- ele fez a  
 0114 pergunta mui- de forma muito agressiva,  
 0115 sabe?  
 0116 Alex HUM  
 0117 Carlos >† "VOCÊ PEGA HOMEM E PEGA MULHER?"< eu  
 0118 falei "NÃO..".. aí: ela deu pra traz assim,  
 0119 né. porque a- a pergunta lógica ((áudio  
 0120 oscilando)) depois disso era "então você  
 0121 pega o que?" eu (ia) falar "eu só pego hh  
 0122 homem". ((risada))  
 0123 Alex ((risada)) sim sim

A ação complicadora é retomada e narrada com mais avaliações encaixadas sobre sua mãe e sobre Carlos (l.0113-0122). Reforça uma separação entre ambas as formas de agir, ela é "agressiva", ele simplesmente responde "não". Há nisso uma caracterização com efeitos depreciativos em relação à construção da personagem em oposição ao narrador, mas como estamos entendendo, é novamente uma forma deste articular sua agência contra práticas que buscam reprimi-lo.

Porém, ainda que isto pareça algo positivo, podemos perceber certa recorrência dessas ações que alcançam o presente (l.0124-0130). Não é como se o narrador narrasse como mudou a economia discursiva em torno das conversas sobre relacionamento. Antes, suas possibilidades de resistências às constantes tentativas de circunscrição e interdição dos domínios afetivo e sexual em sua casa.

0124 Carlos então ASSIM, é sempre aquela coisa assim,  
 0125 quando chega no limite aí a gente.. (perde)  
 0126 ((áudio oscilando)) o silenciamento porque  
 0127 ela conFRONTa e ela quer saber... mas aí  
 0128 quando ELA chega MUIT- muito perto.. do  
 0129 emba:te, ela nã::o.. não vai mais.  
 0130 entendeu?

Assim, a construção da família como um local de segurança, proteção, intimidade, afeto, é ameaçada pelo atravessamento constante de práticas de repressão e pelas tentativas de controle materno. Ainda, mesmo que o narrador tente parodiar isso e subverter sua operação, os momentos finais da narrativa (l.0132-151) colocam em questão o caráter subversivo de suas ações.

0132 Carlos e aí (foi iss-) foi ficando assim:.. eh:  
 0133 nessa rotina, com o Jonas.. ( ) nessa  
 0134 guerra fria, °nessa guerra fria, (mas) sem  
 0135 perguntar †na:da, sem fazer †na:da°, até o

0136 momento em que: minha irmã conseguiu eh..  
0137 ter um namorado ela casou com o  
0138 namorado.. e aí eu vô- eu vô ficando  
0139 bolado porque as coisas que (eles) vão  
0140 fazendo em família >(a gente) tem um grupo  
0145 em família que ele tá<.. e eu gosto dele  
0146 eu não faço assim.. a parada é que..  
0147 <continua aquela história de que.. as  
0148 coisas que são negadas.. pra mim, são em  
0149 relação a ele °e aí eu não consigo fazer  
0150 as coisas em família° com RELAÇÃO a ele,  
0151 sabe? ((áudio oscilando))

A situação de “guerra fria”, vivida pelo narrador, é comparada à recepção da família aos relacionamentos de sua irmã. Há aqui a negação da possibilidade de vivenciar formas de vida que escapem ao domínio cis-heteronormativo, na qual a família do narrador está assentada. Como em Karla, o relacionamento emerge como um fator de tensão, mas ao contrário, a tensão não decorre da intersecção entre raça, gênero e sexualidade – o que não é dizer que não o seja, Carlos apenas não constrói identidades racializadas nessa narrativa. Seja como for, o que percebemos é que há sempre a delimitação de um campo visível, da recorrência de índices visuais e discursivos: uma camisa florida, rosa, um sapato mais estiloso, como veremos abaixo; uma conversa sobre sexualidade, uma namorada negra; um namorado, atuando constantemente como uma ameaça a ordem cis-heteronormativa no espaço doméstico. Por vezes, é possível agir de modo a desestabilizar esse sistema, mas como essas histórias tem mostrado, nem sempre este é um processo feliz.

#### 4.3

#### João (58’60 – 61’40’)

O excerto abaixo surge dos momentos finais da entrevista com João. A pergunta que marca o começo da conversa está ligada diretamente a meus interesses anteriores de pesquisa. Optei por fazê-la no final da conversa, de modo que qualquer outra experiência que não tivesse sido narrada pudesse aparecer

Antes disso conversamos sobre seu trabalho, sua relação com a mãe e com o pai: como foi para ele performar uma identidade sexual diferente da heterossexual para cada um deles; como era a relação com o irmão e a avó, já falecida, dentre outras coisas. Em diversos momentos, a figura do pai aparece predominantemente, seja para justificar o cerceamento de suas ações, ou para

impor um limite a outrxs membrxs da família, mais especificamente a mãe; e ainda que sejam narrados momentos de relações afetivas entre João e seu pai, a construção de uma figura paterna autoritária, dominadora e controladora ganhou mais destaque nos dados.

Ao contrário de Karla e Carlos, que negociam na interação uma identidade mais agentiva em relação às ações familiares, João traz um quadro de mitigação da agência, reforçando constantemente as ações de sua família sobre ele. Como veremos na Lâmina 2, esse é um dos exemplos mais claros de como a construção narrativa com o foco em práticas de repressão sofridas pode levar ao reforço de identidade estigmatizada (GOFFMAN, 1963). Aqui, isso é balanceado através da operação de outra estratégia: o silêncio narrativo, isto é, a constante interrupção do fluxo narrativo; a qual não leva a construção de nenhuma narrativa nuclear.

#### 4.3.1

##### **Primeira lâmina: “a contenção com relação à sociedade é muito maior do que a contenção lá dentro de casa”**

Nos excertos abaixo, identificamos um grande conjunto de pequenas histórias. Alusões a narrações que não se concretizam: “desde criança alguns cuidados foram tomados com relação a mim” (I.0006-0007); “tinha uma camisa florida.”(I.0017-0018). Uma narrativa hipotética: “se o meu irmão sai de camisa rosa na rua” (I.0027-0031). Alusões a relatos: “quando vai falar de mim com os outros é” (I.0033-0052) e “foi quando eu comecei a reparar” (I.0059-0062). E uma recusa a narrar: “ah desde quando eu tava na faculdade” (I.0055-0057). Não haveria, então, uma narrativa conforme definição clássica laboviana, pois, apesar de trazer referência a eventos passados, não há um ordenamento sintático de modo que possamos depreender uma narrativa mínima, mas aquilo que foi apresentado antes como *small stories* (cf. seção 3.1.5).

A primeira entrada para uma possível narrativa se dá com um resumo, “na verdade eu fui silenciado até por não ser gay” (I.0005-0006) e, rapidamente, se encerra em orientações que contextualizam o que seriam esses silenciamentos ao invés de narrar um acontecimento (I.007-0012), ou seja, não há orações narrativas. A contextualização tem caráter duplo, pois também avalia às ações familiares à luz de sua compreensão sobre o que está sendo dito, “talvez ficasse mais claro que eu era gay”.

A segunda alusão a um evento passado, segue o desfecho do que não foi narrado, mas apenas para encerrar em si um evento: “tinha uma camisa florida” (I.0017-0018).

0001 Alex e:: durante essa:... >seu histórico< sua  
 0002 família você:... sentiu... em algum momento  
 0003 você se sentiu.. silenciado por ser.. gay? hh  
 0004 hh  
 0005 João na verdade eu fui silenciado até... <po:r não  
 0006 ser gay> tipo ((risada)) o silêncio ele vinha  
 0007 muito: hh por exemplo.. eh:: desde criança  
 0008 alguns cuidados foram tomados com relação ↓  
 0009 mim sabe, tipo: EU não podia usar rosa EU não  
 0010 podia ter um: um:.. um sapato mais estilo:so  
 0011 Alex Hum  
 0012 João EU não <podia> ter ↑tanto estilo assim  
 0013 Alex Hum  
 0014 João porque: senã:o >o que que as pessoas iam falar  
 0015 sabe< tipo, senão talvez ficasse mais CLARO,  
 0016 Alex Hum  
 0017 João que eu era gay. e:: e >tinha tudo ↑isso< tinha  
 0018 uma camisa flori:da  
 0019 Alex Hum

Mais abaixo, as ações da família são justificadas; o controle é uma forma de sustentar uma imagem pública para a família.

0020 João eh: ↑tudo era muito assim sabe, eh: tipo, a  
 0021 a <CONTENÇÃO>, com relação à sociedade, é  
 0022 <muito> MAIOR do que uma contenção entr- lá  
 0023 dentro de casa sabe  
 0024 Alex Hum  
 0025 João tipo assim eles querem conter.. a minha  
 0026 sexualida:de com relação à socie↑dade  
 0027 Alex hum

A narrativa hipotética abaixo acaba exercendo papel ilustrativo em relação ao que o narrador constrói anteriormente. Ela opera como uma orientação e uma avaliação das ações familiares, em meio as comparações que faz entre o narrador e seu irmão.

0028 João tipo: se eu sai- <se o meu irmão sai de camisa  
 0029 rosa na rua> ninguém vai falar nada sabe, ele  
 0030 sai com a namorada dele. agora se eu saio com  
 0031 uma camisa rosa na rUA, sem ter apresentado  
 0032 nenhuma namorada até ago:ra, sem ter nada até  
 0033 ago:ra

A estilização performática da identidade visual reaparece exemplificada nesse excerto, indexa para um futuro em que gênero e sexualidade se entrecruzam e agem de modo a reforçar o ponto que João está tentando defender aqui: seus pais querem conter a sua sexualidade, visando a preservação de uma imagem da família. Disso percebemos que a forma família é construída como uma instituição que busca reproduzir às diferentes normas da matriz cis-heteronormativa, buscando evitar qualquer risco de ameaça decorrente de um não alinhamento a ela.

A heterossexualidade hegemônica é indexada pelas posições entre João e seu irmão. À medida em que este se relaciona com o gênero diferente do seu, é autorizado mobilizar índices que colocariam em questão a sua (hétero)sexualidade. Enquanto, João, também em decorrência do que foi narrado anteriormente, não está autorizado a mobilizar o mesmo índice.

0033 João então que que eles fazem, eles colocam minha  
 0034 vida toda em cima da mi- minha vida  
 0035 profissional.tipo quando vai falar de mim com  
 0036 os outros é.. "o profissional de exatas. é  
 0037 porque ele faz i:sso. é porque ele trabalha  
 0038 em uma empresa de telecomunicações. é porque  
 0039 ele faz i:sso, ↓>faz aquilo, aquilo, aquilo  
 0040 outro<" E É sempr- o assunto é esse.  
 0041 Alex Hum  
 0042 João nunca É:: tipo: "ele mora no Rio, ele:: gosta  
 0043 de:: de es- de co- de pra:ia. ele gosta de  
 0044 dança:. ele: sabe não tem mais outra coisa, é  
 0045 só.. eu sou... [sabe, bem sucedido]=  
 0046 Alex [é tudo menos ]  
 0047 João =inteligente, ele el- gosta de res↑saltar ATÉ  
 0048 às vezes mais do que eu sou sabe.  
 0049 Alex Hum  
 0050 João mas é meio como se ele tivesse.. eu LEIO isso  
 0051 como se ele tivesse justifiCAN:DO.. o fato  
 0052 de:: o filho dele não te- ↓apresentado u:ma  
 0053 mulher até hoje.  
 0054 Alex Hum  
 0055 João então ele é:: "tá muito ocupado estudando."

Em sequência, o narrador alude a uma narrativa encerrada em um sumário, "eles colocam minha vida toda em cima da minha vida profissional" (l.0033-0035). Não há aqui um evento, mas toda uma série de ocorrências, "quando vai falar de mim com os outros é" (l.0035-0036), pelas quais João vai construindo a família – por vezes fazendo uso do discurso construído – como alguém que reforça outros

aspectos da sua vida – trabalho, carreira, inteligência – na tentativa de minar os riscos de perda decorrentes da performance do filho. Nesse caso, por este não se envolver com mulheres, ou, particularmente, por João não ter mostrado à sociedade que se envolve com mulheres.

Outras dimensões da vida do narrador são construídas como relevantes para ele, mas não para sua família. Novamente, não se relacionar com uma mulher é uma forma de escapar a ordem normativa do gênero e da sexualidade a qual a família se alinha e que é indispensável para sustentação de sua imagem pública.

Surge um ponto a ser considerado aqui, uma passagem, que põe em questão quem seria o agente na norma. Minha pergunta, talvez pouco estruturada, buscava saber mais sobre a relação entre João e sua família. Começamos a perceber que, mesmo deduzindo que ele se refere à sua família, a uma recusa em colocá-la – ou colocar alguma pessoa da família – discursivamente como agente: “eu fui silenciado até por não ser gay” (I.0005-0006); “o silêncio ele vinha muito” (I.0006-0007); “alguns cuidados foram tomados com relação a mim” (I.0008-0009). Após isso, surge o “dêitico” “eles”, o qual parece responder à questão sobre quem seria o agente “eles querem conter a minha sexualidade.” (I.0025-0026). No entanto, este “eles” é comutado por um “ele”, “ele gosta de ressaltar até às vezes mais do que eu sou.” (I.0047-0048) a marca da impessoalidade e da generalização – João poderia estar se referindo a qualquer membro da família, ou a todos – desaparece à medida que cada vez mais vai se confirmando a demarcação de uma figura masculina que age “reprimindo” o narrador; um “ele”, “dele” (I.0063-0066)

Mais abaixo, descobrimos que essa mudança não é casual, ela inclusive dá seguimento a uma nova pergunta minha. Em último caso, mesmo que não fique muito claro nos dados, eu e João estamos nivelados sobre os referentes da conversa. Se num primeiro momento seria a família, no segundo, em vista de conversas prévias em que ele fala sobre certo temor, sobre a exclusão, e as dificuldades de se relacionar com o pai, fica claro que João está narrando a relação com ele. Essa localização de um personagem é central para a construção de uma identidade reprimida para o narrador e repressora para a família/pai. É em relação a “eles” e “ele” que sua agência está sendo minada e ele se constrói como o outro, que escapa à matriz de inteligibilidade cis-heteronormativa no espaço doméstico.

0056 Alex quando foi que cê percebeu °que ele fa- q-°  
0057 ↓que tem isso?  
0058 João ah: des:de quando >eu tava na faculdade<  
0059 des::de >sei lá< uns ↓dois- ... dois mil e  
0060 treze, deve ter uns sete anos já que eu rep-  
0061 reparo isso.  
0062 Alex como mas como como >como é que foi?<  
0063 João >FOI quando: eu per- eu comecei a reparar.. a  
0064 <reparar> que ↑ele.. >sempre que ele tá com os  
0065 amigos dele< ou com alguém ele <fala muito da  
0066 vida profissional>  
0067 Alex Hum

Por fim, o segmento acima, faz nova alusão a um evento que não se concretiza (l.0058-0060) e finaliza com uma recusa de narrar (l.0063-0066). Nele, João constrói que, os momentos de manutenção da imagem publicam da família se dão na relação entre seu pai e o círculo de amizades dele.

Uma interpretação possível aqui tomaria o silêncio/silenciamento como eixo central de todo esse excerto. João estaria aqui defendendo um ponto: ele foi silenciado. Neste sentido essa narrativa poderia até ser compreendida como um outro tipo de unidade discursiva, a explicação; não uma narrativa explicativa, mas uma unidade que visa defender um ponto do narrador. Conforme, Linde (1993, p.90), “A unidade discursiva da explicação começa com uma proposição a ser confirmada e é seguida por uma sequência de declarações com razões sobre porque essa proposição deve ser acreditada.” (1993, p.90). Explicações seriam, assim, diferentes de narrativas, e mais especificamente de histórias de vida, podem compô-las, junto às crônicas – outra unidade discursiva – mas fazem isso atendendo a outros fins interacionais. Porém, em nossa leitura, a questão do silenciamento/silêncio é secundarizada à medida que as sequências desdobradas pela pergunta parecem centralizar a relação entre o narrador e sua família.

Ao contrário de Karla e Carlos, não há aqui uma narrativa nuclear em relação a uma experiência, mas um conjunto disperso de situações, o qual atende a fins interacionais, como discutiremos abaixo. Aqui, elas operam de modo a reforçar a construção da família do narrador como uma instituição que atua com vistas a cercear as possibilidades de ele performar uma identidade, especificamente quando esta pode colocar em riscos a imagem pública da família. Assim, acabam produzindo certa causalidade ao mesmo tempo em que reforçam a construção de uma relação atravessada por um grande desnível de poder entre o narrador e sua família/pai. Notamos também que a sequencialidade nessa narrativa não está relacionada a organização cronológica em torno de um acontecimento, mas em

torno da experiência narrativa. Os múltiplos acontecimentos desse excerto podem, ou não, ser concomitantes, podem ou não ser espaçados por anos – nem possuímos essa informação – mas ainda assim operam produzindo causalidade na narrativa.

Assim, caso seguissemos o raciocínio anterior, entendendo aqui que este excerto trataria de uma grande explicação do ponto: João foi silenciado, talvez, o protagonismo dos personagens fosse secundarizado, quando na realidade, como nos parece, é em função dele que esses eventos parecem organizar-se. João remete a poucos eventos, mas quando o faz é através de posicionamentos entre ele, sua família, seu pai, seu irmão. Assim, nos parece que importa saber mais sobre a relação entre o narrador e sua família, do que sobre a vez que João vestiu uma camisa florida; o que aconteceria caso ele vestisse uma camisa rosa sem ter apresentado alguma namorada; quando ou como seus familiares e pais conversaram sobre sua vida profissional, afetiva, com outras pessoas. A partir desse movimento, identidades estão sendo construídas para ambos. Além disso, é possível perceber não apenas a atuação de uma norma, mas a favor de quem ela atua e visando o que, mas sobre isso, discutiremos mais na seção 4.3.3

#### 4.3.2

#### **Segunda lâmina: o silêncio narrativo na neutralização do estigma**

Ao contrário do caso de Carlos e Karla, no par pergunta e resposta de João, eu hesito em indagá-lo (l.0001-0004). Pausas, prolongamentos acabam operando aqui como índices de sustentação da face de colaborador, isto é, de não fazer do quadro de silenciamento familiar, uma possível forma de estigmatizá-lo. Novamente a delimitação de uma possível estigmatização decorreria da relação: família/sexualidade/repressão

```
0001 Alex e:: durante essa:... >seu histórico< sua
0002     família você:.. sentiu... em algum momento
0003     você se sentiu.. silenciado por ser.. gay? hh
0004     hh
0005 João na verdade eu fui silenciado até... <po:r não
0006     ser gay> tipo ((risada)) o silêncio ele vinha
0007     muito: hh por exemplo.. eh:: desde criança
0008     alguns cuidados foram tomados com relação ja
0009     mim sabe, tipo: EU não podia usar rosa EU não
0010     podia ter um: um:.. um sapato mais estilo:so
```

Todavia, novamente, as circunstâncias do encontro: duas pessoas conhecidas, com informações biográficas prévias, com sexualidades não normativas, pode fazer deste um contexto mais horizontal. A resposta de João “na verdade eu fui silenciado até por não ser gay”, em meio a risadas (I.0004-0005), reforça isso.

Paralelamente, há aqui também um agravante circunstancial para uma possível ameaça à face de João. A pergunta foi realizada ao fim de uma conversa de aproximadamente uma hora. Tal pergunta, depois de uma conversa tão extensa, em que possíveis casos de “silenciamento” possam ter emergido em outros momentos, pode por em questão meu engajamento na conversa. Meu colaborador poderia inclusive me responder algo como: “Tirando tudo que eu falei?”. Felizmente este não foi o caso, como podemos perceber, a resposta de João reforça a paridade entre nós. Aqui, ele tanto afirma que foi silenciado (I.0005-0006) quanto elucida os diferentes momentos como isso ocorreu. (I.0007-0010).

Novamente, essa é uma das nuances do trabalho de face com vistas a neutralizar possíveis atribuições estigmatizantes. Tomada desse jeito, como um encontro entre iguais, esse contexto poderia ser pensado como um contexto mais horizontalizado. Porém, essa definição não abarca a dimensão das relações de poder e do *status* diferencial que atravessa a interação, é preciso pensar então em que medida este é um contexto horizontal, ou antes, em que medida esse encontro entre “iguais” se sustenta? Quais outros possíveis índices poderiam reforçar a construção de um quadro diferencial entre pesquisador e entrevistado? Como eles são, ou não, neutralizados em nossa conversa?

Ao contrário de Karla e Carlos, João segue uma linha diferente para sustentar uma face, própria a sequencialidade da narrativa: a constante interrupção do fluxo da história; a isto estamos chamando de silêncios narrativos. Isto é, a construção de pequenas histórias que trazem uma compreensão limitada sobre a relação entre o narrador e sua família. Esse silêncio não opera de modo evitar a saturação de nossa conversa – o compartilhamento de informações já conhecidas – pelo contrário, temos um movimento de acobertamento/encobrimento, um silenciar da informação de modo a neutralizar um estigma, forma de manipulação da informação na interação (GOFFMAN, 1963).

Em seu trabalho, Goffman (2008 [1963], p.14) estabelece uma diferenciação entre dois tipos de estigma: desacreditado e desacreditável. O primeiro refere-se a casos em que o estigma já seria conhecido ou perceptível. O segundo a casos em que ele não é conhecido nem imediatamente perceptível. Ambos têm

consequências distintas na interação; uma delas é que enquanto as primeiras pessoas estigmatizadas acabam manipulando a tensão, decorrente da dualidade de seu encontro com pessoas normalizadas, as segundas acabariam manipulando a informação com vistas a deixar seu estigma tão menos visível quanto possível (2008 [1963], p.113). As primeiras seriam técnicas de acobertamento, as segundas de encobrimento. Essa distinção feita por Goffman atravessa vastamente sua linha de análise, mas, a nosso ver, nem sempre é muito clara a distinção entre elas. No entanto, a diferença entre encobrimento e acobertamento se mantêm se entendermos que as primeiras se referem à forma como a informação é manipulada de modo a ocultar possíveis atribuições de um estigma e as segundas se referem à manipulação da informação de modo a resguardar a pessoa estigmatizada uma vez que um *status* diferencial já opera na interação.

Ainda assim, não é fácil perceber a atuação de uma ou outra forma de neutralização do estigma, como veremos abaixo. Assim, optamos por trabalhar com a noção de um silêncio narrativo, uma vez que não traz a ideia de ação de um sujeito, mas de um estado, e sua mudança, na interação, pois o silêncio é condição dupla na manipulação na informação: na conversa há quem não fala e há quem não ouve. Ou seja, o silêncio narrativo nada mais é do que uma forma de manipulação da informação com vistas à neutralização do estigma na interação.

Sumarizando o que discutimos acima, na narrativa hipotética abaixo, por exemplo, a relação entre camisa rosa e sexualidade só é visível à luz da relação entre diferentes índices e o contexto narrativo construído por ele: camisa rosa + namorada + rua = normalizado; camisa rosa + ausência de namorada + rua = atribuição de um estigma. Mas invés de dar prosseguimento à narrativa, João interrompe o fluxo da história e imediatamente muda para outro assunto. Esse mecanismo é que estamos chamando de silêncio narrativo. Isso permite ao narrador construir um quadro de repressão familiar, mas sem aprofundá-lo, de modo a preservar sua face.

0028 João tipo: se eu sai- <se o meu irmão sai de camisa  
0029 rosa na rua> ninguém vai falar nada sabe, ele  
0030 sai com a namorada dele. agora se eu saio com  
0031 uma camisa rosa na rUA, sem ter apresentado  
0032 nenhuma namorada até ago:ra, sem ter nada até  
0033 ago:ra

Ao invés de focar em uma experiência ou construir uma narrativa em meio a um constante fluxo de interrupções, como Karla e Carlos, o que temos em João é um conjunto vago de histórias focadas em momentos de sua relação com seus familiares. Ainda que muitas vezes o foco seja sobre a relação entre os personagens da história, e ainda que essas pequenas histórias tenham forte caráter avaliativo, elas não progridem de modo que possamos entender claramente o que acontece em cada uma delas. De fato, há até uma recusa em narrar o que estaria acontecendo nesses momentos.

0050 João mas é meio como se ele tivesse.. eu LEIO isso  
 0051 como se ele tivesse justificAN:DO.. o fato  
 0052 de:: o filho dele não te- ↓apresentado u:ma  
 0053 mulher até hoje.  
 0054 Alex Hum  
 0055 João então ele é:: “tá muito ocupado estudando.”  
 0056 Alex quando foi que cê percebeu °que ele fa- q-°  
 0057 ↓que tem isso?  
 0058 João ah: des:de quando >eu tava na faculdade<  
 0059 des::de >sei lá< uns ↓dois- ... dois mil e  
 0060 treze, deve ter uns sete anos já que eu rep-  
 0061 reparo isso.  
 0062 Alex como mas como como >como é que foi?<  
 0063 João >FOI quando: eu per- eu comecei a reparar.. a  
 0064 <reparar> que ↑ele.. >sempre que ele tá com  
 0065 os amigos dele< ou com alguém ele <fala muito  
 0066 da vida profissional>  
 0067 Alex Hum

Acima, na tentativa de gerar narrativas em nossa conversa, pergunto a João, quando ele começou a perceber que o foco maior de seu pai, ao conversar com outras pessoas sobre a vida do filho, passou a ser sobre os aspectos que resguardassem a família do não pertencimento ao modelo familiar cis-heteronormativo (l.0056-57). A pergunta não foi bem elaborada, retoma uma temporalidade, “quando” e não um acontecimento, “como”; conseqüentemente, a resposta tende a fixar um tempo pouco preciso (l.0058-0061). Percebendo isso, a nova pergunta foca no acontecimento (l.0062), uma ameaça a face do narrador. Mas João mantém a face, ao invés de prosseguir em um novo recorte histórico, o que faz é narrar algo já sabido, algo que havíamos conversado pouco antes: o foco, para seu pai, é sua vida profissional.

Essa sequência reiterativa, na forma como co-construída, acaba indexando para um movimento de sustentação da face de João pelo silêncio narrativo,

cadenciado pelo surgimento de outras pequenas histórias.<sup>43</sup> Assim, no caso de João, a predominância de alusões narrativas, de recusas de narrar, de narrativas hipotéticas, de narrativas que não se concretizam, acabam operando de modo duplo: são formas do narrador construir a família/pai como um lugar de repressão a ele; mas também de manipular a informação com vistas a não alinhar-se a uma identidade estigmatizada.

### 4.3.2

#### Terceira lâmina: João: repressão com vistas ao controle sobre a imagem pública da família

Abaixo temos alusões narrativas (I.0006-0012; I.0017-0018) e explicações (I.0020-0027) sobre algumas das experiências de João na sua relação com sua família. Nelas, percebemos como a noção inicial de silenciamento se desdobra em múltiplas significações: ser silenciado é ser cuidado, é não poder performar determinadas identidades visuais, é ser contido. O reiterar dessas ações, acaba funcionando como forma de construir um desnível de poder entre o narrador e sua família, ao mesmo tempo em que produz certa causalidade.

0001 Alex e:: durante essa:... >seu histórico< sua  
 0002 família você:... sentiu... em algum momento  
 0003 você se sentiu.. silenciado por ser.. gay? hh  
 0004 hh  
 0005 João na verdade eu fui silenciado até... <po:r não  
 0006 ser gay> tipo ((risada)) o silêncio ele vinha  
 0007 muito: hh por exemplo.. eh:: desde criança  
 0008 alguns cuidados foram tomados com relação ↓  
 0009 mim sabe, tipo: EU não podia usar rosa EU não  
 0010 podia ter um: um:... um sapato mais estilo:so  
 0011 Alex Hum  
 0012 João EU não <podia> ter ↑tanto estilo assim  
 0013 Alex Hum  
 0014 João porque: senã:o >o que que as pessoas iam falar  
 0015 sabe< tipo, senão talvez ficasse mais CLARO,  
 0016 Alex Hum

---

<sup>43</sup> Seguindo outra linha investigativa, Blix et al (2021) analisa o processo narrativas de pessoas Sami – povos indígenas da Escandinávia e na Rússia – e debate como o processo de negociação de histórias, muitas vezes, se dá a partir do respeito aos momentos de silêncio, entendido aqui mais como uma prática. Eles teriam, para as autoras, múltiplos sentidos; marcariam as dificuldades de contar uma história, mas também sinalizariam para possíveis constrangimentos ou assuntos sensíveis.

0017 João que eu era gay. e:: e >tinha tudo ↑isso< tinha  
0018 uma camisa flori:da  
0019 Alex Hum  
0020 João eh: ↑tudo era muito assim sabe, eh: tipo, a a  
0021 <CONTENÇÃO>, com relação à sociedade, é  
0022 <muito> MAIOR do que uma contenção entr- lá  
0023 dentro de casa sabe  
0024 Alex Hum  
0025 João tipo assim eles querem conter.. a minha  
0026 sexualida:de com relação à socie↑dade  
0027 Alex hum

Ao focar nesses momentos, João chama atenção para as ações sofridas por ele em relação a determinados agentes. Mesmo não enunciando explicitamente quem são, sabemos que se refere tanto à sua família quanto a seu pai (cf. 4.3.2). Ele também evoca as causas de seu sofrimento, “talvez ficasse claro que eu era gay” (I.0015-0017). A homossexualidade é construída como algo a ser contido, controlado. Esse controle reiterativo, reforça um quadro de abjeção, isto é, de negação de uma performance ao espaço doméstico. Esta, por sua vez, assume a forma de uma ameaça à imagem da família na sociedade (I.0020-0027). Com objetivos específicos, as ações da família parecem mais do que controlar, parecem querer delimitar e impedir o narrador de performar uma identidade.

Mais abaixo, temos uma narrativa hipotética de caráter exemplificador, mas que indexa a diferença entre pertencer a um ideal normativo de sexualidade e não pertencer; uma diferença que tem como suporte a relação entre desejo, gênero e sexualidade. Não apenas, percebemos como a cis-heteronormatividade – indexada na diferença entre o narrador e seu irmão – opera duplamente em qualquer espaço e não apenas no doméstico.

0028 João tipo: se eu sai- <se o meu irmão sai de camisa  
0029 rosa na rua> ninguém vai falar nada sabe, ele  
0030 sai com a namorada dele. agora se eu saio com  
0031 uma camisa rosa na rUA, sem ter apresentado  
0032 nenhuma namorada até ago:ra, sem ter nada até  
0033 ago:ra

Como nota Butler, “As normas de gênero operam pela exigência da incorporação de determinados ideais de feminilidade e masculinidade, ideais que estão quase sempre relacionados com a idealização do vínculo heterossexual.” (BUTLER, 2019a [1993] p.383-4). João representa uma ameaça à imagem da família por não incorporar ideais de masculinidade e sexualidade normativos. Mais abaixo, percebemos que a consequência disso é, de um lado, a repressão às

performances do narrador; e, de outro, o foco recai sobre outras características capazes de “reabilitar” sua imagem para a sociedade.

0033 João então que que eles fazem, eles colocam minha  
0034 vida toda em cima da mi- minha vida  
0035 profissional.tipo quando vai falar de mim com  
0036 os outros é.. “o profissional de exatas. é  
0037 porque ele faz i:sso. é porque ele trabalha  
0038 em uma empresa de telecomunicações. é porque  
0039 ele faz i:sso, ↓>faz aquilo, aquilo, aquilo  
0040 outro<” E É sempr- o assunto é esse  
0041 Alex Hum  
0042 João nunca É:: tipo: “ele mora no Rio, ele:: gosta  
0043 de:: de es- de co- de pra:ia. ele gosta de  
0044 dança::. ele::” sabe não tem mais outra coisa,  
0045 é só.. eu sou... [sabe, bem sucedido]=  
0046 Alex [é tudo menos ]  
0047 João =inteligente, ele el- gosta de res↑saltar ATÉ  
0048 às vezes mais do que eu sou sabe.  
0049 Alex Hum  
0050 João mas é meio como se ele tivesse.. eu LEIO isso  
0051 como se ele tivesse justifiCAN:DO.. o fato  
0052 de:: o filho dele não te- ↓apresentado u:ma  
0053 mulher até hoje.  
0054 Alex Hum  
0055 João então ele é:: “tá muito ocupado estudando.”

O não pertencimento a um ideal normativo perante à sua família/pai, é demarcado pela não relação com o gênero feminino (I.0050-0051). Percebemos disso como a identidade da família/pai, construída pelo narrador indexa para um alinhamento desta à matriz cis-heteronormativa: ser homem implica ser heterossexual e conseqüentemente relacionar-se com mulheres. A quebra com este alinhamento leva a tomada de ações com vistas a expurgar qualquer possibilidade de alinhamento com o abjeto, ou seja, repressões que se dão muito além do simples não poder ou não permitir, mas do controle constante e reiterativo da norma em suas múltiplas formas.

Ao passo que a norma não pode ser internalizada, ameaçando o reconhecimento da família com a abjeção, outros discursos passam a intervir de modo “apaziguar” essa possibilidade: “ser inteligente”, “ser um profissional bem sucedido”. Ou seja, o “cuidado” da família, como João o constrói, vai além do espaço doméstico, abarca a sociedade. Há nisso a delineação de uma espacialidade de atuação daquela, conseqüentemente, ela emerge como atuação

de um poder que, através de práticas repressivas, reforça o campo de atuação da cis-heteronormatividade.

Pode parecer um tanto absurdo pensar que elementos com “dançar”, “gostar de ir à praia”, colocariam em questão o alinhamento de alguém à matriz cis-heteronormativa. Mas, na forma como João organiza sua narrativa, mobilizando nesse processo outros índices, podemos perceber que a performatividade não opera com instância de lei fixa, mas na transformação da lei em determinado contexto e na relação com outras normas. Ou seja, é na constante construção de pequenas histórias, é nas escolhas lexicais do narrador, na relação entre essas duas formas de indexicalidade diferente – uma mais pela causalidade, a outra mais pela relação entre sentidos de uma palavra ou frase – que podemos perceber a emergência de expectativas, normas e sua constante transformação com vistas a reforçar seu poder de atuação.

As ações da família são constantes e consecutivas, reiteram a norma – um ideal de masculinidade heterossexual – ao mesmo tempo em que esta é modificada, citada. A todo momento, trazem seu peso sobre a vida do narrador, daí nossa compreensão de que esta narrativa está organizada mais em relação às práticas de repressão que circunscrevem o espaço doméstico.

Além disso, como em Carlos, essas ações parecem se prolongar em uma narrativa que alcança e prossegue no presente (I.0050-0053). Assim, diferentemente da narrativa de Karla, na qual podemos pensar na possibilidade de uma agência, as pequenas histórias de João acabam indexando para uma repressão que não se deu circunstancialmente, ou se dá em momentos espaços, mas que assume caráter compulsório com vistas a continuamente produzir uma identidade que não ameaça a ordem normativa do gênero e da sexualidade e que não represente uma ameaça à imagem projetada da família do narrador na sociedade.

#### **4.4**

#### **Conclusão da análise**

A partir da análise laminar que empreendemos neste capítulo, podemos discutir os resultados desta pesquisa.

Como temos debatido, a organização dessas histórias em torno das práticas de repressão vivenciadas pela narradora e narradores ou a forma como, em grande parte, essas narrativas centralizam essa questão, se dá de diferentes modos. Todavia, parece haver um princípio em comum nessa organização: a

interrupção do fluxo narrativo e a concentração em avaliar e estabelecer posicionamentos que reforcem o desnível de poder nas histórias.

Em Karla e Carlos, essas interrupções se dão por meio de sequências de desvios em relação ao acontecimento narrado. Carlos, além disso, diversas vezes suspende o fluxo narrativo para fazer avaliações externas. No caso de João, por sua vez, a interrupção atravessa a narração de modo que ela nunca se finaliza; ele alude, traz hipóteses, se nega a narrar os diferentes acontecimentos que remete a sua relação com seus familiares.

A este respeito, é notável que a referência a algum familiar é um recurso constante na construção da narradora e dos narradores sobre suas respectivas relações familiares. Com exceção de Carlos, a quem eu estabeleço uma comparação com sua irmã, as minhas perguntas eram abertas no que diz respeito à sociabilidade familiar. Isso decorria da tentativa de não focar em uma pessoa específica da família, o que direcionaria a conversa para, por exemplo, a relação entre uma(um) participantx e sua mãe, ou pai, tio, avó, etc. Como percebi, entretanto, no próprio processo de narrar aparecia uma outra personagem, a partir da qual as relações familiares eram co-construídas e xs narradorxs iam se posicionando.

Isso pode decorrer da dificuldade de construir uma história sobre relações familiares sem contextualizar essa relação em pelo menos duas personagens. Tomar a família como instituição com que xs narradorxs estariam se relacionando talvez fosse algo muito abstrato, também. Além disso, esses casos chamam atenção para a heterogeneidade dos modos de socialização familiar. No entanto, o foco em um membro específico também é parte de um processo necessário na construção de um quadro familiar como repressivo, uma vez que acaba sendo um recurso para reforçar o desnível de poder a partir da relação entre duas pessoas: quem “detém” e quem não “detém” o poder.

O que não é dizer que não haja resistência. A emergência de diferentes técnicas de poder, com vistas a reprimir xs narradorxs, leva-xs à necessidade de criar diferentes estratégias para responder a elas. Para o caso de Karla, sair de casa. Para o caso de Carlos, parodiar o silêncio. Para o caso de João, a questão da resistência é um pouco mais complicada, a todo momento ele reforça e reatualiza as constantes ações de sua família e pai; sua concentração em ambos acaba minando as possibilidades de percebermos sua resistência.

Percebemos também, como a noção de silenciamento vai se transformando ao longo da nossa interação. Em alguns casos, como nos de Karla, ela se afasta mais, apesar da ideia de interdição aparecer logo ao começo de uma de suas

narrativas. No caso de João e Carlos ela aparece mais vai se transformando, conforme as interrupções do fluxo narrativo e as sequências de desvio vão despertando nossa atenção para outros aspectos da relação entre eles e sua mãe e pai, respectivamente. Nesse sentido, o silenciamento, a nosso ver, parece mais um horizonte a partir do qual sentidos sobre relações familiares vão sendo negociados.

Ainda, essas narrativas mobilizam diferentes índices a partir dos quais as relações familiares vão sendo tensionadas e formas de poder repressivo vão atuando: namoro, conversas sobre relacionamento, roupas, “estilo”. Isso evidencia como a atuação da cis-heteronormatividade depende constantemente de suas possibilidades de reiteração e citação, isto é, de como a norma precisa ser reproduzida de modo a se adaptar a diferentes contextos. Esse processo, por sua vez, também chama atenção para a possibilidade de não reprodução desta norma, Karla, ou mesmo, as falhas no processo de reprodução, Carlos.

Por fim, essas narrativas põem em questão o próprio caráter hegemônico da construção do sentimento de família na modernidade, isto é, da narrativa ocidental sobre a família como um espaço onde as relações se dão por meio de afeto, cuidado e intimidade. As histórias de Carlos, Karla e João nos ajudam a entender que, mesmo a socialização familiar sendo pautada em cuidado, afeto e intimidade, ela pode estar condicionada a certas demandas normativas sobre sexualidade. As demais subjetividades estariam legadas à abjeção: ao não dizer, ao não performar, ao não poder, ao não reconhecer; isto é, aos efeitos negativos de relações de poder que não legitimam a existência destas. Quando isso acontece, esses valores são abalados, de modo que parece predominar a necessidade constante de adequação à cis-heteronormatividade.

Em seu texto, Preciado (2019) toma o cuidado à criança como um artefato biopolítico. Através dele, a cis-heteronormatividade adentra o espaço doméstico e passa a regular as possibilidades dessas crianças se reconhecerem enquanto sujeitos, mais especificamente, enquanto sujeitos pertencentes ao espaço familiar. Mas os efeitos desse discurso não se limitam necessariamente à criança, mas a relação familiar como um todo:

[...] Tive pai e mãe, e, no entanto, eles não foram capazes de me proteger da repressão, da humilhação, da exclusão, da violência.

O que meu pai e minha mãe protegiam não eram meus direitos de “criança”, mas as normas sexuais e de gênero que eles mesmos aprenderam dolorosamente através de um sistema educativo e social que castigava qualquer forma de dissidência com ameaça, intimidação e até a morte. Tive pai e mãe, mas

nenhum dos dois protegeu meu direito à livre autodeterminação de gênero e sexual

Fugi desse pai e dessa mãe que Frigide Barjot queria para mim, porque disso dependia a minha sobrevivência. Embora tivesse um pai e uma mãe, a ideologia da diferença sexual e da heterossexualidade normativa privou-me deles. Meu pai foi reduzido à função de representante repressivo da lei de gênero. Minha mãe foi despojada de qualquer função que ultrapassasse a de útero gestante e reprodutor da norma sexual. A ideologia de Frigide Barjot (articulada na época pelo nacional-catolicismo franquista) privou-me do direito de ter um pai e uma mãe que pudessem me amar e proteger.<sup>44</sup>

Essas experiências não se limitam às vivências familiares da infância. Como nosso trabalho tentou mostrar, podem mesmo se prolongar em diferentes etapas da vida. Como Preciado mesmo nota, nem sempre é fácil supera-las, algo que pode envolver brigas, lágrimas, discussões, um esforço de modificar as relações familiares muitas vezes depositado sobre os ombros da criança queer, LGBTQIA+.

Muito disso talvez decorra da grande narrativa sobre a família no ocidente. Para deixar claro, não estamos tomando esse discurso como algo ruim, socializações pautadas nesses valores podem ser algo muito bom. Todavia, ao passo que esse discurso atende a fins políticos de legitimação de determinados grupos em oposição a outros, isso se torna um problema.

Além disso, quando este discurso encontra seus limites no tratamento diferenciado em relação a algumas pessoas, passa a ser questionável, e necessário, rever o caráter canônico dessa narrativa que se faz em relação à família. Não a fim de “destruir a família”, como alguns setores da sociedade pregam, mas visando alargar as possibilidades de reconhecimento, de amor, carinho, cuidado, intimidade, amizade, para todxs.

---

<sup>44</sup> Frigide Barjot é uma ativista conservadora que movimenta a luta contra os direitos da população LGBTQIA+ na França.

## 5. Conclusão

Como temos argumentado, nas sociedades ocidentais, o surgimento da forma família moderna tem em sua base o desenvolvimento de um sentimento de família (ARIÈS, 1960) e o entrelaçamento desta instituição ao dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 1976). Esses dois eixos, a nosso ver, passaram a organizar a família de modo a delimitar as possibilidades de socialização nela; a delimitar as possibilidades de reconhecimento dxs indivíduos dentro e fora do espaço doméstico, ou seja, a produzir determinadas identidades; e a delimitar a relação entre esta instituição e outras.

No primeiro eixo, temos os três valores que estruturam e prescrevem as práticas sociais e discursivas própria a este espaço, os quais diferenciam esta instituição das demais: o afeto, a intimidade e o cuidado. Importante salientar que eles não são exclusivos da modernidade, ou antes, que a família só se configura como um espaço de cuidado, intimidade e afeto na modernidade. A discussão seguida a partir de Ariès nos permite, na realidade, compreender os papel desses três valores na consolidação daquilo que hoje entendemos como algo próprio à sociabilidade familiar, isto é, como os seus membros devem se comportar e a como a família é referida, no discurso hegemônico.

Já o segundo eixo diz respeito à forma como a família acaba se configurando, a partir do século XVIII, como um local de produção de determinados corpos sexuais, sexualizados e desejantes – e generificadxs, acrescentaríamos – em adequação às normatizações que passaram a vigorar a partir deste período. A proliferação de discursos sobre o sexo, identificada por Foucault (1976), é também um momento de amplificação do campo de atuação da pedagogia, da medicina, da biologia, da psicanálise e de vários outros discursos, que agora passam adentrar o espaço doméstico remodelando as relações em torno da sexualidade, principalmente do casal conjugal.

Desta forma, a socialização familiar muda e passa a se organizar em torno do casal e da relação ente o casal e seus filhxs; ocorre aqui a separação dos corpos, a vigilância sobre a masturbação infantil, mas também a fundação do casal heterossexual como forma legítima de sexualidade, daí o forte caráter cis-heteronormativo desse dispositivo. Assim, a família vai se tornando um espaço de

(re)produção de uma verdade sobre o sexo: de uma sexualidade normal e de uma vida sexual aceitável. Torna-se, com isso, um local de delimitação das possibilidades reconhecimento social, isto é, atua de modo a regular as possibilidades de identificação sexual – e de gênero – das pessoas e das formas como elas serão percebidas na sociedade.

A nossa leitura de Foucault abre espaço também para um debate sobre as técnicas de poder que nem sempre vão operar por meio da regulação e controle dos corpos. Grande parte de seu argumento se centra em uma resposta à hipótese repressiva. Seu ponto é muito importante, pois, simultaneamente, evidencia a operação de um regime de verdade em torno do sexo/sexualidade, e critica a própria noção corrente de uma história da sexualidade marcada pela “injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer nem para nem para saber” (FOUCAULT, 2016 [1976], p.8). Sobre este ponto, estamos de acordo com o pensador, a noção de uma repressão sexual acaba operando de modo a apagar a própria história de constituição das sexualidades. Contudo, nesse mesmo ponto discordamos dele, por entender que a crítica a tal hipótese acaba deixando de lado as formas de poder jurídico – o poder soberano – as quais também operariam de modo produtivo

Partindo de Butler, argumentamos em favor de uma compreensão de formas de poder que atuariam com força de lei; as quais funcionariam de modo repressivo, proibitivo, inibidor, punitivo, coercitivo, também seja de ordem produtiva. A lei em sua forma repressiva não é tida como em termos correntes, antes como um processo reiterativo através do qual regras, normas, são fundadas na exclusão de dadas subjetividades. Com isso ocorre a separação entre um campo legítimo e ilegítimo, entre a fundação ficcional de uma autoridade e quem deve se subordinar a ela, entre o campo do sujeito e dx abjetx, x reprimidx. Nesse sentido, a noção de uma autoridade, de alguém que personifica o poder, seja uma instituição ou uma pessoa, deve ser analisada à luz da própria história dessa cadeia de fundação ficcional:

A autoridade/o juiz (vamos chama-lo de ‘ele’) que executa a lei por meio de nomeações não abriga essa autoridade em sua pessoa [...] o juiz não origina a lei nem sua autoridade; mais precisamente ele ‘cita’ a lei, consulta e reinvoca e, ao recitá-la, reconstitui a lei. O Juiz é instalado no ceto de uma cadeia significante, recebendo e recitando a lei, e na recitação faz ressoar a autoridade da lei.

[...]

Paradoxalmente, o que *invoca* quem recita ou inscreve a lei é a *ficção* de um falante que exerce a autoridade para fazer suas palavras serem cumpridas, a encarnação legal da palavra divina. Entretanto, se o juiz cita a lei, ele mesmo não é a autoridade que investe a lei com seu poder de obrigar; pelo contrário, ele tem de recorrer a uma convenção legal autorizada que o precede. Seu discurso se torna um local de reconstituição e de ressignificação da lei [...] Em outras palavras, a autoridade é constituída precisamente fazendo retroceder infinitamente sua origem a um passado irrecuperável. (BUTLER, 2019 [1993], p.189, grifos da autora)

Com isso, foi possível reinserir a questão da repressão como uma forma de produção de sexualidades em relação à norma/lei cis-heteronormativa, sem necessariamente negar o próprio processo de profusão discursiva identificado por Foucault. Ou seja, o marco do biopoder na organização das relações familiares, não exclui, em nossa compreensão, a repressão, a operação da lei, como forma de produção de subjetividades, como processo de reconhecimento social dos indivíduos, como processo de produção de identidades.

Retomando, se a família é pensada como uma instituição que pode atuar de modo repressivo, a função dessa repressão é, para nós, legar sexualidades não alinhadas aos discursos cis-heteronormativos a uma zona de abjeção, ou seja, negar o reconhecimento dessas sexualidades no espaço doméstico e com isso produzi-las como ininteligíveis. Isso poderia levar a uma possível personificação do poder – algo muito próprio às formas jurídicas – assumida da frase: a família é uma instituição repressora. Porém, como nos mostra Butler, a própria ideia de que alguém, ou alguma instituição, detém o poder é uma fundação ficcional, reproduzida no próprio processo de citação de uma lei. Ou seja, a família não é uma instituição repressora, mas pode ser à medida em que cita a norma/lei cis-heterossexual. Nesse sentido, é sobre a citacionalidade da lei na família que nossa análise da terceira lâmina se deu.

Esse pequeno resumo nos dá insumo para respondermos a nossas perguntas de pesquisa:

1. Em meio à construção de relações atravessadas por desníveis de poder entre xs participantxs e seus familiares, quais identidades eram construídas para ambos?

Uma resposta mais imediata a essa pergunta poderia ser: “xs participantxs constroem a si mesmxxs como pessoas reprimidas e seus familiares, ou sua família, como pessoas que atuam de modo repressivo”. Este parece ser o caso da narrativa de João, na qual a reiteração das ações familiares reforça a construção

desta – e de seu pai – como uma instituição repressora, logo, de ele como alguém condicionado a ser a contraparte dessa forma de atuação do poder.

Todavia, como notamos nas narrativas de Karla e Carlos, surgem respostas a essas atitudes que nem sempre transformam o quadro familiar. Ainda assim, elas nos despertam nossa atenção para a construção de de identidades agentivas para ela e para ele. Nesse sentido, percebemos que, se a família opera de modo a citar e reforçar a lei/norma heterossexual, surgem respostas a essas atuações, ou seja, as tentativas da família de reprimir os participantxs nem sempre são aceitas, uma localização bem microfísica da atuação do poder e das formas de resistência a ele.

2. Como essas identidades eram negociadas na interação de modo a evitar possíveis atribuições negativas? Isto é, como xs participantxs, ao construir um quadro familiar atravessado por desníveis de poder, práticas de repressão, faziam isso de modo a neutralizar atribuições depreciativas, estigmas (GOFFMAN, 1963)?

Um dos pontos próprios a essa pesquisa é que eu e xs participantxs nos identificamxs como pessoas cujas performances não estão alinhadas às expectativas cis-heteronormativas do ambiente familiar. O outro foi que muitxs das pessoas com quem conversei já eram conhecidas, ou seja, havia um prévio compartilhamento de informação biográfica, salientamos que esse conhecimento pode ser atualizado, modificado, retificado ou ratificado, ou seja, ele não é dado, mas negociável. Em certa medida, essa relação flexibilizava o trabalho de face, de modo que algumas perguntas feitas por mim, por exemplo, acabavam não operando como uma ameaça a suas faces.

No entanto, a construção de um relações atravessadas por processos de repressão, poderia ainda levar a processos de estigmatização, uma vez que rompem com a narrativa canônica da família como um local de intimidade, afeto e cuidado. Também, pelo fato de a repressão operar de diferentes formas e por diferentes meios – o que mostra os limites da diferenciação entre encontro mistos e entre iguais. A agressão sofrida por Karla, por exemplo, é muito própria a sua experiência. Daí o movimento de construir uma agência que operasse de modo a minimizar possíveis atribuições estigmatizantes.

Processo similar foi empreendido por Carlos, o qual também fez uso de *accounts*, buscando, ao mesmo tempo, neutralizar o estigma através da construção de uma identidade para mãe alinhada com a narrativa canônica sobre a família. No entanto, esse trabalho é de difícil sustentação, especificamente

quando notamos a co-ocorrência da construção de uma identidade materna operando entre o cuidado e a interdição ao dizer.

A construção de uma relação com a mãe, na qual aquela é construída como alguém cuidadosa, que busca regular as possibilidades discursivas na relação, chama atenção para o caráter paradoxal dessa construção. À medida que reforça a construção de uma mãe adequada às exigências de cuidado para com seu filho, a interdição opera como negação da intimidade entre ambos; por sua vez, essa interdição decorre do relacionamento do filho com outro homem, uma possível ameaça à ordem cis-heteronormativa do espaço doméstico. Assim, o fato de estar se relacionando com outros homens acaba sendo um índice ameaçador para a constituição da família como um local sustentado por essa ordem. Por sua vez, isso acaba operando como ameaça à face de Carlos – daí também seu movimento de reforçar uma agência na narrativa, uma forma de reforçar o caráter assertivo de suas ações.

Por sua vez, as técnicas de João se dão em torno da sequencialidade da narrativa. Mais especificamente, a interrupção constante do fluxo narrativo, a concatenação de pequenas histórias. Aquilo que estamos entendendo como silêncio narrativo, isto é, a manipulação da informação através do não dizer, da recusa, da alusão ao narrar, enfim, estratégias que têm como efeito apaziguar o movimento de construção da família ou do pai de João como alguém repressor, e por conseguinte, colocar em questão a adequação de sua família àquilo que é prescrito como próprio às relações familiares.

3. Como a repressão opera de regulando e produzindo identidades sexuais alinhadas a discursos históricos de sociabilidade familiar?

Nas narrativas analisadas sobre as construções dxs participantxs a respeito de suas relações familiares, notamos a recorrência de casos em que estes eram construídos como pessoas que, por meio de violência, interdição, ou um controle reiterativo, buscavam delimitar as possibilidades daquelxs viverem sua sexualidade. O que, nas histórias aqui discutidas, implica: trazer uma namorada para casa, conversar sobre o namorado, performar uma identidade visual de acordo com seus interesses, dentre outras coisas.

Esses são casos singulares e diferenciados, mas essas construções, pelo movimento de focar na construção dos personagens em meio a um desnível de poder que se instaurava, nos chamou atenção para o fato dessas narrativas parecerem se organizar em torno da ideia de que a sexualidade é constantemente

reprimida no espaço doméstico. Assim, as práticas de repressão não operam de um único modo, mas através de diferentes formas. Se analisarmos cada caso, essa operação tem diferentes fins. Todavia, parece haver uma estratégia comum a seu exercício: a negação em fazer do espaço doméstico um local para vivenciar sexualidades em desacordo com a cis-heteronormatividade.

As narrativas aqui analisadas ajudam a perceber como a construção de relações atravessadas por desníveis de poder podem sinalizar para formas de poder repressivo. Assim como o controle, a repressão é um mecanismo de sustentação da cis-heteronormatividade, imprescindível para seu funcionamento, uma vez que produz um campo de exclusão necessário à sua efetivação. A exclusão é a restrição das próprias possibilidades de reconhecimento, as limitações das nossas possibilidades de identificação, a proibição de agir, de performar, de produzir sentidos não alinhados às expectativas cis-heteronormativas no espaço familiar, como efeito, isso reforça a legitimidade da heterossexualidade neste local.

Isto já chama atenção para alguns aspectos futuros que a pesquisa aqui desenvolvida poderia seguir. O primeiro, seria alargar a questão das relações familiares em torno da questão da sexualidade para além de pessoas que se identificam como LGBTQIA+. Isso ajudaria a entender como essa instituição, tão saturada de sexualidades, opera de forma repressiva na produção de subjetividades sexualizadas.

Outro seria aprofundar a relação entre abjeção e a negociação do estigma na interação. isto é, analisar em que medida índices estigmatizantes podem estar relacionados à produção de subjetividades abjetas.

A discussão poderia ir para outras direções, não apenas circunscritas à família: os efeitos das leis – que existiram e continuam a existir – de criminalização a performances de gênero e sexual não alinhadas às expectativas cis-heteronormativas de uma sociedade. Especificamente, pelo fato de a criminalização de sexualidades dissidentes ser um dos pontos que devemos considerar ao adentrar a relação entre a sexualidade, gênero e as formas de jurídicas de poder.

Neste sentido, a negação de direitos básicos, como casamento, adoção, voto, dentre outros, não operaria apenas como forma de privação da cidadania de uma pessoa, mas formas de autenticação do espaço de abjeção que se deseja condicionar a nós. Ou seja, o espaço legal é também um espaço de luta para ressignificar os sentidos sobre quem pode ou não ser reconhecido enquanto sujeito de direito.

Não foi nosso objetivo evidenciar como a família é uma instituição que recorre à repressão para (re)produzir a cis-heteronormatividade. Foi, antes, analisar e discutir como pessoas LGBTQIA+ passam por diferentes processos de socialização nestes espaços, muitas vezes tendo suas sexualidades condicionadas a processos de controle e repressão. Com isso, esperamos abrir caminho para refletir sobre a legitimidade universal dessa instituição em relação às suas práticas, ao menos na forma como essa universalidade é construída e autenticada em alguns discursos.

Refiro-me aqui àqueles que tomam esta instituição como vítima de pessoas que estariam destruindo as bases culturais da família. Se para alguns essa base poderia ser o afeto, a intimidade e o cuidado, para outros, parece ser a forma família moderna em sua disposição monogâmica e heterocentrada. Para além disso, a ameaça – ao silêncio, a expulsão, ao controle –, como temos percebido, parece ser maior a quem responde negativamente às exigências cis-heteronormativas. Esperamos, assim, que essa pesquisa ajude ampliar a forma como LGBTQIA+ são acolhidos e como se dão as relações nesse espaço.

Por fim, alertamos também para um movimento contrário, daquelas famílias que não apenas buscam acolher e reconhecer as performances de gênero e sexual de seus filhxs, mas também transformar as formas como pessoas LGBTQIA+ são compreendidas na sociedade. É o caso de grupos como o “Mães pela diversidade”, uma organização não governamental formada por mães e pais que atua promovendo o debate sobre os diversos problemas que sofremos na sociedade. Não dedicamos nossa pesquisa ao trabalho desse grupo, no entanto, uma rápida olhada em suas redes sociais evidencia a importância de uma luta conjunta na transformação do entendimento das relações familiares, para além daquilo que políticas excludentes defendem.



## Referências bibliográficas

ARIÈS, P. A família. In: ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Tradução Dora Flakman. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, [1960] 1986, p. 195-274.

AUSTIN, J.L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Tradução: Danilo Marcondes. Porto Alegre: Artes Médicas, [1962] 1990.

BAMBERG, M. Positioning between structure and performance. **Journal of Narrative and Life History**, n.7, p.335-442, 1997.

BAMBERG, M. Stories: Big or small: Why do we care? **Narrative – State of the Art**, v.16, n.1, 139–147, 2006.

BAMBERG, M; GEORGAKOPOULOU, A. Small stories as a new perspective in narrative and identity analysis. **TEXT & TALK**, v.28, n.3, 2008.

BARRET, R. From Drag Queens to Leatherman. In: BARRET, R.: **From Drag Queens to Leatherman: Language, Gender and Gay Male Subcultures** New York: Oxford University Press, 2017, p.1-32.

BASTOS, L. C.. Contando estórias em contextos espontâneos e institucionais: uma introdução ao estudo da narrativa. **Calidoscópico**, v. 3, n.2, p.74-87, mai-ago, 2005.

BASTOS, L. C.; SANTOS, W. S (Orgs.). **A entrevista na pesquisa qualitativa**. Rio de Janeiro: FAPERJ e Quartet, 2013. 208 p.

BASTOS, L. C.; BIAR, L.A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **DELTA**, v. 31, n. spe, p. 97-126, ago, 2015 .

BAUMAN, R. "I go into more detail now, to be sure": Narrative variation and the shifting contexts of traditional storytelling. In: BAUMAN, R. **Story, performance and event**. Contextual studies of oral narrative, Cambridge: Cambridge University Press.

BIAR, L.A. "**Realmente as autoridades veio a me transformar nisso**": narrativas de adesão ao tráfico e a construção discursiva do desvio. 2012. 246 p. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

BIAR, L. A. Trabalho de face e estigma no encontro interacional misto: um estudo de polidez aplicado ao contexto prisional. **Linguística**, v.31, n.1, p.127-145, 2015.

BIAR;L. A. ORTON, N.; BASTOS, L. C.. A pesquisa brasileira em análise de narrativa em tempos de "pós-verdade". **Linguagem em (Dis)curso**, v. 21, n. 2, p. 231-251, 2021.

BLIX, B. H.; CLAINE, V.; CLANDININ, D.J.; BERENDONK, C.; Considering Silences in Narrative Inquiry: Na Intergenerational Story of a Sami Family. **Journal of Contemporary Ethnography**, v.50, v.4, 2021, p. 580-594.

BORBA, R. "Linguística *Queer*: Uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem". **Revista Entrelinhas**, v. 9, n. 1, p. 91-107, jan-jun. 2015.

BORBA, R. Linguística Queer: algumas desorientações. In: BORBA, R. **Discursos transviados**: por uma linguística queer. São Paulo: Cortez, p. 9-43, 2020.

BORBA, R. Disgusting politics: circuits of affects and the making of Bolsonaro, **Social Semiotics**, v.31, n.5, p. 677-694, 2021.

BRUNER, Jerome. A psicologia popular como um instrumento da cultura. In: **Atos de significação**. Porto Alegre, Artes Médicas, [1990] 1997, p. 139-64.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. [1990] 2016. 288 p.

BUTLER, J. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. Tradução: Verônica Daminelli e Daniel Y. Françoli. 1 ed. São Paulo: N-1 e Crocodilo. [1993] 2019a. 400 p.

BUTLER, J. A ideologia anti-gênero e a crítica da era secular de Saba Mahmood. **Debates Do NER**, v.2, n.36, p. 219–235, 2019b.

CABRAL FILHO, R. N. **À luz dos nossos segredos**: por uma revisão da narrativa canônica de saída do armário. 2019. 157 p. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CASTRO, E. **Introdução a Foucault**. Tradução Beatriz de Almeida Magalhães. São Paulo: Autêntica, 2014.

CRISTÓVÃO, L. S. G; **Negociações com o armário**: homossexualidades e estigma em narrativas de história de vida. 2016. 256 p. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Davies, B.; Harré Positioning: The social construction of selves. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 20, p. 43-63, 1990.

DE FINA, A. Narratives in interview. The case of accounts: For an interactional approach to narrative genres. **Narrative Inquiry**, v.19, p. 233-258, 2009.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**: teorias e abordagens. 2ª. ed. Porto Alegre, Artmed Bookman, 2006.

DERRIDA, J. Assinatura Acontecimento Contexto. In: DERRIDA, Jacques. **Limited Inc**. Campinas: Papyrus, p.11-37, [1972] 1991.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23 ed. São Paulo: Edições Loyola [1971] 2013.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: vontade de saber. Tradução: Maria Thereza. C. Albuquerque e José A. G. Albuquerque. 5. Ed. São Paulo: Paz e Terra. [1976] 2017. 176 p.

FOUCAULT, M. **Sobre a Sexualidade**: cursos e trabalhos de Michel Foucault antes do Collège de France. Tradução Vera Ribeiro. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

GEORGAKOPOULOU, A. Thinking big with small stories in narrative and identity analysis. **Narrative – State of the Art**, v.16, n.1, p.122–130, 2006

GOFFMAN, E. A Elaboração da Face: uma análise dos elementos rituais da interação social. In: FIGUEIRA, S. (Org.). **Psicanálise e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, [1955] 1980, p. 76- 114.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia B. M. L. Nunes. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC. [1963] 2008, 158p.

GOFFMAN, E. **Frame Analysis**: an essay on the organization of experience. Boston: Northeastern University Press, 1982.

GOODWIN, C. Notes on story structure and the organization of participation. In: ATKINSON, J. M. & HERITAGE, J (orgs). *Structures of Social Action: Studies in Conversation Analysis*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 1984.

GREEN, J. N. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora Unesp. 2019 [1999]. 2 ed. 552p.

GREEN, J. N.; QUINALHA, R. **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos. 2015, 330 p.

HALBERSTAM, Jack. (2011/2020). *A arte queer do fracasso*. Recife: CEPE Editora.

HERMAN, J. L. **Trauma and Recovery**. New York: Basic Books. 1992

hooks, b. **Erguer a voz**. Tradução: Cátia B. Maringolo. São Paulo: Editora Elefante. [1989] 2019. 380p.

KALIL, I. O. Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro. Núcleo de Etnografia Urbana e Audiovisual da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, out. 2018.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó. [2008] 2019. 249p.

LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. In: **Language in the inner city**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. In: **Language in the inner city**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, W.; WALETZKY, J. Narrative Analysis: oral versions of personal experience. In: HELM, J. **Essays on the verbal and visual arts**. Seattle: University of Washington Press. 1967.

LACERDA, M. B. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. 1. Ed. Porto Alegre: Zouk, 2019. 228p.

LEWIS, E. S. “**Não é uma fase**”: Construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais. 2012. 267 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

LEWIS, E. S. Do “léxico *gay*” à Linguística Queer: desestabilizando a norma homossexual oculta nas Teorias Queer. **Estudos Linguísticos**, v.47, n.3, p. 675-690. 2018.

LEWIS, E. S. Discursos, dildos e a produção de sujeitos. In. BORBA, R. **Discursos transviados**: por uma linguística queer. São Paulo: Cortez, p. 347-373, 2020.

LINDE, C. **Life stories: the creation of coherence**. New York: Oxford University Press: 1993.

LIVIA, A.; HALL, K.. “É uma menina!” A volta da performatividade à linguística. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (Orgs.), **Linguagem. Gênero. Sexualidade: Clássicos traduzidos**. São Paulo: Parábola, [1997] 2010, p.109-128.

MACHADO, M. D. C. Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional. **Horizontes Antropológicos**, v. 23, n. 47, p. 351-380, jan./abr, 2017

MELO, K. M. M. A "sagrada" família e os direitos LGBT: apontamentos sobre o discurso da Comissão de Direitos Humanos e Minorias do Brasil. **Saberes em perspectiva**, v.7, n.17, p. 29–38, jan./abr, 2016.

MISHLER, E. The analysis of interview-narratives. In: SARBIN, T. R. (org.) **Narrative Psychology: the storied nature of human conduct**. New York: Praeger, 1986, p.252-274

MISHLER, E. “Narrativa e identidade: a mão dupla do tempo”. In: MOITA LOPES, L. P. e BASTOS, L. C. (Orgs.) **Identidades: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas: Mercado de Letras, 2002, p.97-119.

MOTSCHENBACHER, H. Taking queer linguistics further: sociolinguistics and critical heteronormativity research. **International Journal of the Sociology of Language**, v. 212, p. 149-179. 2011.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Práticas narrativas como espaço de construção das identidades sociais: uma abordagem socioconstrucionista. In RIBEIRO, Branca Telles; LIMA, Cristina Costa; DANTAS, Maria Tereza Lopes (orgs). **Narrativa, Identidade e Clínica**. Rio de Janeiro, Edições IPUB, 2001.

MOITA LOPES, L. P. (Org.) **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. 279 p.

MOITA LOPES, L.P; MELO, G. C. V. A performance narrativa de uma blogueira: “tornando-se negra em um segundo nascimento”. **Alfa**, v.58, n.3, p.541-569, set-dez, 2014.

MOUFFE, C. O momento populista. In MOUFFE, C. **Por um populismo de esquerda**. Tradução: Daniel de Mendonça. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. p.29-48.

NASCIMENTO, G. C. M.; SCORSOLINI-COMIN, F. A revelação da homossexualidade na família: revisão integrativa da literatura científica. **Trends Psychol**, Ribeirão Preto, v. 26, n.3, p. 1527-1541, set. 2018a.

NASCIMENTO, G. C. M.; SCORSOLINI-COMIN, F. Homossexualidade e família de origem: a perspectiva de homossexuais masculinos. **REFACS**, Uberaba, MG, v. 6, n. 4, p. 735-745, 2018b.

OLIVEIRA, L. Diversidade sexual, gênero e família: notas sobre o problema da superioridade moral da heterossexualidade. In. PASSAMANI, G. R. (Org.). **(Contra)pontos: ensaios de gênero, sexualidade e diversidade sexual**. Campo Grande: Ed UFMS, 2011. 130 p.

OLIVEIRA, L. A “vergonha” como uma “ofensa”: homossexualidade feminina, família e micropolíticas da emoção. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 25, n.54, p. 141-171, mai-ago. 2019

OLIVEIRA, L; BARRETO, T. C. Silêncios em discursos: família, conflito e micropolítica em narrativas sobre a revelação da homossexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n.33, p. 318-342, dez. 2019.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6 ed. Campinas: Unicamp, [1992] 2007. 184 p.

ORTON, N. Myths”, “truths” and the role of Applied Linguistics in contemporary Society. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 60, n. 2, p. 455-466, mai./ago. 2021

PERUCCHI, J.; BRANDÃO, B. C.; VIEIRA, H. I. S. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e a saúde de jovens lésbicas e gays. **Estudos de psicologia**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 67-76, jan-mar. 2014.

PRECIADO, P. QUEM PROTEGE A CRIANÇA QUEER (2019). In **Um apartamento em Urano**: Crônicas da Travessia. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2019. s.p.

QUINALHA, R. “Em nome de Deus e da família”: um golpe contra a diversidade. In DORIA, K; CLETO, M. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo: 2016, p.160-168.

RIESSMAN, C. K. **Narrative Analysis**. Newbury Park: SAGE. 1993. 79 p.

RIESSMAN, C. K. Looking Back, Looking Forward. In: RIESSMAN, C. K., **Narrative Methods for the Human Sciences**. Los Angeles: SAGE, s.p., 2008, p.1-19

SALIH, S. O gênero. In: SALIH, S. Judith Butler e a teoria queer. Tradução de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 63-102.

SALZTRAGER, R. A desconstrução do conceito de família moderna: uma interlocução entre Ariès e Foucault. **Perspectivas em Diálogo**, v. 5, n. 10, p. 164-206, jul-dez. 2018.

SANTOS, A. F.; BIAR, L. de A. Do capitalismo produtivo ao capitalismo financeiro: construção da coerência em testemunhos neopentecostais de prosperidade. **Domínios de Linguagem**, v. 12, n. 1, p. 92–120, 2018.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. 28 ed. São Paulo: [1916] 2012.

TANNEN, D. “Oh talking voice that is so sweet”: constructing dialogue in conversation. In: TANNEN, D. **Talking voices**: Repetition, dialogue and imaginary in conversational discourse. CAMBRIDGE: Cambridge University Press, [1989] 2007, p.102-132

TOLEDO, L. G.; TEIXEIRA FILHO, F. S. Laços de família e segredos (sexuais) compartilhados: narrativa de história de vida de uma jovem dissidente em uma família homofóbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e , sexualidades**, Natal, v. 8, n. 11, p. 121-142, 2014.

VAGGIONE, J; MACHADO, M. Religious Patterns of Neoconservatism in Latin America. **Politics & Gender**, v. 16, n.1, 2020.

# Apêndices

## I Convenções de Transcrição

...	pausa não medida
.	entonação descendente ou final de elocução
?	entonação ascendente
,	entonação de continuidade
-	parada súbita
=	elocuições contiguas, enunciadas sem pausa entre elas
<b>sublinhado</b>	ênfase
<b>MAIUSCULA</b>	fala em voz alta ou muita ênfase
<b>°palavra°</b>	palavra em voz baixa
<b>&gt;palavra&lt;</b>	fala mais rápida
<b>&lt;palavra&gt;</b>	fala mais lenta
<b>: ou ::</b>	alongamentos
<b>[</b>	início de sobreposição de falas
<b>]</b>	final sobreposição de falas
<b>( )</b>	fala não compreendida
<b>(( ))</b>	comentário do analista, descrição de atividade não verbal
<b>“palavra”</b>	fala relatada, reconstrução de um dialogo
<b>hh</b>	aspiração ou riso
<b>↑</b>	subida de entonação
<b>↓</b>	descida de entonação

Convenções Jefferson modificadas conforme Bastos e Biar (2015)

## II Transcrições completas

### Karla

Alex eles chegaram a te expulsar de casa? rolou alguma coisa assim ↯ não?

Karla ro::lou...só que ao mesmo tempo que expulsou: na primeira vez eu já falei "então tô indo"...e aí nessa do, "então tô indo", logo já- já recuaram, voltaram atrás.

Alex sim

Karla mas aí eu fui ((risos))

Alex mas você foi, você ficou morando sozinha um tempo?

eu fiquei morando sozinha-, dividi casa com uma amiga, aliás, eu fui morar primeiro no meu trabalho. ficava três dias no trabalho, três-, dois dias em casa, dois dias em casa de amigo. ficava assim... e aí depois eu fui dividir realmente casa com uma amiga. e aí eu fiquei nessa por um tempo até as coisas estabilizarem um pouco mais

Alex uhm

Karla e depois acabei voltando para a casa dos meus pais até um belo di- e- e: essa história de sexualidade sempre vinha à tona assim hh hh sabe. qualquer churrasco que dava, eu nunca era ouvida=

Alex [mas ( )]

Karla =[eu nunc-] tinha moral para falar nada, mesmo estando cert- no context- da conversa ou não, eu nunc- tinha moral sabe, ↯ não tinha voz mesmo pra falar.

Alex uhm

Karla e aí::...<um belo dia, meu pai sempre foi muito estourado, um belo dia, de novo, ele se estourou muito>.. e:: ↯ ALÉM de TUDO ↯ além da questão da sexualidade eu tava hh namorando outra menina na época.

Alex uhm

Karla <ela era negra>...deu um pouquinho, agravou um pouquinho mais..a situação..

Alex °imagino°

Karla o que me deixou MAIS <PUTA> da vida ainda hh

Karla uhm

Karla porque eu já tinha passado por ↯ um monte de coisa °assim sabe ficado com um monte de mul-° eu nunca <escondi>, se eu tava ou não com uma pessoa eu

tava, >se eu tô com essa pessoa eu tô com essa pessoa e não vou esconder de ninguém, se quiser me aceitar bem se num quiser amém< e aí:: ↓dessa vez sabe, meu pai °parece° que também não queria mais que eu ficasse mais perto dele.

Alex sim

Karla foi <qua:ndo> ele me agrediu, me deu um:: um: baita de um tapão na cara assim °de um forma°, ele explodiu por causa de uma coisa.. <mínima> e aí começou a jogar um monte de coisa na minha cara, sobre a minha.. sexualidade. hh e aí foi quando eu saí de novo de casa e aí: não voltei.. e daí pra lá eu não voltei.

## Carlos

Alex NO CASO você vê muita diferença entre você e sua irmã? assim NO TRATAMENTO EM RELAÇÃO A ISSO namoro? eh: FALAR SOBRE... sexualIDADE, sobre sexo, em casa, cês TÊM esse espaço? nunca teve?

Carlos não a gente nunca teve esse espaço. porque meus pais são muito tradicionais, então assim, sexo é uma palavra: proibida.

Alex ((risos)) sim

Carlos não esse papo não existe sabe

Alex hum

Carlos a gente foi feito de cegonha ou de sei lá ( ) descubram

Alex hum sim

Carlos mas sexo não existe então assim coisas básicas assim eh e meu pai também foi muito fechado com isso eu não sei se foi porque eu não posso especular a esse ponto mas não sei se foi porque ele eh ele sempre soube que eu era porque eu nunca gostei de futebol sabe eu nunca fazia as coisas que os meninos que os meninos normais fazia né

Alex sim

Carlos acho que ele sabia que eu era mais nerdão assim então eu passava um pouco e ( ) nerdão provavelmente não gosta de esporte sei lá se ele percebia essas coisas de mim assim

Alex mas você sentia algum tratamento diferenciado especificamente por causa disso de seus gostos

Carlos não sei porque eu não tenho parâmetro de comparação né

Alex hm

Carlos eu não tenho irmão eu tenho irmã

Alex hum

Carlos então assim o-o-o a diferença assim de sexo mesmo de gênero era que existe o machismo então assim apesar de eu ser viado eu sou o homem

Alex hm

Carlos e por ser homem eu não precisava lavar a louça sabe eu não precisava limpar a casa minha irmã precisava

Alex sim sim

Carlos então se alguém chegava do trabalho e via que alguma coisa estava desfeita minha mãe especificamente era minha irmã que tinha de fazer não eu

Alex sim sim

Carlos a minha irmã que tinha que responder sobre

Alex hm entendo entendo era como se de certa forma os privilégios que você tem por ser homem ainda eram mantidos né na

Carlos eh:... e ↑AÍ:... eh:... >a gente nunca teve nenhum tipo de conversa<, com relação a: a: ↑PARCEIRO assim=

Alex Hm

Carlos =sobre o:s meus relacionamentos, ↓a gente nunca teve esse tipo de conversa

Alex ELES NÃO SE INTERESSAM por:?

Carlos NÃO. <eles não perguntam mesmo> porque uma ↑ve:z...(e) isso acabou rolando assim, porque a minha ↑mã:e.. ela.. °não gosta muito de que eu faça coisas fora de casa°, apeSAR de eu ter: vinte e oito anos sabe? ((áudio oscilando))

Alex Hum

Carlos e de ter morado fora e de tá morando fora.

Alex [(sim) (pois é) ] ((rindo))  
[então eu VOU visitar] ela (sei lá) no no- em de↑zembro.. ANOS morando fora, e aí:: eu ( ) sei lá tô saindo ho:je, ↑hoje ela.. CAGA mais. ((rindo))  
hum ((rindo))

Carlos mas ( ) mas era muito assim tipo ↑°ah você VAI. você vai pra ONDE? você tá fazendo O QUE?°° era muito mais em cima né, >(porque) eu também sou o caçula<. ((áudio oscilando))

Alex sim °sim°

Carlos E:: EH:: as vezes que ela pergu- ela nunca entrava muito no nos papos de relacionamento ( ) de relacionamento ( ) momento °e ela nunca entrava muito nos papos de relacionamento°. ((áudio oscilando)) mas AÍ:: come- quando eu comecei a namorar o ↑Jonas.. todo final de semana eu saia.. e passava dias fora.

Alex Hm

Carlos então eu saia assim.. sexta e voltava no domingo >sempre era isso< <saia na sexta> e voltava no domingo. e aí quando ↑o: seu filho tá fazendo isso, com uma certa regulari↑dade, e eu não fazia questão de ↓esconder o que eu estava fazendo.. eh:... el- aí ela começou as perguntas né ↑°por que cê sai tanto? o que CÊ vai fazer no domingo? o que qu- por que que cê desaparece?°" aí eu falava "ah vou pra casa do Jonas. vou pra casa do Jonas. vou pra casa do Jonas." e aí ela começou a diminuir o número de perguntas até o dia que ela ficou.. mais puta assim.. e falou ↑"VOCÊ vai pra casa do ↑Jonas?

então você pega homem e pega ↑mulher?"  
((risos))

Alex ((risada))

Carlos e ela perguntou isso né. e aí::... >aí eu perguntei pra ela-< aí eu respondi pra ela "não." ... °aí eu vi que ela já tava° ((áudio oscilando)) ELA FOI- ele fez a pergunta mui- de forma muito agressiva, sabe?

Alex HUM

Carlos >↑ "VOCÊ PEGA HOMEM E PEGA MULHER?"< eu falei "NÃO.".. aí: ela deu pra traz assim, né. porque a- a pergunta lógica ((áudio oscilando)) depois disso era "então você pega o que?" eu (ia) falar "eu só pego hh homem". ((risada))

Alex ((risada)) sim sim

Carlos então ASSIM, é sempre aquela coisa assim, quando chega no limite aí a gente.. (perde) ((áudio oscilando)) o silenciamento porque ela conFRONta e ela quer saber... mas aí quando ELA chega MUIT- muito perto.. do emba:te, ela nã::o.. não vai mais. entendeu?

Alex hum hum

Carlos e aí (foi iss-) foi ficando assim:.. eh: nessa rotina, com o Jonas.. ( ) nessa guerra fria, °nessa guerra fria, (mas) sem perguntar ↓na:da, sem fazer ↓na:da°, até o momento em que: minha irmã conseguiu eh.. ter um namo↑rado ela casou com o namo↑rado.. e aí eu vô- eu vô ficando bolado porque as coisas que (eles) vão fazendo em família >(a gente) tem um grupo em família que ele ↑tá<.. e eu ↑gosto dele eu não faço assim.. a parada é que.. <conti↑nua aquela história de que.. as coisas que são ne↑gadas.. pra mim, são ↓em relação a ele °e aí eu não consigo fazer as coisas em família° com RELAÇÃO a ele, sabe? ((áudio oscilando))

Alex ↑ENTENDO entendo ↓entendo

## João

- Alex e:: durante essa::... >seu histórico< sua família  
você::.. sentiu... em algum momento você se sentiu..  
silenciado por ser.. gay? hh hh
- João na verdade eu fui silenciado até... <po:r não ser  
gay> tipo ((risada)) o silêncio ele vinha muito:  
hh por exemplo.. eh:: desde criança alguns cuidados  
foram tomados com relação ↓a mim sabe, tipo: EU  
não podia usar rosa EU não podia ter um: um::.. um  
sapato mais estilo:so
- Alex hum
- João EU não <podia> ter ↑tanto estilo assim
- Alex hum
- João porque: senã:o >o que que as pessoas iam falar  
sabe< tipo, senão talvez ficasse mais CLARO,
- Alex hum
- João que eu era gay. e:: e >tinha tudo ↑isso< tinha uma  
camisa flori:da
- Alex hum
- João eh: ↑tudo era muito assim sabe, eh: tipo, a a  
<CONTENÇÃO>, com relação à sociedade, é <muito>  
MAIOR do que uma contenção entr- lá dentro de casa  
sabe
- Alex hum
- João tipo assim eles querem conter.. a minha  
sexualida:de com relação à socie↑dade
- Alex hum
- João tipo: se eu sai- <se o meu irmão sai de camisa rosa  
na rua> ninguém vai falar nada sabe, ele sai com a  
namorada dele. agora se eu saio com uma camisa rosa  
na rUA, sem ter apresentado nenhuma namorada até  
ago:ra, sem ter nada até ago:ra então que que eles  
fazem, eles colocam minha vida toda em cima da mi-  
minha vida profissional.tipo quando vai falar de  
mim com os outros é.. "o profissional de exatas. é  
porque ele faz i:sso. é porque ele trabalha em  
uma empresa de telecomunicações. é porque ele faz  
i:sso, ↓>faz aquilo, aquilo, aquilo outro<" E É  
sempr- o assunto é esse.
- Alex hum
- João nunca É:: tipo: "ele mora no Rio, ele:: gosta de::  
de es- de co- de pra:ia. ele gosta de dança:: ele:  
sabe não tem mais outra coisa, é só.. eu sou...  
[sabe, bem sucedido]=
- Alex [é tudo menos ]
- João =inteligente, ele el- gosta de res↑saltar ATÉ às  
vezes mais do que eu sou sabe.
- Alex hum

João mas é meio como se ele tivesse.. eu LEIO isso como se ele tivesse justificANDO.. o fato de:: o filho dele não te- ↓apresentado u:ma mulher até hoje.

Alex hum

João então ele é:: "tá muito ocupado estudando."

### III Narrativa Nucelar de Carlos

- Carlos eh:... e ↑AÍ:... eh:... >a gente nunca teve nenhum tipo de conversa<, com relação a: a: ↑PARCEIRO assim=
- Alex hm
- Carlos =sobre o:s meus relacionamentos, ↓a gente nunca teve esse tipo de conversa
- Alex ELES NÃO SE INTERESSAM por:?
- Carlos NÃO. <eles não perguntam mesmo> porque uma ↑ve:z...(e) isso acabou rolando assim, ((linhas omitidas))
- Carlos era muito assim tipo ↑"°ah você VAI. você vai pra ONDE? você tá fazendo O QUE?"° era muito mais em cima né, >(porque) eu também sou o caçula<. ((áudio oscilando))
- Alex sim °sim°
- Carlos E:: EH:: as vezes que ela pergu- ela nunca entrava muito no nos papos de relacionamento ( ) de relacionamento ( ) momento °e ela nunca entrava muito nos papos de relacionamento°. ((áudio oscilando)) mas AÍ:: come- quando eu comecei a namorar o ↑Jonas.. todo final de semana eu saia.. e passava dias fora.
- Alex hm
- Carlos então eu saia assim.. sexta e voltava no domingo >sempre era isso< <saia na sexta> e voltava no domingo. e aí quando ↑o: seu filho tá fazendo isso, com uma certa regulari↑dade, e eu não fazia questão de ↓esconder o que eu estava fazendo.. eh:... el- aí ela começou as perguntas né ↑"°por que cê sai tanto? o que CÊ vai fazer no domingo? o que qu- por que que cê desaparece?"°" aí eu falava "ah vou pra casa do Jonas. vou pra casa do Jonas. vou pra casa do Jonas." e aí ela começou a diminuir o número de perguntas até o dia que ela ficou.. mais puta assim.. e falou ↑"VOCÊ vai pra casa do ↑Jonas? então você pega homem e pega ↑mulher?" ((risos))
- Alex ((risada))
- Carlos e ela perguntou isso né. e aí:... >aí eu perguntei pra ela-< aí eu respondi pra ela "não." ... °aí eu vi que ela já tava° ((áudio oscilando)) ELA FOI- ele fez a pergunta mui- de forma muito agressiva, sabe?
- Alex HUM

Carlos >↑ "VOCÊ PEGA HOMEM E PEGA MULHER?"< eu falei  
"NÃO..".. aí: ela deu pra traz assim, né. porque  
a- a pergunta lógica ((áudio oscilando)) depois  
disso era "então você pega o que?" eu (ia) falar  
"eu só pego hh homem". ((risada))

Alex ((risada)) sim sim

Carlos então ASSIM, é sempre aquela coisa assim,  
quando chega no limite aí a gente.. (perde)  
((áudio oscilando)) o silenciamento porque ela  
conFRONta e ela quer saber... mas aí quando ELA  
chega MUIT- muito perto.. do emba:te, ela  
nã::o.. não vai mais. entendeu?

Alex hum hum